

cadernos do

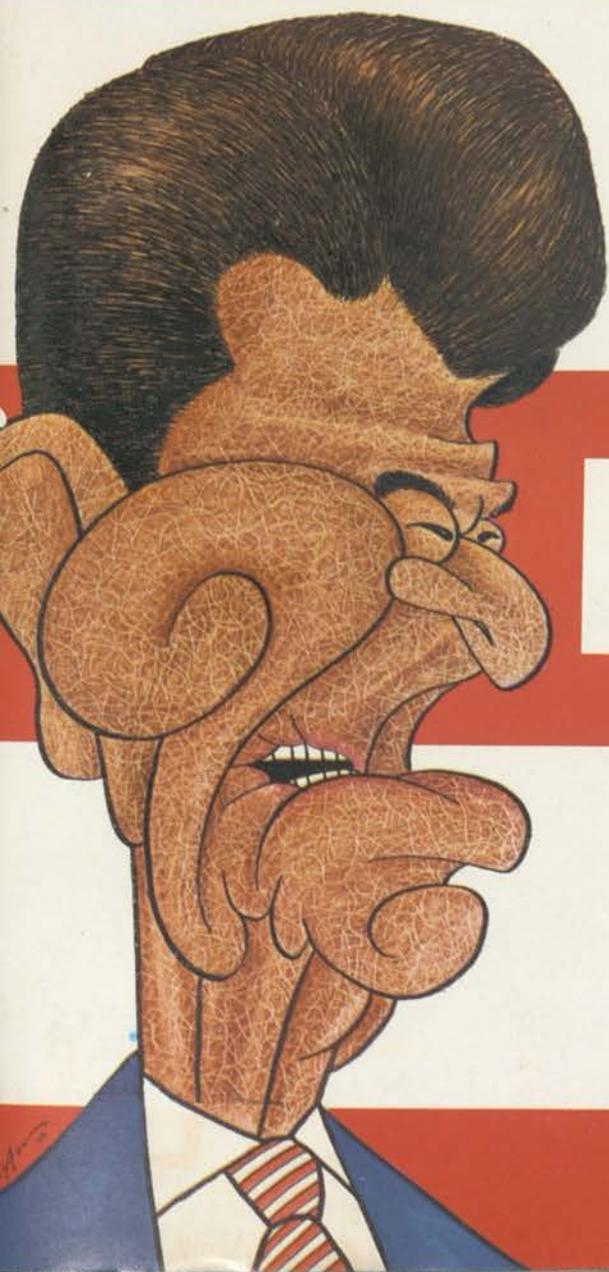
# terceiro mundo

Mensal • Dezembro 1984 • Esc 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80  
CV 80\$ • Cr\$ 2.600,00 • Ano VII • Nº 72

**ANGOLA EXCLUSIVO**

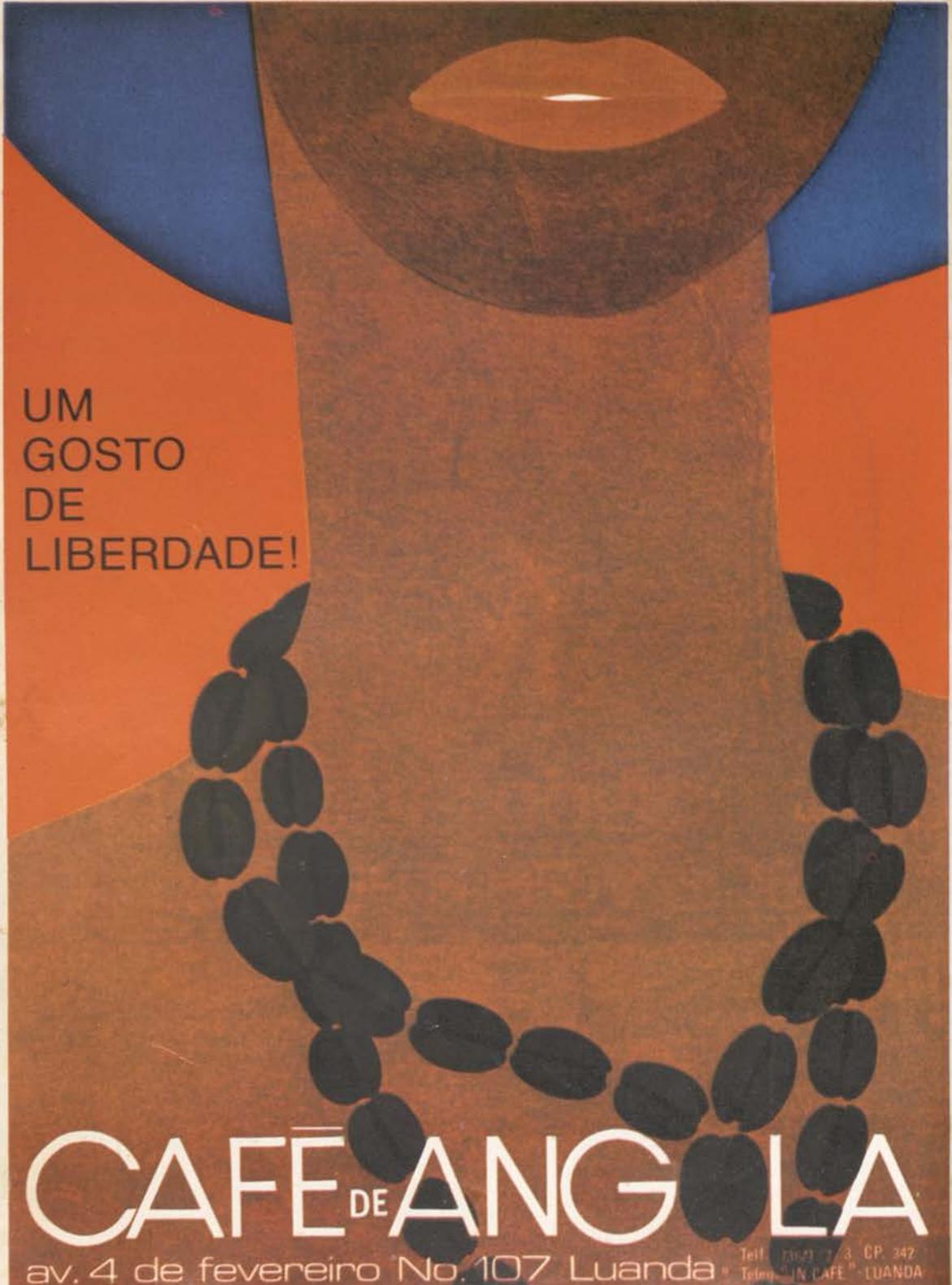


**Entrevista com o Presidente  
José Eduardo dos Santos**



# REAGAN

## CONTINUA O PESADELO



UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73621 7/3 CP. 342  
Telex "IN CAFE" LUANDA

## Angola: nove anos de independência

A 11 de Novembro de 1975, Angola proclamava a sua independência, num quadro militar complexo, invadida pelo norte e pelo sul. Foram, desde então, nove anos de dificuldades e desafios, não só pela herança colonial mas sobretudo porque a vitória alcançada no início de 1976, após a derrota dos sul-africanos, não foi definitiva. A guerra tem sido bem mais longa que essa efémera paz. Por ocasião dessa data, o Presidente José Eduardo dos Santos concedeu-nos uma importante entrevista exclusiva, que é o principal destaque desta edição. E, como não podia deixar de ser, a reeleição de Ronald Reagan para a Casa Branca é a nossa matéria de capa. Não pretendemos fazer um balanço desses quatro anos em que a tensão mundial subiu como nunca, desde a Segunda Guerra. Debruçamo-nos, sim, sobre dois aspectos da administração republicana: a sua política económica e os seus reflexos no Terceiro Mundo e a sua política externa para a América Latina — com destaque para a situação na América Central —, para a África e a Ásia. As apreensões mundiais com o futuro são cada dia maiores, uma vez que o pesadelo nuclear continua, e mesmo sem chegar a esse limite dramático, mantêm-se em toda a sua gravidade as ameaças de invasão à Nicarágua, de intervenção em El Salvador, de interferência no Líbano, de bloqueio às negociações para a independência da Namíbia. Os povos do Terceiro Mundo, com essa nova guinada da situação internacional no rumo do confronto, têm muito a dizer e fazer. Para que não aconteça que, ao acordarmos, o pesadelo já se tenha transformado em realidade e seja tarde demais para tentarmos mudar de sonho.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral  
Neiva Moreira  
Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro - Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista  
Propriedade:  
Tricontinental Editora Lda<sup>a</sup>  
Redacção e Sede da Administração:  
Calçada do Combro, 10-19  
tel. 320650 1200 Lisboa  
telex 42720 CTM TE P  
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares  
Número de registo do Serviço de Depósito  
Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Guimaraes Belo Marques

Revisão  
Estevam Reis  
Paginação  
Samara (editor de arte)  
Sonia Freitas, Miguel Efe  
Documentação e Arquivo  
Cristina Assis  
Serviços Comerciais  
José C. Figueiredo  
Publicidade  
José Ferreira  
Cristina Campos  
Maria João Macedo  
Composição e impressão  
Gráfica Europam  
Representantes  
Angola  
Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153, Maputo  
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor  
Neiva Moreira  
Administração  
Marinete Silva  
Secretário de Redacção  
José C. Gondim  
Revisão  
Cláudia Guimarães  
Documentação e Arquivo  
Lidia Freitas  
Eunice H. Senna  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição e Assinaturas  
Inácio D. Santos  
Macário Costa  
Divulgação  
Henrique Menezes  
Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60086 - CEP 05033  
Telex. (011) - 23059

Horacio Verbitsky  
Uruguay, 560/59/55  
Buenos Aires, Argentina  
Fernando Reyes Mata  
Casilla 16637 - Correo 9  
Providencia - Santiago, Chile  
Fotolito e Impressão  
Ebano Gráfica e Editora Ltda.  
Rua Gal. Bruce, 799  
Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo Ltda.  
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106  
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR  
CEP. 20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Registo na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registo no INPI nº 013.539  
Registo no SCDP/SR/DPF  
nº 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Gerónimo Cardoso  
editora periodistas del tercer mundo a. c.  
calle California, 98A - Coyacán  
México, 21 DF - telefone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal 20 572  
México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA  
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição andina)  
Publicada por DESCO: centro de Estudios  
y Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ  
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Cedric Belfrage  
Apartado Postal 20.572 b-México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora  
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,  
Luanda. BELIZE: Catharal Book Center,  
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,  
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:  
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da  
Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE:  
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de  
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books  
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto -  
The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St.  
West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Su-  
ramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.  
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,  
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.  
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac, 308,  
Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Cor-  
dova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD  
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.  
205, Quito Ed. Jaramillo Artaga, Tel. 517-  
590, Reg. Sendip Rex. 1258. EL SALVA-  
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle  
Poniente 1030, San Salvador - El Quijote,  
Calle Arca 708, San Salvador. ESTADOS  
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-  
mitage Ave., Chicago, Illinois - New World  
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chi-  
cago, Illinois - Librería Las Américas, 152  
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 -  
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-  
ton, Mass. 02118 - Librería del Pueblo,  
2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus  
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,  
New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney  
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-  
co, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia  
St., San Francisco, CA - Red and Black,  
4736 University Way, Seattle - Groundwork  
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,  
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de  
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des  
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-  
tin American Book Shop, 29 Islington Park  
Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departa-  
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco,  
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:  
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-  
dam. HONDURAS: Librería Universitaria  
"José Trinidad Reyes", Universidad Autó-  
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:  
Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60,  
Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-  
ma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Ro-  
ma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma  
- Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXI-  
CO: Unión de Expendedores y Vendedores  
de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.  
F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones,  
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,  
D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pe-  
sado No. 128, México 12, D. F. - Metropolita-  
na de Publicaciones, Librería de Cristal e  
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-  
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.  
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:  
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-  
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Paraméa,  
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-  
tribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.  
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia  
Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pen-  
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf.  
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-  
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios  
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,  
Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave  
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA  
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien  
und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-  
men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de  
Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:  
Wenngren-Williams AB, S-10425, Stock-  
holm. VENEZUELA: Publicaciones España-  
las, S. A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion,  
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-  
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa.

**Circulação em 70 países**

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

- 5 *Cartas*
- 7 *Panorama Tricontinental*
- 19 *Editorial: A chave da guerra e da paz*
- 23 *Matéria de capa – Reagan: Continua o pesadelo*
- 24 Economia: Um cenário hollywoodiano esconde a dura realidade, *Maluza Stein*
- 34 Um xeque-mate difícil, *Alan Nairn*
- 46 Um novo lamaçal, *Eduardo Molina y Vedia*
- 49 EUA/África: O neocolonialismo, *Carlos Castilho*
- 53 Tribunal de Bruxelas condenou Reagan, *Hugo Neves*

*África*

- 56 Angola: "O nosso maior êxito é a preservação da independência", entrevista com o Presidente José Eduardo dos Santos
- 62 Lesoto: Pretória aperta o cerco político

*América Latina*

- 65 Peru: Entre as eleições e a violência, *César Arias Quincot*

*Ásia*

- 70 Nova Caledónia: Os *kanak*: "Estamos prontos para o combate"

- 72 *Livros do 3º Mundo*

*População*

- 75 Índia: Três décadas de planeamento familiar, *Ash Narain Roy*

*Comunicação*

- 79 Moçambique: Os jornalistas "descalços"

*Cultura*

- 83 A Cultura angolana é africana (Especial ANGOP)
- 84 Notas

*Especial: seita Moon*

- 87 Uruguai: O império imobiliário da seita Moon, *Eduardo Varela*
- 91 Sun Myung Moon: Uma vida "exemplar", *Gregorio Selser*
- 96 *Humor: Wasserman*



O Presidente José Eduardo dos Santos



Os correspondentes populares



O poder económico da seita Moon

- **BENGUELA**  
Livraria 10 de Fevereiro
- **BIÉ**  
Livraria 11 de Fevereiro
- **CABINDA**  
Livraria Lunda  
Quiosque Maiombé
- **CALULO**  
Livraria 17 de Setembro
- **DONDO**  
Livraria 2 de Março
- **GANDA**  
Livraria 1.º de Maio
- **HUAMBO**  
Livraria 8 de Fevereiro  
Quiosque Albano Machado
- **HUILA**  
Livraria 27 de Março
- **K. KUBANGO**  
Livraria Kilamba
- **KUANZA-NORTE**  
Livraria 10 de Dezembro
- **KUANZA-SUL**  
Livraria Anibal de Melo
- **LOBITO**  
Livraria 11 de Novembro
- **LUANDA**  
Casa de Venda  
Armazém Venda Grosso  
Quiosque 4 de Fevereiro  
Livraria Centro do Livro  
Livraria Augusto N'Gangula  
Livraria 4 de Fevereiro
- **LUNDA-NORTE**  
Posto de Venda
- **LUNDA-SUL**  
Livraria Deolinda Rodrigues
- **MALANGE**  
Livraria 1.º de Agosto  
Quiosque N'Dongo
- **MOXICO**  
Livraria 14 de Fevereiro
- **NAMIBE**  
Livraria Lutuima
- **NEGAGE**  
Livraria Saily Mingas
- **SOYO**  
Livraria Lundogi
- **UIGE**  
Livraria 10 de Dezembro
- **ZAIRE**  
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:  
INFORMAÇÃO  
CULTURA  
CIÊNCIA  
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos da terceira unidade para todo o território angolano.

**EDIL** Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111  
Luanda - República Popular de Angola

**Clube de Amigos**

Desejamos trocar postais, cassetes e dinheiro em notas. Convidamos todos os leitores de *cadernos* para que nos escrevam. Enviamos listas de correspondentes para os sócios e não sócios. Favor escrever só os interessados.

*La Voz de la Amistad Intercambios - C. P. 81.962 - Resende - RJ CEP: 27500 - Brasil.*

**Carta do Mês****Luta pela terra**

A situação agrária no Brasil tornou-se um problema de polícia. A concentração das terras nas mãos de poucos e a falta de compromisso dos nossos governantes com a classe mais baixa vem fomentando vários problemas, que se vão amontoando nas costas deste povo que sem terra, trabalho, enfim, direito de viver, busca promover a Reforma Agrária. (...) O direito a uma terra para morar constitui-se para nós numa luta contínua, povoada de empecilhos, devido ao comodismo e irresponsabilidade evidentes nos "nossos representantes". (...)

Foi no final de Março que entramos no sector noroeste do loteamento de Itapuan, na cidade de Araguaína, Goiânia, à procura de uma terra onde pudéssemos, pelo menos parcialmente, sossegar-nos com os nossos filhos e esposas. Somos um número superior a 40 pessoas, contando adultos e crianças. Construímos as nossas barracas com material improvisado: madeira velha, lata, papelão, plástico, palha... É tudo o que temos. O presidente camarário da nossa cidade, alguns dias depois, intimou-nos a comparecer na Câmara Municipal para "conversar" sobre a questão desse terreno. Demoraram muito para nos atender e no final do encontro, nada ficou resolvido. Alguns dias depois, fomos surpreendidos quando um oficial de justiça chegou com a intimação e o processo de citação e manutenção de posse, aberto pela Incorporadora Itapuan, da qual nada sabíamos.

(...) Partimos então para a luta social, apelando a todos que divulguem o nosso problema de moradia, para que juntamente conosco e outros companheiros que estão nesta mesma

situação, possamos mudar este sistema do *sem terra, sem vez, sem voz.*

*Comissão dos Invasores, Loteamento Itapuan sector noroeste - Araguaína - GO (C. P. 163) - Brasil.*

**Ouvir os jovens negros da América**

(...) Porque razão nunca fizeram um trabalho com jovens negros da América? Para nós, africanos, é muito importante saber e acompanhar de perto a vida desse pedaço da África Negra no continente Americano. Penso que eles têm muito para contar sobre a sua vida e sobre a maneira como são tratados. Penso que entre eles deve existir aqueles que julgam que a sua mãe África os esqueceu totalmente, mas não é assim. (...) A ideologia que nos une é mais forte que o oceano que nos separa.

*João Nambuess José - Luanda Angola.*

**Exposições de jovem artista cabo-verdeano**

Estive na cidade do Porto, em Portugal, a convite de uma cooperativa de livros que se chama UNICEPE (Cooperativa de Livros dos Estudantes do Porto), "graças" aos *cadernos*, que publicou logo nas primeiras páginas do nº 52 (Abril de 1983), duas fotos dos meus trabalhos e da minha primeira exposição. Em Portugal fiz ainda três exposições: a primeira no Porto, a segunda na sede da Associação cabo-verdeana e a terceira, na Filatélica Luso-Brasileira. (...) No Porto, tive a oportunidade de contactar artistas e galerias de arte, bem como a Escola Superior de Belas Artes, onde segundo parece, voltarei em Janeiro próximo para fazer um estágio.

*Mário R. de Sousa Monteiro - Cidade da Praia - Cabo Verde.*

**Grito de alerta**

Foi divulgado pela imprensa norte-americana que o Pentágono está a financiar o desenvolvimento de uma terrível arma, mais surpreendente que a bomba atômica lançada em Hiroshima, mais sofisticada que os mais modernos mísseis. É a "bomba racial". Não se conhece o principal objectivo do seu desenvolvimento, contudo a sua utilização poderia varrer da face da terra a raça negra. Essa bomba bacteriológica estaria a ser desenvolvida a partir do conhecimento das di-

ferenças orgânicas e metabólicas entre as raças. Então, eis um grito de alerta aos cientistas de todo o mundo, principalmente os jovens para que desde já procurem antidotos. (...) A raça humana está a ser ameaçada por homens como o "omnipotente" Reagan (...), que não têm o mínimo conhecimento científico das consequências dos instrumentos de extermínio que existem actualmente.

*João Batista de Araújo Filho - João Pessoa - PB - Brasil.*

**Nordeste: continua a fome e a miséria**

Nós, lavradores e agentes pastoraes, reunidos em Assembleia da Comissão Pastoral da Terra do Ceará, realizada em Canindé, nos dias 13, 14 e 15 de Setembro, discutimos a situação que vivem os nordestinos depois do inverno e constatamos que a nossa situação de miséria e fome continua. Primeiro, devido à pouca produção que tivemos causada pela falta de sementes e pelo atraso na disponibilidade dos trabalhadores no bolsão da seca. Em segundo lugar, porque as pragas destruíram as pequenas plantações feitas. Enfim, fomos obrigados a vender a produção, mesmo pequena, a baixo preço, ainda para pagar as contas feitas nos armazéns, no tempo do bolsão da seca. Enquanto, nesse período de emergência, comprámos o feijão por 2.500 cruzeiros o quilo, na época da colheita vendemo-lo a 200 cruzeiros o quilo para suprir outras necessidades, já que não temos emprego. O mesmo aconteceu com outros produtos, como o milho e o algodão.

Por isso, ficámos espantados com a reportagem divulgada pela *Rede Globo* no dia 8 de Setembro de 1984, afirmando que o "Nordeste teve a maior safra de todos os tempos". Passaram imagens que mostravam máquinas debulhando milho e algodão, dando assim uma falsa imagem da vida dos nordestinos, como se todos tivessem grande fartura e a miséria não existisse. Foi mais uma maneira de tranquilizar as consciências, (...) encobrindo os erros do governo que não se preparou com sementes para o povo plantar depois de 5 anos de seca. Não podemos calar diante de tanta mentira. (...) Apelamos para todos os brasileiros que continuem a reflexão sobre a temática do Nordeste e lutemos para que ele viva melhor.

*Comissão Pastoral Regional - Nordeste 1 - Fortaleza - CE - Brasil.*

## Cartas

### Seriedade e comprometimento

A equipa de *cadernos* tem sido atenciosa o que, na verdade, é algo mais a favor da revista. Seriedade e comprometimento, essa é a tônica que claramente se percebe na leitura dos textos. Seguramente, *cadernos* será uma das publicações-referência para assuntos do Terceiro Mundo explorado e oprimido, tanto pelas elites internas, quanto pelas potências estrangeiras.

*Claudia Dilda* — Porto Alegre — RS — Brasil.

### Guia: atraso compensado

Sou uma das leitoras que, com justa razão, reclamou do atraso no lançamento do *guia*. Mas, realmente, valeu a pena, pois o material é de ex-

celente qualidade. Encontrei nele uma referência bibliográfica que será de grande utilidade para a minha tese de doutoramento em Geografia Agrária: informações sobre o Projecto Cercado. Peço desculpas por não ter tido a paciência de esperar e desejo todo o sucesso para *cadernos* porque tem contribuído muito para o conhecimento real dos problemas do Terceiro Mundo.

*Vera Lucia S. Pessoa* — Uberlândia — MG — Brasil.

### Guia: parabéns

Cumprimento a editora pela publicação do bellissimo *guia do terceiro mundo*. Parabéns.

*Alberto Lyra* — São Paulo — SP — Brasil.

do muito na realidade terceiro-mundista. Quero também felicitar essa editora por ter lançado o *guia do terceiro mundo*, pois realmente é muito interessante devido à quantidade e qualidade dos assuntos nele abordados, entre os quais eu destacaria a importância da indicação de endereços de organismos internacionais e agências de notícias de vários países. Por último, lendo *cadernos* nº 68, chamou-me à atenção o facto da revista estar presente também nos Estados Unidos, conforme mostra a carta enviada pela leitora Lisa Kokin. É mais uma prova que a revista possui adeptos no mundo todo e que interessa também às pessoas dos países industrializados.

*Milton L. da Silva* — Victor Graeff RS — Brasil.

### Intercâmbio

#### ● *Wanda Luzia Ferraz*

Rua da Penha, 681 — Sorocaba SP — CEP: 18100 — Brasil

#### ● *Jorge Luis C. Andrade*

C. P. 90354 — Petrópolis — RJ CEP: 25600 — Brasil

#### ● *Antonio Amaral*

Av. Imperador, 45 — Vila Rio Branco São Paulo — SP — CEP: 03745 Brasil

#### ● *Luzia Aparecida Sal*

Praça da República, 392 — Vila Curuça — Santo André — SP CEP: 09000 — Brasil

#### ● *Carlos Alberto de Castro Paes*

Rua Mario Beni, 148/ap. 04 Itanhaém — SP — CEP: 11740 Brasil

#### ● *Orlando Manoel de Oliveira*

Rua Deolinda 50 — Santo Cristo Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20220 Brasil

#### ● *Iran Caetano*

Hospital Imaculada Conceição Guanhanês — MG — CEP: 39740 Brasil

#### ● *Marcia Maria Gasparetto*

Rua Benjamin Constant, 349 Tuparendi — RS — CEP: 98940 Brasil

#### ● *Sérgio Hobi*

Rua Mario Beni, 148/ap. 01 Itanhaém — SP — CEP: 11740 Brasil

#### ● *Pedro F. D. de Oliveira*

Rua Tamandaré, 341 — Cristal Porto Alegre — RS — CEP: 90000 Brasil

#### ● *Jorge Carvalho*

Rua Nina Rodrigues, 16 — Vila Airosa — Osasco — SP — CEP: 06000 Brasil

#### ● *Raimundo N. Ferreira Tito*

Conjunto Mocambinho, quadra 06, casa 30 — sector B — Teresina — PI CEP: 64000 — Brasil

#### ● *Sibélius Jacino*

Rua Duque de Caxias, 454 — Centro Porto Alegre — RS — CEP: 90000 Brasil

#### ● *Ernestino Adão Francisco*

Bairro Rangel — Rua 2, casa 8 C. P. 1536 — Luanda — Angola

#### ● *Henrique José Nunes da Mata*

C. P. 5950 — Luanda — Angola

#### ● *João Lombaxi Sebastião*

Rua da Cela, Bloco 19, ap. A, r/c Bairro Nelito Soares — Luanda Angola

#### ● *Fernando Tomás Francisco da Cruz*

Bairro Rangel, C-17 — C. P. 1227 Luanda — Angola

#### ● *José Augusto Ferreira*

C. P. 1624 — Benguela — Angola

#### ● *Luís Correia Neves*

C. P. 1195 — Benguela — Angola

#### ● *Lulualu Mbala*

C. P. — 1485 — Luanda — Angola

#### ● *Alfredo Luís Roque*

C. P. 2155 — Luanda — Angola

#### ● *Arnaldo Manuel Alves Bento*

C. P. 6103 — Angola

#### ● *João Nambuesso José*

Bairro Maculusso, zona 8 Rua Major Marcelino Dias, 51, r/c Luanda — Angola

#### ● *Madalena Gomes Alfredo*

Bairro Nelito Soares Bloco 11, Rua Boco Zau, 288 Luanda — Angola

#### ● *Joaquim Jacinto de Oliveira*

Rua Barbosa do Bocage, 51, r/c Luanda — Angola

#### ● *Domingos João Teófilo Cambola*

C. P. 474 — Malanje — Angola

#### ● *Dunês Domingos Taquy*

a/c sr. Sucari Gustavo — C. P. 18 O. G. M. — Diamang — Dundo Lunda Norte — Angola

#### ● *Ana Domingos Alfredo Vicente*

o Bairro Maculusso, zona 8 Rua Major Marcelino Dias, 51, r/c Luanda — Angola

#### ● *Paulo Chipema Lilas Donnegal*

C. P. 242 — Saurimo Lunda Sul — Angola

#### ● *Simão Fernandes da Costa*

Bairro Nelito Soares — zona 11

Rua de Buco Zou, Bloco 13, casa 343 Luanda — Angola

#### ● *Oswaldo José dos S. Curado*

Rua Amílcar Cabral, zona 5/129 3º andar/ap. 7 e 8 — Maianga Luanda — Angola

#### ● *Paciente Afonso*

a/c de Santos Agostinho — C. P. 6505 Luanda — Angola

#### ● *Germano Mause Dimande*

B. Jardim, Rua do Tabaco, 11/flat 5 Maputo — Moçambique

#### ● *Xabier Aroz*

Av. Zumalakarregi, 115/4º A 48007 — Bilbao — Espanha

#### ● *Luís Paulo Maria*

Caixa Postal 1665 Benguela — Angola

#### ● *Neto Matessane*

Av. Eduardo Mondlane, 1571/10º A Fiat 29 — Maputo — Moçambique

#### ● *André Mesquita Gomes*

Caixa Postal 1184 Benguela — Angola

### Nicarágua: A FSLN vence a batalha das eleições

□ A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) obteve 63% dos votos nas eleições realizadas no dia 4 de Novembro, na primeira votação realizada no país desde 1936, altura em que a família Somoza assumiu o poder. Contrariando todos os prognósticos feitos por jornais norte-americanos, a abstenção foi inferior a 20%, mostrando que os nicaraguenses não aceitaram a campanha dos partidos da direita radical que classificaram o acto eleitoral como "uma farsa".

A Coordenadora Democrática, reunindo três partidos que se recusaram a participar nas eleições foi a grande derrotada, o mesmo acontecendo com o governo norte-americano, que fez todos os esforços possíveis no sentido de classificar a votação como ilegítima. Se, por mera hipótese, todos os eleitores que não votaram fossem adeptos da Coordenadora, ainda assim a FSLN teria ganho as eleições, obtendo além dos cargos de presidente e vice-presidente, a maioria absoluta dos lugares no Congresso nicaraguense.

Logo depois de eleito presidente, o comandante Daniel Ortega anunciou que manterá os princípios básicos da revolução sandinista como o pluralismo político, a economia mista e o não-alinhamento diplomático. Como a eleição de Ortega já era espera-

da, o comparecimento maciço dos eleitores foi o facto político mais significativo, já que tanto a Coordenadora como a Casa Branca fizeram uma violenta campanha a favor da abstenção.

O mandato popular concedido por 63% dos eleitores tirou fundamento às alegações oposicionistas e fortaleceu a posição internacional da Nicarágua que, no entanto, ainda continua sob ameaça de invasão por tropas norte-americanas ou hondurenhas. Os partidos do centro e a oposição conservadora que participaram da campanha eleitoral alcançaram um terço dos votos,

enquanto o Partido Comunista obteve 1,3% e o Movimento de Acção Popular Marxista-Leninista apenas 0,8% dos sufrágios.

A vitória sandinista deu um novo carácter ao Diálogo Nacional, um amplo processo de intercâmbio de posições entre partidos, movimentos políticos, sindicatos e organizações religiosas. O diálogo será mantido como uma forma de integrar diferentes sectores na busca de soluções para os problemas do país, mas o carácter decisório ficará com o novo Congresso, ao contrário do que desejavam os membros da Coordenadora.

O vice Sergio Ramírez (E) e Daniel Ortega (C), os vitoriosos



## África do Sul: O futuro da UDF

□ Depois do êxito na campanha contra as reformas constitucionais, a Frente Democrática Unida (UDF), a maior organização de massas surgida na África do Sul nos últimos anos, mergulhou num intenso debate interno sobre o futuro do movimento. Duas tendências principais participam das discussões: um grupo pretende transformar a organização num partido político estruturado, com organização verticalizada e com uma liderança eleita, enquanto o outro sector afirma que a UDF deve manter as suas características actuais de movimento amplo, passando a concentrar os seus esforços em torno da campanha pela libertação de Nelson Mandela, o mais importante líder nacionalista negro do país, preso pelas autoridades racistas e condenado a prisão perpétua.

A UDF surgiu como uma estrutura política composta por mais de 500 organizações sindicais, estudantis e religiosas reunindo cerca de dois milhões de adeptos de todos os grupos étnicos, com o objectivo de servir de canalizador dos esforços contra

as pseudo-reformas introduzidas no *apartheid* pelo governo do ex-primeiro-ministro e actual presidente P. W. Botha.

Essas reformas previam, basicamente, a formação de três câmaras legislativas no parlamento (uma para os brancos, outra para os mestiços e uma terceira para os indianos). Os 24 milhões de negros, que constituem 75% da população da África do Sul continuaram privados do direito de voto. As reformas foram submetidas a um plebiscito entre os brancos e depois culminaram nas eleições para preenchimento das câmaras dos mestiços e indianos.

A UDF liderou a campanha pelo boicote das eleições entre os mestiços e indianos, conseguindo que menos de 20% dos eleitores dos dois grupos étnicos comparecessem à votação. O êxito da mobilização mostrou o grau de isolamento do governo racista que, logo após as votações, em Agosto e Setembro, foi sacudido por uma onda de manifestações de protesto que já causaram mais de 80 mortos. Os sindicatos negros, principalmente o dos mineiros, entrou também em

choque com o governo realizando a primeira greve geral legal na história do país, igualmente reprimida com violência.

Os desdobramentos políticos da campanha de boicote fortaleceram o papel da UDF, mas a rapidez com que os factos aconteceram, antecipou o debate sobre o futuro do movimento, actualmente a única organização legal dos negros sul-africanos, depois que o Congresso Nacional Africano (ANC) foi colocado na ilegalidade, já na década de 60.

A transformação do movimento num partido político pode, segundo alguns dirigentes da UDF, precipitar a ilegalização, da mesma forma que poderá criar atritos entre sectores que coincidiram na campanha contra as reformas, mas não são homogêneos em termos de projecto político, como por exemplo os movimentos religiosos, estudantis e grupos de direitos civis. Os que propõem a transformação da Frente num movimento amplo pela libertação de Nelson Mandela acreditam que o novo objectivo preservará as características actuais da organização, que poderá inclusive ampliar o número de adeptos com o desdobramento das lutas contra o racismo. (Carlos Castilho)

## Beagle: Acordo será assinado em Dezembro

□ O acordo entre a Argentina e o Chile a propósito da questão limítrofe no canal de Beagle deverá ser oficialmente assinado pelos presidentes dos dois países, na presença do papa João Paulo II, nas primeiras semanas de Dezembro. A data mais provável é o dia 8, a festa da Imaculada Conceição, mas se houver algum adiamento, a ceri-

mónia poderá acontecer no dia de Natal. Em qualquer das hipóteses, o encontro dos presidentes Raúl Alfonsín e Augusto Pinochet deve acontecer na fronteira entre os dois países, numa região da Cordilheira dos Andes, onde existe uma estátua do Cristo Redentor.

No dia 18 de Outubro foi anunciado em Buenos Aires e

Santiago que os embaixadores da Argentina e do Chile assinaram previamente no Vaticano o acordo negociado durante dois anos pela Santa Sé, depois que os dois países quase entraram em guerra, em 1978, por causa da fixação de fronteiras no canal de Beagle, no extremo sul da América do Sul. O acordo concede a soberania chilena sobre as ilhas Picton, Nueva e Lennox mas reconhece o princípio bi-oceânico defendido pela Argentina (o Atlântico para a Argentina e o Pacífico para o Chile).

## Timor Leste: Conferência internacional em Lisboa

□ Patrocinada pelos governos dos cinco países africanos de expressão portuguesa, será realizada em Lisboa, na segunda quinzena de Junho do próximo ano, uma Conferência Internacional para a Defesa dos Direitos do Povo de Timor-Leste.

Prevista inicialmente para se desenrolar no Rio de Janeiro, a Conferência Internacional foi marcada para a capital portuguesa por dois motivos, ambos relacionados com as eleições presidenciais no Brasil e Portugal. Se, no primeiro caso, o conturbado processo eleitoral brasileiro poderia tirar impacto à questão de Timor-Leste junto à opinião pública brasileira e latino-americana em geral, a realização da reunião em Portugal obedece à intenção de introduzir o tema maubere na própria campanha eleitoral da antiga potência colonial, nos finais do próximo ano.

Por outro lado, a FRETILIN considera que o nó estratégico das negociações sobre Timor-Leste continua em Lisboa, dada a qualidade de potência administrante que as Nações Unidas atribuem a Portugal. A proposta do movimento de libertação maubere para negociações tripartidas (FRETILIN, Portugal e Indonésia) tem sido recusada pelo governo português, que mantém a sua posição de não considerar a FRETILIN como o único representante do povo de Timor. Face a esta argumentação — refutada há muito pelas próprias autoridades católicas de Timor-Leste — a FRETILIN convidou o governo de Mário Soares a apresentar outras eventuais organizações influentes no seio da população. A proposta não obteve resposta por parte do Executivo de Lisboa que se tem recusado a estabelecer contactos com

um movimento de libertação reconhecido pelas organizações internacionais.

O Comité Internacional Preparatório da Conferência, já constituído, procurará levar a Lisboa diversas personalidades de renome. Nesse sentido, foram endereçados convites, entre outros, a Dom Hélder Câmara, arcebispo do Recife; Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São



Mari Alkatiri: a denúncia ao mundo do "holocausto invisível"

Paulo; ao bispo sul-africano Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz deste ano; Noam Chomsky, linguista norte-americano e defensor da causa maubere; Luis Echeverría, antigo presidente mexicano; a congressistas norte-americanos que, em Abril deste ano, protestaram junto do presidente Reagan pelo apoio de Washington ao governo do general Suharto; ao tenente-coronel Melo Antunes, dirigente do Movimento das Forças Armadas e ex-ministro português dos Negócios Estrangeiros; e a Maria de Lurdes Pintasilgo, ex-primeira-ministra portuguesa e actual conselheira do presidente Ramalho Eanes para a questão de Timor-Leste e provável candidata à presidência da República nas eleições de 1985.

Por outro lado, diversos artistas e cantores de vários países serão convidados a dar a sua contribuição para a sessão cultural que encerrará a Conferência. Nomes como Joan Baez, Chico Buarque de Holanda, Simone, Zeca Afonso, Sérgio Godinho, entre outros, foram já contactados.

A realização da Conferência Internacional para a Defesa dos Direitos do Povo de Timor-Leste



O exército indonésio já matou cerca de um terço da população maubere

te, foi decidida após o adiamento (obtido por consenso entre as partes interessadas, FRETILIN, Portugal e Indonésia) do debate da questão maubere na Assembleia Geral da ONU, em Setembro último.

Entretanto, em Timor-Leste, os guerrilheiros das FALINTIL (braço armado da FRETILIN) continuam a enfrentar os 65 mil soldados indonésios actualmente estacionados em território maubere. Esta fase dos combates iniciou-se em Agosto de 1983, quando o exército indonésio rompeu o acordo de cessar-fogo assinado em território libertado pelo comandante das forças invasoras e pelo presidente da FRETILIN e comandante-em-chefe da guerrilha, Xanana Gusmão (ver "cadernos", nº 55, Agosto 83).

A ofensiva indonésia tem sido pessoalmente dirigida pelo Chefe do Estado Maior do Exér-

cito de Jacarta, general Beni Murdani, facto que os observadores consideram como um reconhecimento da gravidade da situação pelo governo de Suharto. Recentemente — e pela primeira vez em nove anos de guerra — as autoridades de Jacarta reconheceram terem sofrido cerca de 20 mil baixas desde 1976. Também pela primeira vez, tem-se realizado na Indonésia cerimónias de condecorações a título póstumo de soldados caídos em Timor-Leste, o que significa já não ser possível a Suharto esconder, junto da população indonésia, a realidade da guerra. Nos últimos meses, nove novos cemitérios foram abertos pelo seu exército em território maubere.

Segundo declarou a *cadernos* o responsável pelas Relações Exteriores da FRETILIN, ministro Mari Alkatiri, o governo indonésio desencadeou no último ano

uma das maiores ondas de repressão desde a invasão. Massacres de populações suspeitas de simpatia pelos guerrilheiros, proibições de semear os produtos básicos de alimentação camponesa (milho, mandioca, batata doce), interdições de circulação para fora dos limites das "aldeias estratégicas" e campos de concentração, têm agravado dramaticamente o que a própria imprensa norte-americana classifica de "holocausto invisível". Desde 7 de Dezembro de 1975, data da invasão indonésia, mais de 200 mil mauberes (numa população que o último censo da época colonial avaliava em 670 mil) foram mortos pelo exército de Jacarta. De acordo com o mais recente relatório de Xanana Gusmão chegado ao exterior, de Agosto de 1983 a Agosto de 1984, foram chacinadas quase seis mil pessoas. (Carlos Pinto Santos)



Fundada em 1930



### A FOC ESTÁ PRESENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO DA EMPRESA ANGOLANA DE INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO METÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IMPORTANTES EMPREENDIMENTOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO ● EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO ● EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES ● MOBILIÁRIO DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL

## África: O centenário do "grande leilão"

□ No dia 15 de Novembro de 1884, 15 chefes de governo da Europa mais os dos Estados Unidos e da Turquia reuniram-se em Berlim para fazer o que mais tarde ficou conhecido como "o grande leilão africano". Durante quase quatro meses, os participantes da Conferência discutiram a partilha da África entre si, o último grande continente que até então permanecia fora das hegemonias coloniais. O resto do planeta já havia sido "loteado", inclusive a China, que, embora sem ter a sua situação definida na época, era considerada um condomínio futuro a ser dividido entre as grandes potências europeias, os EUA e o Japão.

No final do século passado, a África era uma reserva de escravos e uma simples base territorial intermediária para empreendimentos comerciais no Extremo Oriente. A ocupação do litoral africano era feita sem maiores problemas por britânicos, franceses, portugueses, espanhóis e belgas que, em alguns casos, chegaram a alimentar sonhos mais ambiciosos como o da Inglaterra de unir a África do Sul ao Egipto, ou de Portugal que pretendia ocupar uma faixa de terra que cortava o continente, indo de Angola até Moçambique. Mas, no momento em que a Itália e a Alemanha, depois de resolverem problemas de unidade interna, decidiram também entrar na corrida colonial, a situação complicou-se. As rivalidades europeias transferiram-se também para o continente negro, que, no final do século passado, começava a despertar o interesse dos Estados Unidos por colónias no além-mar.

Foi essa situação que levou o príncipe Otto von Bismarck, então chefe do governo imperial alemão, a convocar a reunião de

Berlim tentando, através de uma hábil manobra diplomática, conseguir na mesa das negociações vantagens que os seus exploradores africanos não haviam tido tempo de alcançar. Em Berlim, não foram fixadas fronteiras, mas áreas de influência ou até reservas de mercado. A França, por exemplo, ganhou o Chade, mas só foi ocupá-lo efectivamente dez anos depois. A Itália recebeu sinal verde para ocupar a Abissínia (hoje Etiópia), enquanto os alemães ficaram com a África do sudoeste (hoje Namíbia).



A resistência dos zulus sul-africanos contra os colonos britânicos

A partilha da África serviu também para resolver alguns problemas no Velho Mundo. Durante a Conferência, alemães e britânicos fizeram uma troca. Os britânicos ficaram com a ilha de Zanzibar (hoje parte do território da Tanzânia), enquanto os alemães receberam as ilhas de Heligoland, no mar do Norte. O rei Leopoldo II da Bélgica ficou com o direito de criar uma colónia pessoal no Congo, associado

com o jornalista e aventureiro anglo-norte-americano Henry Morton Stanley.

Quando a reunião terminou, em Fevereiro de 1885, o colonialismo estava "regulamentado". Os interesses das nações africanas foram ignorados. Etnias foram divididas ao sabor dos interesses dos conquistadores brancos. Rivalidades regionais foram estimuladas em função da cobiça de exploradores europeus e, sobretudo, foi implantada a tutela política e económica, baseada na força militar. Esse panorama vigorou até à década de 50 em todos os países africanos com excepção da Etiópia, a única nação do continente que não sofreu o colonialismo directo. Apesar da Itália ter recebido a Abissínia em Berlim, o rei Me-

nelik conseguiu derrotar o exército italiano, que ficou apenas com a Eritreia. Nos anos 60, o colonialismo clássico acabou quando as grandes potências europeias decidiram dar a autonomia política para ficar com o domínio económico. Hoje, a última lembrança do colonialismo "regulamentado" é a Namíbia, a ex-colónia alemã, ocupada pela África do Sul desde a Primeira Guerra Mundial.

# INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO



Quem faz da imagem e dos sons um instrumento para a promoção do desenvolvimento, da educação, do progresso, da paz, da justiça, e do bem-estar social, sabe que carinho é fundamental para se atingir qualidade, beleza e eficiência.

**KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO Lda.**  
**TRABALHO COM MUITO CARINHO!**

Empresa produtora de filmes, audio-visuais, reportagens, fotografia e trabalhos de produção.  
Republica Popular de Mocambique  
Av. Patrice Lumumba n.º 577 — Maputo  
Telefones: 2 86 15 2 24 13 Caixa Postal 4645

## México: A luta contra o gigantismo urbano

□ Tida como a maior cidade do mundo, a capital mexicana caminha perigosamente para o completo caos até ao final do século se não forem tomadas medidas urgentes para reduzir o gigantismo urbano, melhorar as condições de vida e paralisar o fluxo de imigração de trabalhadores rurais expulsos do campo pela miséria e pela fome. Este foi o diagnóstico de uma comissão especial nomeada pelo governo, e que acaba de propor um plano a longo prazo que tem como principal objectivo reduzir em seis milhões de pessoas a população total da cidade do México, até ao ano 2000.

A capital mexicana tem hoje cerca de 15 milhões de habitantes, cerca de 20% da população total do país. Até ao final do século, ela deverá ter cerca de 31 milhões, se for mantido o actual ritmo de crescimento. O plano prevê que no ano 2010 o Distrito Federal não deverá ter mais de 25 milhões de habitantes e que este total não poderá ultrapassar os 15% da população nacional. Uma das condições básicas para o sucesso do projecto é a redução da imigração rural, hoje calculada em cerca de duas mil pessoas por dia. A média actual da densidade demográfica está avaliada em 200 indivíduos por hectare urbano.

Além de reduzir drasticamente o fluxo de trabalhadores rurais para a capital, as autoridades mexicanas pretendem dar a máxima urgência ao plano de melhorar a distribuição de áreas verdes. No momento, a taxa está muito próxima do mínimo fixado pelas Nações Unidas para uma vida saudável, de 2,4 metros quadrados de área verde por pes-

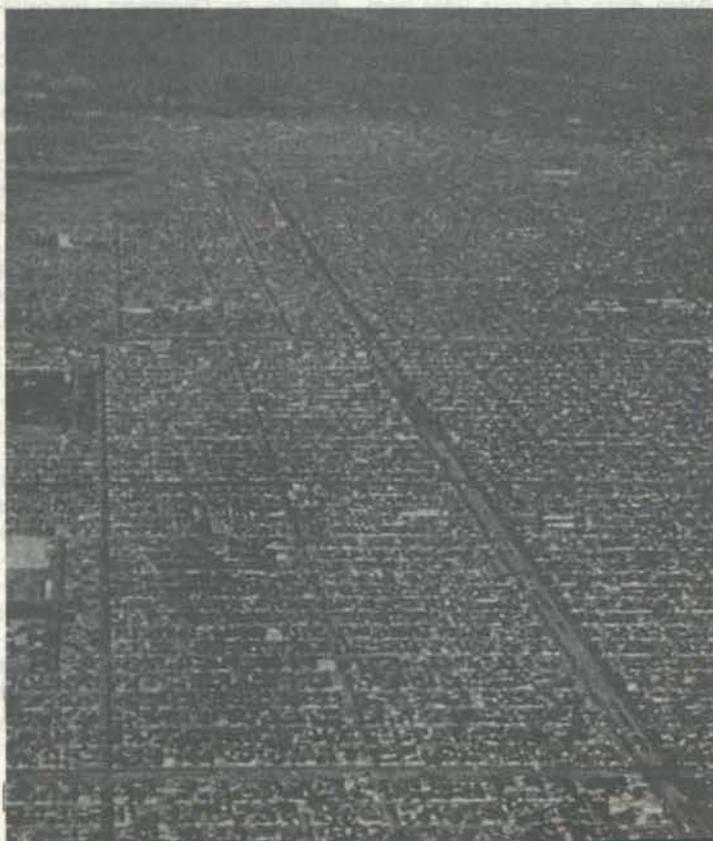
soa. Cerca de um milhão de funcionários públicos e suas famílias serão deslocados para a periferia com o objectivo de descongestionar o centro da cidade.

Os estudiosos de urbanismo afirmam que a Cidade do México é o mais complexo fenómeno demográfico e económico existente à escala mundial. 20% da população do país está concentrada em apenas 1% do território nacional. O Distrito Federal consome 40% dos recursos alimentares do México, bem como 58% das verbas públicas e 61% da energia produzida a nível nacional. Lá estão concentrados 66% de todos os veículos em circulação no país e 58% de todos os organismos estatais.

A macrocefalia do Distrito Federal fez com que nos últimos dez anos a poluição do meio-ambiente aumentasse três vezes, superando os índices de Nova Iorque e Los Angeles, as cidades consideradas mais poluídas do mundo. A contaminação do ar com detritos industriais, gases tóxicos e outros poluentes tem causado anualmente a morte de 100 mil crianças com até um ano de idade, além de provocar doenças cancerígenas, leucemia e enfisemas pulmonares em outras 500 mil pessoas, a cada 12 meses.

Segundo membros da comissão governamental que elaborou o projecto de contenção do crescimento da Cidade do México, e da Aliança Ecológica Nacional (um grupo civil não partidário), o problema do crescimento exagerado do Distrito Federal já não é mais uma questão administrativa ou de meras reformas. "É um problema de sobrevivência a médio prazo", afirmam.

A maior cidade do mundo tenta evitar uma catástrofe demográfica



## A Índia depois de Indira

□ O corpo da primeira-ministra Indira Gandhi ainda não havia sido cremado, quando todos os partidos de direita se lançaram numa violenta campanha contra o novo chefe do governo, Rajiv Gandhi, de 37 anos. A direita resolveu concentrar os seus ataques na denúncia prematura da suposta incapacidade do filho de Indira para governar um país de 700 milhões de habitantes que, além das dificuldades políticas, enfrenta a ameaça de uma guerra civil.

Rajiv Gandhi, um ex-piloto da aviação civil, assumiu o poder num momento crítico. No plano interno, Rajiv passou a viver sob o fogo cerrado dos partidos de direita que pretendem voltar ao governo nas eleições gerais programadas para Janeiro. Além disso, terá que lidar com uma crise envolvendo a minoria *sikh* que deseja criar um país independente, o Calistão, no norte da Índia, na actual província do Punjab. Indira Gandhi foi morta por guarda-costas de origem *sikh*, num crime que deflagrou uma violenta onda de represálias por parte da maioria hindu.

A radicalização desse antagonismo provocou quase 1.500 mortes nos dias seguintes ao assassinato da primeira-ministra. Porém, o temido banho de sangue, antecipado por muitos jornais ocidentais, acabou por não acontecer, pelo menos na proporção esperada, devido à intervenção rápida de Rajiv. O sucessor de Indira foi pessoalmente às localidades mais afectadas pelos choques entre hindus e *sikhs* para pedir calma. Houve também da parte dos partidos Janata (direita) e Janata Bharatya (extrema-direita) manobras conciliatórias para impedir que a si-



Sem Indira, o equilíbrio político na Índia ficou mais difícil

tuação fugisse ao controlo das autoridades militares e colocasse em risco as possibilidades eleitorais da direita indiana.

A manobra dos adversários do Partido do Congresso, maioritário no Parlamento, mas dividido, visa destruir os esforços do filho de Indira de pacificar o país num momento de grande tensão. Naturalmente, os hindus teriam a tendência para votar no partido de Rajiv como represália contra os *sikhs*. Isso acabaria com as possibilidades do Partido Janata, que esteve no poder de 1977 a 1980 e foi derrotado devido às suas próprias divisões internas. Hoje, a direita e a extrema-direita querem desmoralizar o filho de Indira antes que ele tenha tempo para se afirmar no cargo de primeiro-ministro.

Mas as primeiras medidas de Rajiv surpreenderam a todos. Ele conseguiu dar um mínimo de tranquilidade ao país, no momento em que a delicada unidade indiana passa por um dos seus piores testes desde a independência do país. O Partido Janata procura basicamente eliminar as medidas mais avançadas impostas por Indira no campo da re-

forma agrária, nacionalização de indústrias e principalmente na política externa, com o não-alinhamento. Mas a tarefa não é fácil, porque a crise com os *sikhs*, de alguma forma, dividiu a força da oligarquia. Os *sikhs* são muito fortes no controlo da economia, apesar de serem minoritários em termos étnicos. Assim, a burguesia hindu não poderá contar com o apoio dos *sikhs* sem correr o risco de ser acusada a nível popular de traição aos ideais de Indira, e, em consequência, aos ideais de Jawaharlal Nehru (pai de Indira) e de Mahatma Gandhi, o grande artífice da independência do país.

A nível diplomático, o novo chefe do governo da Índia tem pela frente uma situação difícil com o Paquistão, no momento o principal aliado dos Estados Unidos na região e que em breve deve receber novos aviões norte-americanos do tipo F-16. O presidente paquistanês, Zia Ul-Haq, esteve presente nas cerimónias fúnebres de Indira, onde se encontrou com Rajiv. Mas o clima de tensão continua. Na verdade, o que está por trás do problema é o desejo dos Estados Unidos de afastar a Índia da União Soviética. A Índia e a URSS assinaram um tratado de amizade e assistência mútua. Por sua vez, a Índia acusa o Paquistão de ajudar os rebeldes *sikhs*, através da fronteira comum na província do Punjab.

Além de procurar um mínimo de tranquilidade interna para superar o trauma nacional provocado pelo assassinato de Indira Gandhi, Rajiv tem pela frente o problema eleitoral.

Mesmo não tendo um passado político, Rajiv Gandhi mostrou nos momentos traumáticos que sucederam à morte de sua mãe, firmeza e tranquilidade nas suas decisões. Se conseguir manter a mesma posição nos próximos meses, ele conservará uma velha tradição de família: a de transformar derrotas quase inevitáveis em vitórias.

## O quebra-cabeças partidário

Trinta e sete anos depois da independência, o quadro político da Índia é ainda hoje bastante instável devido às sucessivas divisões por que passaram os principais partidos, principalmente o Partido do Congresso, ao qual pertenceram três dos quatro primeiros-ministros desde 1947. Em 1969, a então primeira-ministra Indira Gandhi formou um grupo dentro do Partido do Congresso, o mais forte e numeroso, que manteve os mesmos índices de popularidade do partido histórico original.

As várias facções dissidentes sempre se mostraram instáveis. Apenas os partidos Janata e Comunista mantiveram uma imagem de unidade interna. Mas, ainda assim, também eles sofreram divisões. O Janata tem hoje uma facção de extrema-direita, enquanto o PC fracionou-se depois da guerra contra a China, em 1962.

O Partido Janata tem um eleitorado formado basicamente pela burguesia hindu (82% da população indiana professa o hinduísmo). O partido não controla nenhum estado, embora tenha fortes redutos nas regiões mais populosas e industrializadas. Já o Partido Comunista Marxista controla os governos de Kerala (no sul) e Bengala Ocidental.

Pouco antes da morte de Indira Gandhi, as várias facções dissidentes do Partido do Congresso negociavam a formação de uma aliança contra a primeira-ministra, incluindo também outros pequenos partidos. Porém, o Partido do Congresso (I), que agora apoia Rajiv Gandhi, ainda é, individualmente, o partido mais forte.

Indira tentou reorganizar as bases partidárias através de inúmeras viagens ao interior, principalmente na zona rural. Além das rivalidades entre partidos, a

Índia enfrenta o problema da minoria tamil, que tentou formar um país independente no sul, na década de 50. A minoria tamil da Índia exigiu, recentemente, que a primeira-ministra Indira Gandhi intervisse no conflito étnico do Sri Lanka, onde os tamis estão também em choque com o governo.

A situação continua tensa, o mesmo acontecendo com a fronteira entre Índia e Bangladesh. O governo indiano começou a construir barreiras ao longo da fronteira para impedir a imigração ilegal de bengaleses para a província de Assam. O Bangladesh protestou violentamente.

Outra fronteira conflituosa é a do Paquistão. Em compensação, as relações do governo de Nova Déli com a China e a URSS melhoraram sensivelmente nos últimos quatro anos. A reaproximação mais difícil foi com os chineses. Porém, depois da morte de Mao Zedong, a tensão diminuiu e existe agora a possibilidade de um acordo capaz de sarar as feridas resultantes da guerra de 1962.

# V. MORENO & HELDER, LDA.

## IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

### PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º  
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX  
Telefs. 840961/847232/837124  
Telex. 12209 Celeir P  
Endereço Telegráfico - CELEIRO

## Nobel da Paz: Uma nova derrota do "apartheid"

□ Pela segunda vez na história da África do Sul, um militante da luta contra a discriminação racial ganha um Prémio Nobel da Paz. O primeiro foi Albert Luthuli, um dos pioneiros na campanha de resistência passiva contra as leis discriminatórias da minoria branca sul-africana. Luthuli ganhou o prémio em 1960. Vinte e quatro anos depois, coube ao bispo anglicano Desmond Tutu um novo Nobel da Paz contra o *apartheid*, lembrando novamente ao mundo que a luta de Luthuli ainda não terminou.

A escolha do Nobel significou um duro golpe para o governo racista do presidente P. W. Botha e teve profundas repercussões, principalmente no momento em que um sector do *apartheid* procura vender externamente uma

imagem reformista e conciliadora. Poucos dias depois do anúncio do Nobel da Paz para o bispo Tutu, as televisões do mundo inteiro transmitiram as imagens da ocupação de um bairro negro de Joanesburgo por quase sete mil soldados do exército sul-africano.

Para os 24 milhões de negros, o prémio serviu como um estímulo. Para a igreja sul-africana representou um reforço da tendência que procura desvincular cada vez mais as questões religiosas do sistema oficial.

A posição anti-racista dos grupos religiosos aumentou o grau de isolamento da minoria branca adepta do racismo intransigente e intensificou as dúvidas de muitos brancos sobre a moralidade do sistema vigente no país desde o início da colonização, no sécu-

lo passado. Pouco antes da atribuição do prémio ao bispo Tutu, o governo de Botha suspendeu a anulação dos direitos civis imposta, em 1977, ao reverendo Beyers Naude, da Igreja Reformada, o primeiro pastor a romper com a ideologia oficial do *apartheid* no início da década de 70. Naude criou o Instituto Cristão, que continua proibido até hoje, e mais recentemente tornou-se um dos líderes da Frente Democrática Unida (ver artigo em "Panorama").

Apesar do reconhecimento internacional à posição de Desmond Tutu, ele continua perseguido pelo governo. O bispo anglicano não pode sair para o estrangeiro sem antes pedir autorização oficial. No seu passaporte, as autoridades colocaram uma bizarra categoria de nacionalidade indefinida. Nascido na África do Sul, Tutu não é considerado um cidadão do país por causa de sua raça.

## CIÊNCIA actual

Uma publicação portuguesa  
de divulgação e informação científica

Para o professor  
Para o aluno  
Para toda a gente

**Assinaturas (1 ano — 6 números)**

Continente e ilhas 550\$00  
Espanha (via aérea) 690\$00

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique,  
S. Tomé e Príncipe, Europa US\$7.50  
Outros países US\$9.50

Pagamento adiantado

Distribuidora:  
**ELECTROLIBER**

**CIÊNCIA ACTUAL**  
R. Carlos Pereira, 3-4, ° D.

1500 LISBOA

## Granada: Eleições sob encomenda

Os 100 mil habitantes da pequena ilha de Granada (344 km<sup>2</sup> de área) escolherão, no dia 3 de Dezembro, um novo governo sob uma forte vigilância militar dos soldados dos Estados Unidos que há um ano invadiram o país. Todo o processo eleitoral foi organizado pela administração empossada pelos EUA logo após a invasão e o assassinato do primeiro-ministro Maurice Bishop.

Seis partidos disputarão as eleições. Os políticos de direita reunidos em torno do ex-primeiro-ministro Eric Gairy vão concorrer através do Partido Trabalhista Unificado (GULP). Os quatro partidos de centro não conseguiram formar uma coligação. Três deles uniram-se, sob pressão norte-americana, enquanto o Partido Democrático Trabalhista vai participar isoladamente. A esquerda, reunindo adeptos do ex-primeiro-ministro Maurice Bishop, formou o Movimento Patriótico Maurice Bishop (MBMP), que durante toda a campanha eleitoral foi severamente vigiado pelos militares norte-americanos.

Os prognósticos eleitorais indicam que os grupos centristas provavelmente sairão vencedores porque contam com o apoio aberto dos EUA. Eric Gairy, cujo governo foi caracterizado pela corrupção e violência é mal visto em Washington, enquanto os eleitores do MBMP, teoricamente mais numerosos, estão no entanto muito intimidados pela ostensiva presença militar norte-americana.

Um dos principais eventos eleitorais organizados pelos norte-americanos foi ironicamente a inauguração, em 25 de Outubro, do aeroporto de Pointe Salines, cuja construção durante o



Manifestações contra a presença norte-americana

governo de Bishop serviu como um dos pretextos para a invasão. Na época, o Departamento de Estado norte-americano afirmava que o aeroporto seria transformado numa base militar soviética pelo facto de operários e engenheiros cubanos trabalharem nas obras juntamente com firmas especializadas da Grã-Bretanha.

Hoje, segundo Washington, Pointe Salines deixou de ser "perigoso". O aeroporto entrará em operação provisória até o ano que vem, altura em que ficará oficialmente terminado. Mais de 19 milhões de dólares foram aplicados na complementação das obras da pista e no terminal de passageiros. O total gasto consumiu quase 80% de todo o dinheiro que os EUA enviaram para a ilha como parte do muito divulgado plano de salvação económica de Granada.

A prioridade dada à construção do aeroporto paralisou obras essenciais como a reconstrução do hospital psiquiátrico de Saint Georges, capital da ilha, bombardeado durante a invasão. Os 130 pacientes continuam sem instalações e apenas 25 mil dólares foram aplicados para impedir que eles morressem. Os prometidos empréstimos para construção de casas populares, melhoria das actividades económicas e reequipamento de escolas foram esquecidos. Apenas os hotéis para turistas foram beneficiados com créditos, a exemplo do que aconteceu com a polícia de Granada, que recebeu 800 mil dólares do governo canadiano para treinamento e compra de material.



Invasão militar dos EUA em Granada

## Bangladesh: Tensão às vésperas das eleições

□ Nada menos que 22 partidos políticos do Bangladesh, pertencentes a duas coligações, afirmam que as eleições gerais do dia 8 de Dezembro não serão democráticas caso o general Ershad não suspenda o estado de



Bangladesh: entre a fome e a violência

emergência, a lei marcial e aceite a formação de um governo provisório que restabeleça os direitos políticos fundamentais. A oposição realizou desde Setembro uma campanha contra o estado de emergência através de greves e manifestações pacíficas.

No dia 27 de Setembro, o governo reprimiu violentamente uma greve organizada pelos partidos ligados à Liga Awami e à coligação liderada pelo Partido Nacional do Bangladesh (BNP). A repressão foi comandada por adeptos do partido Janadal, governamental, com o apoio da polícia e do exército. O general Ershad recusa-se a aceitar a exigência de cinco pontos apresentada pela oposição, alegando que a normalização institucional do país é quase completa.

A oposição afirma no entanto que enquanto a lei marcial estiver em vigor a liberdade de expressão continuará tolhida no país. Já em Setembro, os 22 partidos lançaram um manifesto ameaçando não participar da votação, o que levou o governo a anunciar como represália que as eleições poderiam ser suspensas. Depois de quatro greves gerais de 24 horas, nos últimos cinco meses, a mobilização popular contra as medidas de emergência tornou-se irreversível. A oposição quer também que as eleições sejam realizadas sob um governo provisório que inclua representantes da Liga Awami e do BNP.

Esta última exigência parece ser a de aceitação mais difícil para o general Ershad, o que ameaça um impasse. Observadores políticos afirmam que se a situação se agravar é quase certo que as eleições serão canceladas.

# SIS

## SILVA & IRMÃO SUCRS, LDA.

**FABRICANTE**  
desde 1918  
**EXPORTADOR**  
desde 1940

Ferragens em geral  
Fechaduras  
Dobradiças  
Fechos  
Puxadores  
Ferragens em geral

**SISTEMAS DE SEGURANÇA**

APT. 88 3751 ÁGUEDA PORTUGAL

TEL. (34)62143 TELEX 37011 SISFER P

## A chave da guerra e da paz

Terão fundamento as esperanças de que as negociações em El Salvador progredirão e abrirão caminho para uma solução pacífica e estável na América Central?

Apesar do grande consenso em torno do primeiro e espectacular encontro realizado em 15 de Outubro em La Palma entre o presidente salvadorenho Napoleón Duarte e os representantes políticos e militares da oposição armada, os obstáculos são tão numerosos que parecem insuperáveis.

É inegável que nas últimas semanas se registaram movimentações positivas na região. O ruído das armas não diminuiu, mas as conversações de La Palma constituem em si mesmas um avanço, já que houve coincidências genéricas — mas significativas — sobre a necessidade de continuar o diálogo. Também neste sentido, a realização de eleições na Nicarágua implicou não só uma derrota para as forças externas e internas que tentaram impedi-las ou desvirtuá-las, como o ingresso da revolução sandinista numa nova fase de consolidação.

Os primeiros esforços de pacificação contaram com aliados importantes. Em primeiro lugar, os países vizinhos que integram o grupo de Contadora. Apesar das suas dificuldades e contradições, esses países têm mantido um foro de discussões e de busca de fórmulas diplomáticas de acordo com os interesses da região, mesmo quando apresentam divergências não irrelevantes com as posições do governo dos Estados Unidos. O

apoio manifestado às teses de Contadora pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Económica Europeia, na reunião conjunta realizada em San José da Costa Rica, introduziu um novo interlocutor na área. E esse novo protagonista questiona, ainda que implicitamente, tanto a pretensão norte-americana de constituir o único factor de decisão na América Central, quanto a política de Washington que propicia e privilegia as acções militares para derrotar os sandinistas e preservar o sistema vigente em El Salvador.

Também na superpotência se apercebem sinais animadores. Em primeiro lugar, as negociações entre governo e oposição concluídas com um acordo do Congresso norte-americano que, três semanas antes das eleições nicaraguenses, suspendeu durante cinco meses os fundos oficiais destinados por Washington a alimentar a guerra "secreta" contra o regime sandinista. O mesmo adjectivo caberia, se as palavras correspondessem às intenções, para as verbais expressões de apoio às negociações salvadorenhas e à Contadora por parte do presidente norte-americano, Ronald Reagan, e de figuras de destaque do seu governo. É óbvio que se tal apoio fosse verdadeiro, bastaria para fazer cessar as hostilidades contra a Nicarágua, encaminhar o diálogo em El Salvador e criar um clima favorável em prol de negociações que devolvam a paz à região.

Na realidade, os gestos de Reagan e dos seus assessores foram determinados pela conveniência

Nada menos que 23 períodos de negociações de Washington, testemunhas de duas vitórias, afirmam que as negociações de La Palma, realizadas em setembro de 1984, representam a etapa de

transição da política reaganiana para a política de diálogo com a União Soviética.

eleitoral e não há indícios de que, como seria desejável, signifiquem uma mudança de atitude. Enquanto os factos não demonstrarem o contrário, cabe raciocinar que as suas manifestações de conciliação, apesar de terem facilitado objectivamente o início das negociações de La Palma, constituíram um intervalo táctico de breve duração, que logo se transformará no seu oposto: a obstrução do diálogo e o recrudescimento da agressão militar contra a Nicarágua.

Não só os adversários da política reaganiana, mas até os mais neutros e isentos analistas dos acontecimentos nos Estados Unidos, coincidem em assinalar que a viragem foi transitória, aparente e meramente movida pela conveniência eleitoral. Na realidade, a súbita flexibilidade verbal do presidente norte-americano foi tão pouco convincente como a sua repentina vocação para o diálogo com a União Soviética.

Estes ziguezagues deixam claro uma realidade: devido ao seu poderio e à proximidade geográfica, os Estados Unidos têm a chave da guerra e da paz na América Central.

Sem o apoio norte-americano, o regime do clã Somoza não teria sobrevivido durante mais de 40 anos e sem a ajuda de Washington a oligarquia salvadorenha, que impôs ditaduras repressivas durante mais de meio século, já teria sido derrotada.

Foi justamente pelo carácter ditatorial daqueles governos aliados de Washington (e o mesmo se aplica à Guatemala) que a oposição democrática e pacífica se tornou inviável e a rebelião armada foi a alternativa.

Este dilema já é antigo e os nomes de Cesar Augusto Sandino e de Farabundo Martí testemunham uma longa e sangrenta luta popular. Quando Ronald Reagan chegou à Casa Branca — e com ele os sectores mais conservadores do país — deparou com a triunfante revolução sandinista e com o incremento da guerrilha salvadorenha. O

presidente girou a chave no sentido da guerra, descartando o diálogo e a conciliação que o seu antecessor havia empreendido. E a guerra propagou-se. A ofensiva dos Estados Unidos na América Central, que incluiu manobras navais em grande escala assim como terrestres nas Honduras, na fronteira nicaraguense, tem sido monumental tanto pela utilização de meios como pelo sangue derramado.

E embora tenha sido bem sucedida na manobra de prolongar a guerra, a Casa Branca não consegue ganhá-la. Apesar dos enormes prejuízos causados à economia, a Nicarágua não foi desestabilizada e os resultados eleitorais constituem uma derrota para o governo norte-americano e um fortalecimento do processo revolucionário.

Nesse mesmo sentido, a realização de negociações em El Salvador, que mostrou o presidente Duarte discutindo em pé-de-igualdade com os seus adversários, implica o reconhecimento da representatividade e do poderio dos movimentos guerrilheiros e a mais clara admissão de que não há solução pacífica à margem deles.

Existe, portanto, o outro lado da moeda na questão da guerra e da paz. As chaves que os adversários dos Estados Unidos têm são também determinantes. Não se pode conseguir a paz sem eles, não se pode ganhar a guerra contra eles. Passadas as eleições norte-americanas e os jogos tácticos da campanha em torno da América Central, esta realidade continua de pé. Se a Casa Branca insiste em não aceitá-la, a sua resposta terá que ser a intensificação bélica. Neste caso, a questão centro-americana dominará o próximo período presidencial. As analogias são enganosas e a comparação com um novo Vietname seria inapropriada. Porém, a diversidade de frentes abertas na América Central, a tão pouca distância da costa norte-americana, pode derivar num conflito tanto ou mais grave, complexo e desgastante que o do Sudeste Asiático.

1984 - Dezembro - 23

# APRENDA EM SUA CASA A PROFISSÃO



## ENCARREGADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Um Curso pensado para formar profissionais com recursos técnicos numa das áreas com maior oferta de trabalho



## DESENHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Um Curso técnico-prático, que lhe dá os conhecimentos necessários para desenvolver uma profissão com importantes perspectivas futuras



## INSTALADOR ELECTRICISTA

Aprenda todos os segredos sobre instalações eléctricas de todos os tipos, montagens e reparações de maquinaria e aparelhagem eléctrica

NOVO



## MECÂNICO DE AUTOMÓVEIS

Tudo o que necessita saber sobre a mecânica auto, a sua reparação, afinações e testes



## PUERICULTURA

Um moderno Curso, ideal para quem deseje especializar-se no cuidado e educação de crianças

NOVO

## OUTROS CURSOS

- Decoração
- Desenho Artístico
- Desenhador Industrial
- Contabilidade — NOVO
- Secretariado de Administração
- Mecânico de Motores «Diesel»
- Electricidade do Automóvel
- Localização de Avarias do Automóvel
- Português
- Corte Moderno — NOVO
- Electricista Principal
- Mestre Torneiro
- Soldador
- Técnico Mecânico

**CETOP**

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL À DISTÂNCIA  
SEDE: ESTRADA LISBOA-SINTRA, AO KM 14 - MEM MARTINS - PORTUGAL  
CORRESPONDÊNCIA: APARTADO 7 - 2726 MEM MARTINS CODEX

# DE

# QUE MAIS GOSTE



## SECRETARIADO-GERAL

Conheça a fundo todos os serviços que poderá ocupar no escritório de qualquer empresa pública ou privada



## PSICOLOGIA

Um Curso actual, que lhe proporciona amplos conhecimentos sobre as leis essenciais do comportamento humano



## INGLÊS

Aprender este idioma é a forma de se poder actualizar culturalmente e também uma ajuda para conseguir um melhor emprego

## E TOMAR ESTA DECISÃO HOJE SERÁ VITAL PARA O SEU AMANHÃ

Portanto, envie-nos já este cupão ou

  
926 06 57  
fale com  
Luisa Morais

O CETOP dá-lhe  
um CERTIFICADO  
de  
GARANTIA  
até que termine  
o seu Curso

### PEDIDO DE INFORMAÇÕES GRÁTIS E SEM COMPROMISSO

Sr. Director: desejo que me envie, com a maior brevidade possível, informações sobre o Curso ou Cursos de:

Nome: \_\_\_\_\_  
Morada: \_\_\_\_\_

Cód. Postal: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

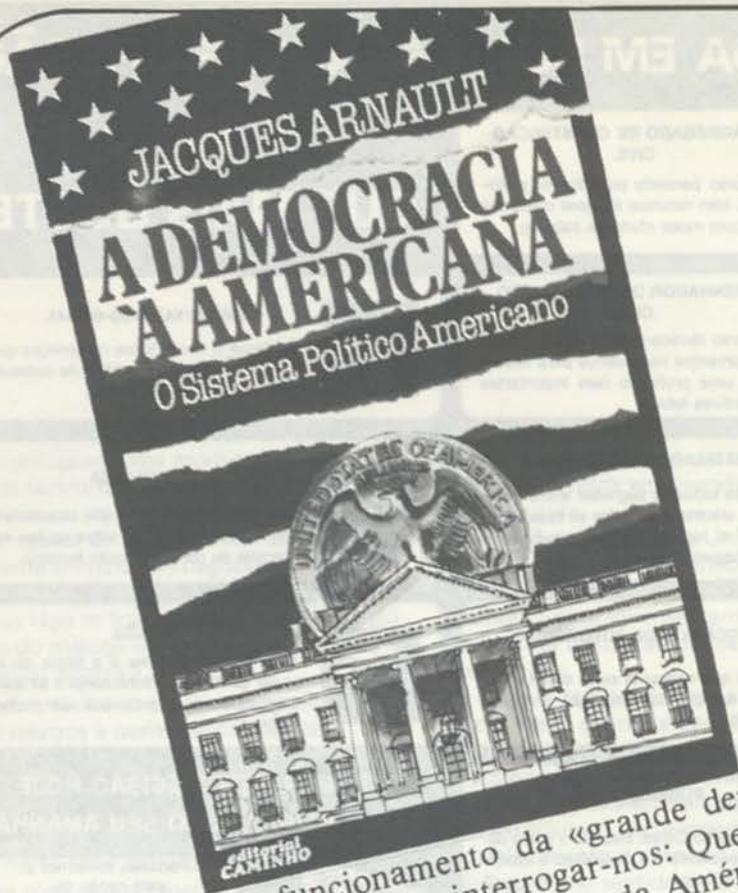
Telefone: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Empresa onde trabalha: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

REF.º 31 TMD



Ao estudar o funcionamento da «grande democracia americana» somos levados a interrogar-nos: Quem governa verdadeiramente os Estados Unidos da América?  
As respostas dos representantes do bigbusiness às perguntas de Jacques Arnault são esclarecedoras.

# editorial CAMINHO

na estrada do futuro

Matéria de Capa

# REAGAN

## O PESADELO CONTINUA



Ronald Reagan ficará mais quatro anos na Casa Branca. O novo mandato foi alcançado logo no início da apuração, quando ficou configurada uma maioria esmagadora de votos para o candidato republicano. Mas, apesar de ter obtido quase 60% dos votos — a maior diferença dos últimos 20 anos nos EUA —, Ronald Reagan não

conseguiu alcançar a maioria na Câmara dos Deputados, o que o transformaria num presidente com poderes quase absolutos.

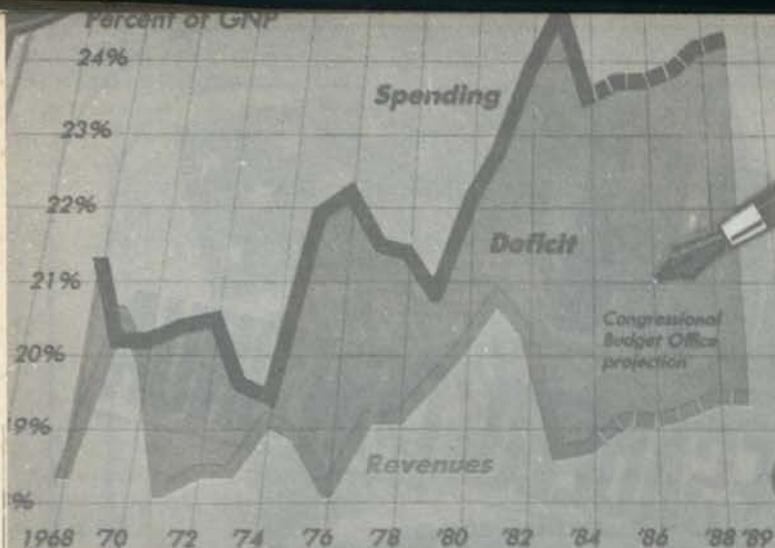
Adepto da confrontação militar, da corrida armamentista e do anticomunismo passional, o presidente conquistou a sua segunda vitória eleitoral sem ter antecipado nada do que fará neste novo mandato. O eleitorado conservador norte-americano deu, assim, um "cheque em branco" a um político que, no resto do mundo, é apontado como o homem mais inclinado a "apertar o botão" da Terceira Guerra Mundial. Para os centro-americanos, a presença de Reagan na Casa Branca, por mais quatro anos, cria novos e graves temores de agressão.

A vitória de Reagan sobre Mondale foi encarada pela maior parte dos observadores internacionais como consequência de uma certa euforia do

eleitorado norte-americano com as vantagens imediatas da política económica da administração republicana desde 1980. Os Estados Unidos foram o único país do mundo cuja economia apresentou sinais de recuperação no meio da pior recessão mundial desde a Segunda Guerra.

Mas, o preço da prosperidade norte-americana foi o aumento das dificuldades dos europeus, a dívida gigantesca dos países do Terceiro Mundo e a miséria quase total das nações mais pobres da África e da Ásia. A manutenção do clima de euforia nos meios empresariais dos Estados Unidos, principalmente dos sectores ligados ao complexo industrial-militar, pode no entanto ceder lugar a uma dura decepção. É isso que muitos economistas prevêem diante do crescimento do défice orçamental norte-americano provocado pela corrida armamentista.

A campanha eleitoral dos republicanos foi toda ela montada em cima de um nacionalismo que beirou o chauvinismo. Foi a catarse, quase dez anos depois, da humilhação no Vietname. A riqueza auferida às custas da miséria dos outros deu a Reagan os motivos para alimentar um ufanismo que, no entender dos especialistas, não deve durar muito tempo. Quando os artificialismos da economia cederem lugar ao realismo da convivência obrigatória com o resto do mundo, os eleitores republicanos seguramente entrarão num período de depressão. E aí, a tentação pelo desfecho nuclear será muito presente, para terror dos países que pagaram pela prosperidade norte-americana e seguramente serão obrigados a pagar também pela crise do modelo monetarista e liberal da administração Reagan.



Matéria de Capa

EUA/Economia

## Um cenário hollywoodiano esconde a dura realidade

**E**m Janeiro de 1981, quando Ronald Reagan iniciou o seu primeiro mandato, a economia norte-americana encontrava-se em recessão. O desemprego afectava mais de 11% da força de trabalho, a inflação era de 12,3% e a famosa *prime rate* (taxa de juros cobrada pelos bancos privados aos clientes preferenciais) estava em 21,5%. A indústria, por sua vez, trabalhava com capacidade ociosa de quase 40% e o crescimento industrial era negativo (-8%). Os investimentos produtivos estavam em 142 mil milhões de dólares.

Ao apresentar o seu programa económico ao Congresso, Reagan traçou um panorama desanimador da situação económica e prometeu mudá-la com um programa que equilibrasse o orçamento fiscal. Na ocasião, disse ainda que adoptaria medidas para eliminar a inflação, aumentar a produtividade e criar milhões de novos postos de trabalho. Para isso apregou como necessária a redução da participação do Estado na economia a partir de quatro linhas de acção: 1) equilibrar o orçamento no prazo de dois anos; 2) reduzir a carga de impos-

*O mundo paga pela recuperação norte-americana, alicerçada na marginalização dos desfavorecidos e na prioridade da indústria bélica*

tos para estimular o investimento; 3) diminuir ou eliminar os regulamentos (leis) federais sobre as actividades privadas e 4) incrementar os gastos públicos destinados à Defesa.

A plataforma republicana, divulgada em Dezembro de 1979, dizia: "o mundo livre - e, na verdade, a civilização ocidental - precisa dos Estados Unidos forte. Essa força requer uma economia próspera".

Em 1984, ao terminar o seu primeiro mandato, Reagan exhibe sorridente os resultados da sua gestão. A inflação está agora em torno dos 4%. O desemprego afecta 7% dos trabalhadores. O Produto Nacional Bruto (PNB) cresceu, no primeiro semestre deste ano, mais de 9%. A classe média norte-americana diz viver melhor hoje do que há quatro anos, o que é confirmado pelas sondagens. (*Ver Caixa*)

Mas, como explicar então que importantes dirigentes políticos e financeiros dos próprios EUA, europeus e do Terceiro Mundo, acusem o governo norte-americano de praticar uma política fiscal suave que eleva os juros, onera todo o sistema fi-

nanceiro internacional e pode levar à catástrofe, não só da economia interna, mas de todo o mundo capitalista?

As respostas são muitas. Mas, tomemos as explicações dadas pelo próprio governo norte-americano. "A política económica do presidente Reagan é coerente com os seus objectivos, ou seja, a defesa dos interesses do povo dos Estados Unidos. Não há que esperar que ela se volte a favor dos povos das demais nações do mundo", disse Beryl Sprinkel, subsecretário do Tesouro para Assuntos Monetários dos EUA ao responder a perguntas de jornalistas de sete países (25-9-84). Esses profissionais manifestaram a sua preocupação com a dívida externa do Terceiro Mundo e perguntaram sobre a contradição da política de Reagan que, no seu entender, ao afrouxar a tributação sobre o cidadão norte-americano provoca um elevado défice fiscal, que eleva os juros, prejudica os endividados e trava o comércio internacional.

Sprinkel reiterou: "temos dificuldades em distinguir o que é bom para o norte-americano e para as demais regiões do mundo. Nós representamos o povo norte-americano. Reduzimos os gastos privados e esperamos que eles gastem bem esse dinheiro, reactivando a economia".

### Miragens

A questão, entretanto, não é tão simples como a apresenta Sprinkel ou o próprio Reagan (ainda que seja eficaz em termos eleitorais, facto, aliás, demonstrado nas últimas eleições). Os EUA são hoje, mais do que qualquer outro, um país interdependente e, portanto, proibido de pensar em soluções individuais para sair da crise, a menos que estejam dispostos a levar o sistema capitalista à ruína.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Washington assumiu a liderança do bloco capitalista por razões de superioridade económica, traduzidas então no maior avanço industrial e tecnológico, na maior produtividade e no maior poderio militar do sistema. Isso reflectiu-se no dólar que passou a ser a moeda hegemónica plena (o comércio mundial realiza-se maioritariamente em dólares, obrigando os bancos centrais de quase todo mundo a constituírem reservas nessa moeda). As exportações de manufacturas e os investimentos directos norte-americanos no estrangeiro superaram os índices de qualquer outro país do sistema capitalista ocidental, considerado individualmente.

Essa hegemonia plena do dólar e, por conseguinte, dos EUA, está em declínio desde meados dos anos 60 (ver tabela). Em 1971, Richard Nixon aceitou desvalorizar o dólar porque o país apresentou — pela primeira vez na sua história — défice comercial. Ao lado da desvalorização da moeda, Ni-

xon decretou também uma sobretaxa de 10% sobre as importações. A partir daí, o declínio de Washington como centro dirigente do mundo capitalista tornou-se evidente. Os governos que o sucederam foram mais ou menos impotentes para recuperar a confiança interna e externa na capacidade dos EUA de liderarem o mundo e fazê-los retornar à prosperidade vivida anteriormente. Na verdade, o que Reagan prometeu, não passa de miragens.



A Bolsa de Valores de Nova Iorque, símbolo do mundo dos negócios norte-americanos

### O dólar sob ameaça

Reagan assumiu a presidência prometendo aos norte-americanos a recuperação plena da liderança a nível mundial (retorno ao *Destino Manifesto*) e, a nível interno, a volta ao bem-estar. Para a classe média dos EUA — que, definitivamente, quase sempre decide os resultados das eleições —, ele conseguiu o fim proposto. Mas, muitos economistas, financeiros e personalidades da sua própria equipa de governo não pensam assim.

Paul Volcker, presidente da FED (Banco Central dos EUA), realçou recentemente que o défice fiscal (cerca de 197 mil milhões de dólares este ano) tem sido cada vez mais financiado por recursos externos (os altos juros pagos pelo mercado financeiro norte-americano atraem capitais do resto do mundo) e outros factores de curto prazo. "Isso pode ser feito durante um ou dois anos, mas não para sempre", disse. O seu receio — compartilhado por analistas privados europeus e norte-americanos — é que a crescente dependência externa do défice ameace finalmente o dólar e liberte, de novo, a inflação.

Henry Kaufman, economista chefe da corretora *Salomon Brothers*, alertou que, sem cortes imediatos e radicais no défice fiscal dos EUA, poderá ha- ▶

## Políticas traçadas pelos países ricos

	Rambouillet (1975)	Porto Rico (1976)	Londres (1977)	Bonn (1978)
<b>Crescimento, Inflação e Emprego</b>	Para consolidar a recuperação é essencial evitar que se desatem forças inflacionárias adicionais e, além do mais, reduzir o desemprego. Não aceitaremos outra onda explosiva inflacionária.	Acreditamos que a combinação de políticas correctas possam fazer com que consigamos nossos objectivos de uma ordenada e firme expansão, redução do desemprego e renovado progresso no sentido do nosso alvo comum de eliminar o problema da inflação.	Comprometemos nossos governos a colocar metas de crescimento económico ou político de estabilização que, tomadas em seu conjunto, devem ser a base de um crescimento não-inflacionário firme. Criar mais postos de trabalho e continuar combatendo a inflação.	Um programa de acções alternativas para países que enfrentam diferentes condições para assegurar um crescimento não-inflacionário contínuo. Em países cujas balanças de pagamentos e taxa de inflação não imponham restrições especiais, requer-se um incremento rápido na procura interna. Naqueles em que os crescentes preços e custos estão criando fortes pressões, devem ser tomadas novas medidas contra a inflação.
<b>Comércio Internacional</b>	Acceleza as negociações comerciais multilaterais para conseguir o máximo nível possível de liberalização comercial em 1977.	Os países que cedem ao protecção comercial ficam expostos a uma deterioração de sua posição competitiva, podendo afectar o vigor das suas economias e, ao mesmo tempo, pode pôr-se em movimento uma reacção em cadeia que diminua o volume do comércio mundial, prejudicando todos os participantes.	Rejeitamos o protecção comercial: pode fomentar o desemprego, incrementar a inflação e minar o bem-estar de nossos povos. Daremos um novo impulso à Reunião de Tóquio das negociações comerciais multilaterais.	Reafirmamos nossa determinação para expandir o comércio internacional. Através dos nossos esforços conjuntos, manteremos e fortaleceremos o sistema comercial internacional aberto.
<b>Energia</b>	Nossos interesses comuns exigem que continuemos cooperando para reduzir nossa dependência da energia importada.	Fazer esforços para desenvolver, conservar e usar racionalmente os recursos energéticos e apoiar os objectivos nesse campo dos países em desenvolvimento.	Conservar a energia e incrementar e diversificar sua produção, reduzindo nossa dependência do petróleo. Incrementar a produção de energia nuclear para ajudar a conseguir os fins energéticos mundiais.	Apesar de alguma melhoria, nossa situação energética actual é insatisfatória. Nossos países revisarão seus programas nacionais de energia com objectivo de acelerá-los.
<b>Problemas Monetários</b>	Nossas autoridades monetárias actuarão para atenuar as condições desordenadas ou as flutuações erráticas dos mercados de câmbio.	A estabilidade necessária nas condições económicas e financeiras subjacentes não foi ainda restaurada.	Comprometemo-nos a buscar recursos adicionais para o FMI e apoiar o vínculo entre suas práticas creditícias e a adopção de políticas de estabilização apropriadas.	A flutuação errática dos mercados cambiais vem tendo um efeito devastador na confiança, no investimento e crescimento do mundo inteiro. Nossas autoridades monetárias continuarão intervindo para atenuar as condições desordenadas dos mercados.
<b>Relações com o Terceiro Mundo</b>	O firme crescimento das nossas economias é necessário para o crescimento dos países em desenvolvimento. Faremos a nossa parte, através do FMI e outros foros internacionais apropriados, para conseguir melhorias urgentes nos acordos internacionais.	Nossos esforços por uma cooperação económica internacional devem ser considerados como complementares às políticas dos países em desenvolvimento.	A economia mundial só pode crescer de maneira firme e equitativa se os países em desenvolvimento compartilharem esse crescimento. Propomo-nos a incrementar o fluxo de ajuda e de outros recursos reais para esses países.	Nos próximos anos, os países em desenvolvimento podem contar conosco para um incremento no fluxo de assistência financeira e de outros recursos para seu desenvolvimento.
<b>Relações Leste-Oeste</b>	Buscamos um ordenamento e um produtivo incremento nas nossas relações económicas com os países socialistas como um elemento importante no progresso da <i>détente</i> e do crescimento económico mundial.	Apreciamos o contínuo crescimento do comércio Leste-Oeste e expressamos a esperança de que as relações económicas entre o Leste e o Oeste possam revelar seu potencial total, baseado em relações comerciais e financeiras recíprocas e firmes.	Convidamos os países do Come a incrementar o fluxo de ajuda e outros recursos reais para os países em desenvolvimento.	Lamentamos profundamente o fracasso dos países do Come em assumir sua parte na assistência financeira aos países em desenvolvimento e os convidamos, uma vez mais, a fazê-lo.

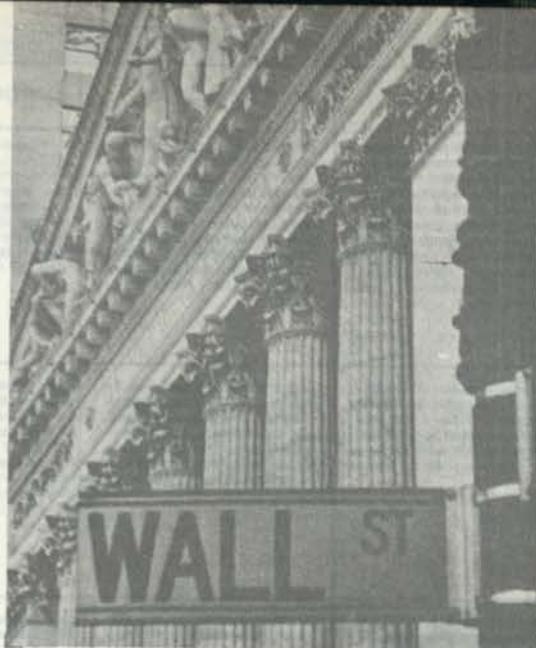
\* Reproduzido de: Mário A. Vizcaino Sahagún - Mapa Económico Internacional, Departamento de Economía Internacional, Cide, México, 1982, pp. 90, 91.

Tóquio (1979)	Veneza (1980)	Ottawa (1981)	Versailles (1982)
Os aumentos nos preços do petróleo terão sérias consequências económicas e sociais, significam mais inflação e menos crescimento; provocarão maior desemprego, mais dificuldades na balança de pagamentos e porão em perigo a estabilidade dos países subdesenvolvidos e industrializados.	São necessárias determinadas restrições fiscais e monetárias para quebrar as expectativas não-inflacionárias. Medidas desse tipo podem ser económicas e politicamente difíceis a curto prazo, mas são essenciais para um crescimento não-inflacionário firme (sustentado) e para aumentar o emprego, que é nossa maior meta.	Devemos continuar reduzindo a inflação; se quisermos assegurar uma alta taxa de investimento e um crescimento firme, do qual depende a recuperação do emprego. Devemos levar em conta (apreciar) a necessidade de mudar as expectativas de crescimento e de rendimento.	O crescimento económico e o emprego devem ser incrementados. Isso só será conseguido sobre bases firmes, se chegarmos a ter êxito em nossa luta contínua contra a inflação.
Os acordos assinados em Tóquio são uma importante conquista; nos comprometemos a uma imediata e completa implementação. Queremos fortalecer o Gatt.	Apoiamos a conclusão positiva das negociações comerciais multilaterais. Recebemos, com agrado, a participação de alguns países em desenvolvimento nas negociações e convidamos outros a participar.	Reafirmamos nosso compromisso de manter políticas comerciais liberais e a operação efectiva de um sistema comercial multilateral aberto, como o compreendido no Gatt.	A fim de promover a estabilidade e o emprego através do comércio e crescimento, resistiremos às pressões protocolares e às práticas que distorcem o comércio.
A tarefa mais urgente é reduzir o consumo de petróleo e impulsionar o desenvolvimento de fontes alternativas. Poremos limites à importação de petróleo.	Devemos romper o vínculo existente entre crescimento económico e consumo de petróleo e nos propomos a fazê-lo nesta década.	Apoietemo-nos fortemente nos mecanismos de mercado para acelerar o desenvolvimento e o uso de todas as nossas fontes de energia.	Não houve menção ao tema.
Continuaremos a cooperação nas políticas dos mercados de câmbio e no apoio ao FMI tanto no seu papel de vigilância quanto no do fortalecimento do sistema monetário internacional.	Reafirmamos nosso compromisso de estabilizar os mercados cambiais. O Sistema Monetário Europeu tem contribuído para esse fim.	Em um mundo de intensos fluxos de capital e grandes déficits, interessa a todos que a solidez do sistema bancário e das instituições financeiras internacionais seja mantida totalmente. Aprovamos o papel, recentemente ampliado, do FMI em financiar déficits de pagamentos em termos que fomentam ajustes necessários.	Estamos dispostos a recorrer à intervenção nos mercados cambiais para impedir condições de desordem e a fortalecer nossa cooperação com o FMI e suas tarefas de vigilância.
Reconhecemos a necessidade de incrementar os fluxos de recursos financeiros aos países em desenvolvimento, inclusive fundos públicos e privados, bilaterais e multilaterais. Um bom clima para os investimentos nos países em desenvolvimento aumentaria o fluxo de investimento estrangeiro.	Estamos profundamente preocupados pelo impacto dos aumentos dos preços do petróleo nos países em desenvolvimento que importam essa matéria-prima. Pedimos ao Banco Mundial que considere a possibilidade de estabelecer um novo fundo para assistência energética.	Continuamos dispostos a apoiar os países em desenvolvimento nos esforços que fazem para promover seu desenvolvimento social e económico.	É importante que se mantenha um alto nível de fluxos financeiros e que seu montante e eficiência sejam acrescentados, no maior grau possível, com responsabilidades compartilhadas entre todos os países capazes de dar uma contribuição.
Uma vez mais pedimos com urgência aos países do Come que ocupem seu lugar nos programas de ajuda aos países em desenvolvimento.	Os países industrializados democráticos não podem carregar sozinho a responsabilidade da ajuda aos países em desenvolvimento; deve ser compartilhada equitativamente pelos países exportadores de petróleo e pelos países comunistas industrializados.	A União Soviética e seus sócios, cujas contribuições são insuficientes, devem distribuir mais assistência ao desenvolvimento, e participar mais das exportações dos países em desenvolvimento, respeitando sua independência e não-alinhamento. Nossas relações económicas com o Leste devem continuar sendo compatíveis com nossos objectivos políticos e de segurança.	Concordamos em prosseguir com um enfoque prudente e diversificado com respeito à URSS e Europa Oriental, coerentes com nossos interesses de segurança e políticos, inclusive com acções directas em áreas-chaves.

ver um aumento nos juros devido ao choque futuro entre a procura de crédito público e privado. Kaufman (considerado como "o guru de Wall Street", porque as suas previsões sempre fazem oscilar os mercados financeiros internacionais) defendeu um corte de 50 a 60 mil milhões de dólares no défice, nos próximos 12 meses, através de duas medidas: 40% de aumento de impostos e 60% de redução de gastos governamentais. Se isso for deixado para mais tarde, alertou, o resultado poderá ser dramático.

Mas, desde o começo do seu governo, Reagan rejeitou as acusações de que o défice orçamental seja causa dos elevados juros. Argumentava que a maior procura de crédito por parte do governo (para financiar a corrida armamentista<sup>1</sup>), era compensada pela menor procura do sector privado

<sup>1</sup>A corrida armamentista desencadeada por Reagan visa também obrigar a União Soviética a desviar recursos destinados aos investimentos produtivos e provocar descontentamento na população, provocando assim uma crise económica e social. Na verdade, o recrutamento da "guerra fria" prejudica, a curto prazo, mais a economia soviética que os prejuízos que causa à economia norte-americana. Mas, a curto ou longo prazo, os problemas derivados dessa política armamentista dos EUA podem levar à ruína o sistema capitalista. Esse risco parece não existir para o bloco socialista.



por causa da situação recessiva (que durou até ao final do terceiro ano do seu governo). Mas a economia dos EUA começou a expandir-se em fins

## **M** INDÚSTRIA GRÁFICA **MIRANDELA & CA. (IRMÃO), LDA.**



Travessa da Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA - PORTUGAL  
Telefs. 36 61 61 / 32 13 68 / 32 12 27 / 36 66 67 / 36 98 03 • Telex 42923 MIGRAF P



**Especialidades:** Revistas; Jornais; Livros; Catálogos; material publicitário.

**Processos de impressão:** Tipografia; Offset folha-a-folha e em rotativas.

**Composição:** A quente e a frio.

**Reprodução:** Scanners.

**Specialities:** Magazines; Journals; Books; Catalogues; advertising matter.

**Printing processes:** Letterpress; sheet and rotary offset.

**Composition:** Hot and Cold setting.

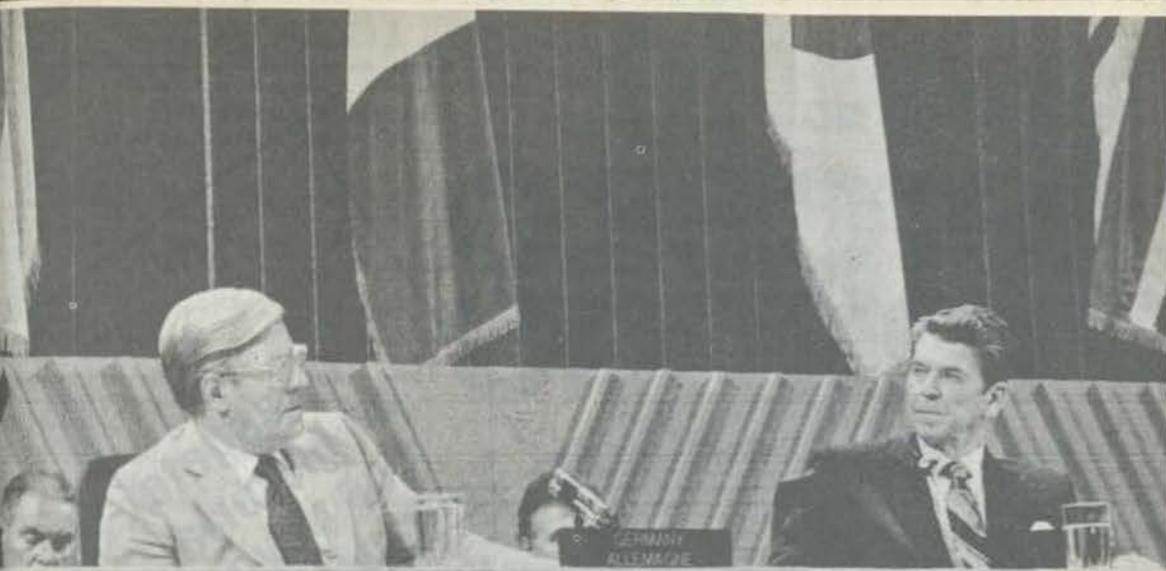
**Reproduction:** Scanners.

**Spécialité:** Revues, livres, journaux, catalogues, matériel publicitaire.

**Procédé d'impression:** Typo, offset à feuille et rotative.

**Procédé de composition:** Composition à chaud et à froid.

**Procédé de reproduction:** Scanners.



O ex-chanceler alemão federal Helmut Schmidt afirmou que a recuperação dos EUA acabaria quando Reagan (na foto com ele) fosse reeleito. Muitos compartilham do seu ponto de vista

do ano passado e os juros, em vez de baixarem, subiram (de 10,5% em Agosto de 1983 passaram a 13,5% em Julho último).

Quando isso ficou claro, Reagan passou a oferecer outro argumento. No discurso feito aos representantes dos bancos centrais, no início da reunião conjunta do Banco Mundial e do FMI, a 27 de Setembro passado, afirmou que os altos juros são compensados pelo aumento das importações norte-americanas,<sup>2</sup> que favoreceria sobretudo os países endividados do Terceiro Mundo. No mesmo sentido, rejeitou que os altos juros expliquem a força do dólar. Segundo disse, o poder da moeda norte-americana deve-se aos sinais de fortalecimento da economia dos EUA e ao êxito da sua política anti-inflacionária, que atrai capitais do resto do mundo.

Para explicar os altos juros, o presidente republicano alegou a existência de expectativas inflacionárias de longo prazo, incorporadas nos cálculos dos bancos e dos investidores, que incorporam essas expectativas nas taxas de mercado. Para Reagan, essas expectativas desaparecerão quando o mundo se convencer que a política económica dos EUA é suficientemente sólida para evitar o finan-

ciamento inflacionário dos défices públicos.

Acontece, no entanto, que ninguém — à excepção da classe média que tem um rendimento anual superior a 10 mil dólares e da indústria bélica, actuais beneficiários da política de Reagan — acredita na solidez das medidas implementadas pela actual administração. O ex-chanceler alemão federal Helmut Schmidt — que não pode ser acusado de partidário da URSS — afirmou que a recuperação dos EUA iria acabar quando Reagan fosse reeleito. (A afirmação foi feita numa entrevista ao jornal *New York Times* que, junto com o *Washington Post*, fazem oposição ao presidente.) Muitos outros analistas compartilham da sua interpretação.

Os agricultores norte-americanos queixam-se de estar a viver o pior ano da sua história. Os pequenos bancos reclamam da política praticada pela FED que os obrigam a participar do resgate da dívida do Terceiro Mundo (que foi contraída com os grandes bancos). Por sua vez, os sindicatos agrupados na AFL-CIO advogam pela desvalorização do dólar ante a evidência de que a redução das exportações norte-americanas já provocou a perda de mais de um milhão e 200 mil empregos. O descontentamento em diversos sectores sociais e produtivos dos EUA é grande.

O mesmo acontece no resto do mundo. Todos acham que estão a pagar pela recuperação da economia norte-americana, sem que isso se traduza no conjunto, em benefícios para o sistema. Só a Alemanha Federal, por exemplo, envia aproximadamente mil milhões de dólares por mês aos EUA e apenas uma quarta parte dessa cifra se dirige a in-

<sup>2</sup> Carlos Viacava, director da CACEX (Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil), calculou que as sobretaxas compensatórias (protecção) exigidas pelos Estados Unidos no desembarque de exportações brasileiras causam um prejuízo anual de 1,8 mil milhões de dólares. Os juros, entretanto, custam anualmente ao Brasil 55,8 mil milhões adicionais. O cálculo não é diferente para nenhum outro país nas actuais circunstâncias. Variam as cifras, mas as proporções mantêm-se.

cadernos do

# terceiro mundo



Leia e assinie  
Cadernos do  
Terceiro  
Mundo



África Austral:  
a negociação

Tricontinental Editora, Lda.  
Calçada do Combro, 10-1.º  
1200 LISBOA  
Telefones 320650/320751  
Telex 42720 CTM TE P

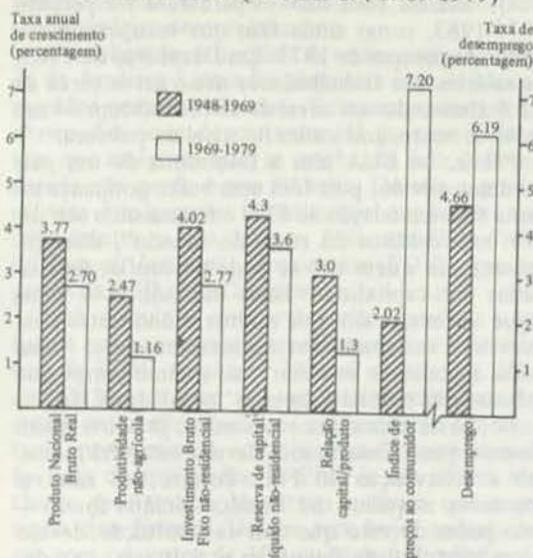
Assinaturas  
Anual (12 números)  
Portugal — 650\$00  
Espanha — 900\$00  
Europa, Angola, Moçambique,  
Cabo Verde, Guiné e São Tomé e  
Príncipe — 23 dólares USA  
Restantes Países — 28 dólares  
USA

o resgate  
da história  
dos povos  
sem história

APARTHEID  
A longa luta  
do ANC

Circulação  
em 70 países.  
Correspondentes  
no exterior  
4 edições em 3  
idiomas. Matérias  
exclusivas.  
Desde 1978  
em Portugal  
Nas bancas e  
livrarias — 100\$00

## ALGUNS INDICADORES COMPARADOS (1948-1969, 1969-1979)



Fonte: *Economic Report of the President, 1981. USGPO*

vestimentos produtivos (destinados à produção de bens de consumo). Esse fluxo de capitais é ainda maior no caso do Japão. As empresas *Siemens* e *Mercedes Benz*, com níveis de milhões de dólares em reservas, acham mais rentável colocar o seu dinheiro em aplicações de curto prazo nos EUA do que investir nas próprias fábricas.<sup>3</sup> O Terceiro Mundo, por sua vez, descapitaliza-se, dia a dia, pelos pagamentos que faz para cobrir o serviço da sua dívida externa (só o Brasil paga sete mil dólares por minuto de juros). Enquanto isso, os EUA deixaram de ser exportadores de mercadorias para se tornarem importadores líquidos de capitais.

<sup>3</sup>Ver *New York Times*, 8.7.83.



A economia dos EUA é comparada a uma "bolha a ponto de estourar"

### A outra face da moeda

Os Estados Unidos estão a ponto de se converter no maior devedor do mundo. Segundo Mário H. Simonsen, ex-ministro da Fazenda do Brasil e actual consultor do *Citibank* (um dos 10 maiores bancos norte-americanos), os EUA serão, em 1985, devedores líquidos de capital, ou seja, as suas dívidas no exterior serão mais elevadas que os seus créditos. O que não acontecia desde 1917. A dívida externa atingirá 150 mil milhões de dólares e, em 1986, será o dobro da brasileira.

O défice da balança de pagamentos (soma de todas as transações do país no estrangeiro) no primeiro semestre deste ano alcançou 44 mil milhões de dólares. Quando Reagan tomou posse, o saldo era positivo. A dívida total (interna e externa) é de 1,6 biliões de dólares. Quando Reagan, assumiu era de um bilião.

O défice da balança comercial (exportações menos importações de mercadorias) é actualmente de

### Ciclo e recessão

□ Nos últimos 10 anos, a economia norte-americana passou por três períodos de recessão (com duração de um, dois e dois anos respectivamente), alternados por três períodos de recuperação (de dois, um e um ano respectivamente). Manter-se-á esta tendência?

1974 - 1975	- Recessão (fim do governo Nixon; administração Ford)
1975 - 1977	- Recuperação (Ford)
1978 - 1980	- Recessão (Carter)
Ago. 1980 - Jul. 1981	- Recuperação (Carter; Começo da administração Reagan)
Ago. 1981 - Ago. 1983	- Recessão (Reagan)
Set. 1983 - Ago. 1984	- Recuperação (Reagan)
Set. 1984 -	Sinais de desaceleração (Reagan)



A questão da dívida é altamente política

130 mil milhões de dólares. Cada mil milhões de défice nas transações comerciais representa a perda de um entre cada quatro empregos na indústria dos EUA. Só na indústria do aço, há 10 anos sob forte protecção, o desemprego já atingiu 45% da força de trabalho nos últimos quatro anos. Cem mil empregos já são considerados extintos, de forma permanente, nesse sector. Um quarto do parque automóvel norte-americano está ocupado pela indústria japonesa.

Os investimentos produtivos (que geram bens e serviços destinados ao consumo e criam empregos) cresceram apenas 0,4% nos últimos quatro anos. É o menor crescimento registado na história do país

## Os pobres ficaram mais pobres

Na campanha política deste ano, Reagan repetiu a pergunta que fizera em 1979 aos norte-americanos: "Você vive melhor hoje do que há quatro anos?"

Uma pesquisa feita pela revista *US News and World Report* indicou: 42% dizem viver melhor agora, 36,5% dizem que a sua situação é semelhante à de quatro anos atrás e 20,5% afirmam viver pior.

Entre 1980-84, as famílias de classe média obtiveram um aumento de poder de compra de 3,5%, descontados os impostos e a inflação. Mas

desde a depressão de 1929. Os únicos investimentos actualmente expressivos são no sector de serviços, no mercado financeiro e em tecnologia militar.

Os salários reais não só perderam no período 1975-1983, como ainda têm que recuperar o seu poder de compra de 1975. Em Dezembro de 1983, os salários dos trabalhadores situavam-se cerca de 2,5% abaixo do seu nível de 1975. Existem 34 milhões de norte-americanos no nível de pobreza.

"Hoje, os EUA têm a fisionomia de um país subdesenvolvido, pois têm uma baixa poupança interna (8% em relação ao PIB) e financiam o seu défice com créditos do resto do mundo", disse Simonsen, de quem não se pode desconfiar de simpatias anti-capitalistas. Esses indicadores — prossegue — fazem com que muitos economistas considerem a economia norte-americana como "uma bolha a ponto de estourar", ao mesmo tempo que indicam que o dólar é, hoje, o "peso" dos EUA<sup>4</sup>.

Com esse panorama económico, já houve quem dissesse que a Casa Branca deveria estar, há muito, sob a intervenção do FMI. Porém, isso não vai acontecer enquanto os Estados Unidos forem — pelo poder de voto que têm na instituição, devido à sua contribuição financeira maioritária — os donos do Fundo.

## O poder do Terceiro Mundo

A "política de força" adoptada por Reagan faz-se sentir com mais dureza sobre os países do Terceiro Mundo. Porém, ironicamente, são eles que possuem o poder para romper, não só com a sua de-

<sup>4</sup>O número de falências multiplicou-se por oito nos últimos quatro anos, disse o *chairman* da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), William Isaac. Segundo Isaac, existem actualmente 800 bancos em situação problemática nos EUA.

os 20% mais pobres da população perderam 7,6% dos salários, enquanto os 20% mais ricos ampliaram o seu poder de compra em 8,7%. Seis milhões de norte-americanos foram oficialmente colocados na faixa de cidadãos pobres desde que Reagan chegou ao poder, elevando a 35 milhões o número de pessoas nessa faixa.

A situação para os 24 milhões é ainda pior. A política de Reagan acentuou a sua miséria: o seu rendimento familiar, comparado com a de 1980, foi reduzida em 5,3%. O índice de desemprego entre eles aumentou de 14,4% para 16%. Quase 35% dos negros vivem abaixo do nível de pobreza que, nos EUA, é fixado em cinco mil dólares anuais para um solteiro e 10 mil dólares para uma família de quatro membros.

pendência, mas com o sistema financeiro internacional. A dívida total de mais de 700 mil milhões de dólares que esses países têm com o sistema capitalista teria que ser, em vez de um factor de estrangulamento das suas economias, a chave para um verdadeiro desenvolvimento.

A explicação é simples. A maior parte da dívida da América Latina foi contraída com os bancos privados norte-americanos. Estes emprestaram dinheiro dos seus depositantes. O governo federal tem que assegurar que, se um banco falir, o depositante não perde o seu dinheiro. Ou seja, o governo tem que garantir a restituição dos fundos aos depositantes, o que deve ser feito através da *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), que depende da FED e do Congresso.

Mas, calcula-se que os depósitos internos e externos nos bancos norte-americanos, fora da cobertura da FDIC, totalizem 730 mil milhões de dólares. Os bancos, por sua vez, não constituíram reservas suficientes para se resguardarem de eventuais moratórias. A maioria deles emprestou muito mais do que podia. A FED é, em última instância, prestamista. Mas, com a dívida que o governo dos Estados Unidos tem hoje, poderia arcar com os custos de 100 ou mais mil milhões de dólares em vermelho? Os bancos têm solicitado os serviços de companhias privadas de seguros para os depósitos superiores a 100 mil dólares. Essa política, porém, tem limites, como reconhecem fun-

cionários do próprio governo.

A questão da dívida do Terceiro Mundo é, portanto, altamente política, e o interesse maior é dos próprios países ricos. Fazer-nos acreditar o contrário (e aceitar negociações lesivas para os nossos países) é parte do projecto de reconversão capitalista, liderado pelos Estados Unidos sob o comando de Reagan. Este facto é reconhecido até mesmo pelos grandes bancos. A projecção que o Banco Morgan fez para 1986 reconhece que, para superar a crise financeira, é mais importante o crescimento dos países industrializados que os *ajustes* (propostos pelo FMI) aos países pobres. Diz: "ainda que os países devedores fizessem os maiores esforços para corrigir os seus desequilíbrios, um crescimento mínimo nos países ricos — menor inclusive que 2% no período 83/86 — significaria que os 21 maiores devedores teriam uma dívida superior em 70% à de 1982 e nenhuma melhoria na sua posição de vulnerabilidade" (dívida externa em relação às exportações).

E o crescimento nos países ricos depende, sobretudo, da marcha da economia dos Estados Unidos, onde, como já vimos, as previsões são, em geral, pessimistas. A economia norte-americana já começou a perder o ritmo e é provável uma nova recessão a partir do próximo ano (*ver Caixa*). Com esse panorama, continuarão os países do Terceiro Mundo à espera do "milagre das exportações" para superar os seus problemas? (*Maluza Stein*) ●



## Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÂSCULAS E BALANÇAS

**o peso é a nossa profissão!**

INTERNATIONAL ÁFRICA AWARD 1984

International trophy for quality  
1979, 1980, 1981, 1982



International award  
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. — APARTADO 12 — TELEX 32125  
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 — 4700 BRAGA — PORTUGAL



Matéria de capa

EUA/Nicarágua

## Um xeque-mate difícil

“Hoje, após uma década de quase total isolacionismo, quando até mesmo a sugestão de uma ação militar provocava denúncias de estarmos ‘a planejar um novo Vietname’, podemos voltar a pensar realisticamente no uso da força”.

Estas palavras de Mark Cancian, analista de sistemas do Pentágono, marcaram o retorno à velha tradição que, durante tantos anos, definiu

as bases da política externa dos Estados Unidos. Como observou o major Maxwell O. Johnson num estudo recente, “só no período posterior à Segunda Guerra Mundial, os EUA usaram mais de 200 vezes a força militar como instrumento político”.

O Vietname tinha temporariamente quebrado essa tradição. Mas o fim da política de coexistência de Carter e o advento dos orçamentos de defesa de Reagan fizeram com que a política externa fosse novamente concebida como um jogo de xadrez geopolítico, no qual as nações do Terceiro Mundo seriam — como diz o título de um conceituado estudo, realizado em 1982, pelo *Army War College* — “Microestados: peões no equilíbrio es-

*A situação gerada pelo intervencionismo do governo Reagan na América Central lembra a situação em Granada e na Indochina*

tratégico mundial”.

Essa nova busca de afirmações, não era porém, uma simples repetição da política imperialista do *big stick* ou da arrogância dos anos 60. O complexo período pós-Vietname introduziu uma visão mais sofisticada das dificuldades de uma intervenção. O aparelho militar, ressuscitado, estava pronto e disposto a agir mas, desta vez, pretendia escolher cuidadosamente o al-

vo e preparar pormenorizadamente o terreno polí-

\* Este artigo foi publicado inicialmente na revista *Nac-la Report on the Americas*, editada pela *North American Congress on Latin America*, uma organização norte-americana independente, sem fins lucrativos. O autor é jornalista em Nova Iorque, e escreveu esta matéria após ter passado três meses pesquisando na região centro-americana. O trabalho profissional de Alan Nairn tem causado irritação em Washington desde que, em 1980, ele publicou uma detalhada exposição das relações da administração Reagan com a extrema-direita guatemalteca. Desde então, seus artigos aparecem no *New York Times*, *The Washington Post* e no *The New Republic*. O seu mais recente artigo, publicado no *The Progressive*, é um estudo de 20 anos de apoio norte-americano aos “Esquadrões da Morte” salvadorenhos.

tico e estratégico.

Os cérebros do Pentágono não alimentavam ilusões grandiosas de usar o poderio militar para introduzir mudanças nas forças sociais básicas; longe disso, eles tinham em vista objectivos bem mais modestos e fáceis de atingir. Um estudo do *War College*, baseado num modelo matemático de invasão e do seu impacto, constatou que "a intervenção militar produz só um efeito limitado sobre o comportamento estrutural do país-alvo. (...) A capacidade de manter a ordem civil após a intervenção estrangeira não é muito grande", embora a tarefa mais directa de eliminar inimigos e promover aliados apresente "resultados mais favoráveis".

Lado a lado com esta crescente percepção dos possíveis percalços nos "países-alvos", surgiu uma nova conscientização das restrições políticas no cenário interno. A nova situação tem confundido muita gente com notícias de concentrações de forças militares num dia e advertências do Pentágono contra intervenções prematuras, no outro. A contradição, porém, é mais aparente que real. Os burocratas da segurança nacional norte-americana não se transformaram em pombos. Mas eles formam uma comunidade de sobreviventes da guerra do Vietname que levam demasiado a sério a tarefa de planear as operações na América Central para as deitar a perder por precipitação. Primeiro, assinalam, é necessário consolidar o apoio político e colocar, minuciosamente, em posição os elementos de uma iniciativa vitoriosa.

O artigo de Cancian é um exemplo deste método e vale a pena citá-lo. Por um lado, ele adverte que "os meios militares são geralmente inadequados para a consecução de objectivos políticos"; na América Central, em particular, convém esgotar primeiro os meios políticos. Ao mesmo tempo, diz ele, uma vez iniciada a batalha militar, a política interna norte-americana exige que a acção seja rápida e decisiva.

"A estratégia da guerra de atrito" — escreve ele — "depende da capacidade de suportar a dor, uma capacidade que não é muito certa nas democracias do Ocidente. (...) Geralmente, o que acontece é: apoio (ou pelo menos aceitação) inicial por parte da opinião pública; luta prolongada sem resultados aparentes; retracção do apoio popular; uma batalha que parece ter sido perdida (como a de Tet ou Dien Bien Phu); uma mudança de governo e, depois, a retirada."

A solução, diz Cancian, é "malhar enquanto o ferro está quente": "Tudo tem de ser feito durante o período inicial de apoio popular. (...) A estratégia pode ser guerra de manobras, como sugerem alguns, ou escalada maciça. (...) Implica também abandonar a iniciativa, sem perda de tempo, caso o esforço fracasse".

A lição do Vietname, afirma ele, foi que "a política do gradualismo não funciona". O único desvio em relação a ela — o bombardeamento de Hanoi no Natal de 1972 (conhecido como Operação Linebacker II) — foi, na sua opinião, "um tremendo sucesso".

### Gradualismo ou intervencionismo?

O conceito do gradualismo é ainda hoje motivo de controvérsia nos círculos militares dos Estados Unidos. Alguns oficiais irritam-se com as restrições que lhes são impostas em El Salvador. Outros objectam que o papel dos EUA naquele país é ainda essencialmente político. Já que a fase militar ainda não começou, dizem eles, a escalada gradual continua a ser uma estratégia aceitável. Medidas decisivas só serão necessárias quando Washington concordar que os Estados Unidos devem resolver a questão militarmente.



Desde 1980 que há consenso nos EUA no sentido de se aumentar a capacidade intervencionista, especialmente na América Central

A necessidade de aumentar a capacidade intervencionista dos EUA — e fazê-lo de modo politicamente aceitável — tem sido objecto de consenso, desde 1980. O Documento Branco do Exército, de Fevereiro de 1980, motivou uma série de mudanças, inclusive a expansão de forças especiais de contra-guerrilha, o desenvolvimento de "forças mais ligeiras e mais maneáveis que usem tecnologia com maior capacidade de destruição e sobrevivência", e um novo conjunto de táticas convencionais de campo — a doutrina de batalha terra-ar — imbuídas "do espírito de lutar para vencer". Várias forças ligeiras, "fundamentalmente configuradas e treinadas para reacção rápida e operações de invasão pela força", foram reorganizadas e ampliadas.

Em 1982, o Corpo de Fuzileiros activou nove pelotões de defesa aérea avançada. Em 1983, o exército reorganizou a 101.ª Divisão de Ataque

Aéreo, em Fort Campbell, Kentucky, e reactivou 13 companhias de infantaria em Fort Lewis, no estado de Washington, e no Hawai. Em 1984, inaugurou duas novas divisões móveis de dez mil homens cada, especialmente equipadas para conflitos "de pouca intensidade" no Terceiro Mundo e capazes de cruzar o oceano em quatro dias, ao invés dos onze dias normalmente necessários.

Estas unidades, cuja missão básica é invasão e ocupação directa, foram reforçadas por forças aperfeiçoadas de operações especiais que, segundo afirmações do secretário Weinberger no Relatório de 1984, "atendem a ameaças na faixa mais baixa do leque de conflitos, onde o uso de forças convencionais possa ser prematuro, inadequado ou politicamente inviável". Em tempo de paz, dizem os chefes conjuntos do estado-maior, essas forças "podem ajudar a treinar as forças militares e de segurança das nações amigas, além de oferecer uma capacidade de reacção rápida e cirúrgica quando cidadãos norte-americanos no estrangeiro são ameaçados por terroristas, dissidentes ou actos irracionais de governos estrangeiros".

Em 1982, o chefe do estado-maior do exército aprovou um plano a longo prazo para a revitalização de forças especiais, consolidando todas as unidades sob um único comando em Fort Bragg, no estado da Carolina do Norte; os "boinas verdes" passaram de 3.600 para 5.800 efectivos e ganharam mais um quartel-general e dois novos batalhões. Os chefes conjuntos formularam planos para a coordenação de operações das forças especiais das várias armas — inclusive os *Seals* da marinha e as operações especiais da força aérea.

A medida que os efectivos aumentavam, os seus olhares voltavam-se para o sul. Os "boinas verdes", cujas tropas se especializam na língua e na cultura de determinadas regiões, passaram a orientar os seus recrutas no estudo da América Latina. "Por que (...) haveríamos de permitir outras revoluções do tipo de Cuba na América Latina", perguntou o General Joseph Lutz, comandante das forças especiais, "quando temos os meios de impedi-las a tempo?" Tendência semelhante ocorreu na escola de operações especiais da força aérea, no campo de Hurlburt, estado da Flórida, que abriga a Primeira Ala de Operações Especiais. Em 1980-81, o exército iniciou um programa de inglês como segundo idioma a fim de aumentar a sua capacidade de absorver recrutas de língua espanhola. A marinha fez o mesmo em 1982, actuando através da Guarda Nacional de Porto Rico.

A essência do treinamento das forças especiais mudou também sob outro aspecto. A revista "exército" noticiou, em Maio de 1983, que, além do "renovado interesse no papel das forças especiais como treinadoras das forças armadas amigas — como no caso de El Salvador — tem sido dada

maior ênfase à preparação para a missão original das forças especiais, que é a de oferecer liderança e quadros de assessores a movimentos de resistência indígenas". Elementos do exército nas Honduras disseram ao autor deste artigo, em Setembro de 1983, que os "boinas verdes" estavam a treinar *contras*, acompanhando-os em missões de penetração na Nicarágua.

As forças navais foram também activadas. As vantagens da marinha "permitem aos EUA manter uma presença de força na região e a capacidade de desembarcar o seu poderio se e quando necessário", comentou o Major Maxwell O. Johnson, do Corpo de Fuzileiros.

### Os planos para as Caraíbas e América Central

Quando o governo Reagan tomou posse, o almirante Harry D. Train II, comandante da frota do Atlântico, observou que os EUA "não possuem forças programadas para uma emergência nas Caraíbas". Mas, já em 1984, uma série ininterrupta de grandes manobras, incluindo, no mínimo, meia dúzia de invasões simuladas, tinha consolidado a frota como importante presença na América Central. Em geral, essas manobras envolviam forças de operação terra-ar (MAGTFs) do Corpo de Fuzileiros, os "escalões de assalto" de intervenção anfíbia. Segundo o secretário-assistente da Defesa, Dov Zackheim, um MAGTF "pode singrar os mares até uma zona de crise sem revelar o seu destino exacto. Sem depender de portos e de campos de aterragem, pode aumentar rapidamente de tamanho a partir de uma base zero, mantendo-se depois graças ao seu poder de fogo e logística naval. Tropas heliotransportadas podem ajudar a isolar ou alargar a testa de ponte estabelecida pelas lanchas de desembarque". A partir de 1981, os Fuzileiros rearmaram as suas unidades de desembarque com "maior impacto por quilo de peso" e obtiveram novos helicópteros, lanchas de desembarque e veículos anfíbios de assalto. Além disso, organizaram grupos de acção de superfície, estruturados em torno das belonaves tipo *Iowa*, da Segunda Guerra Mundial. Os canhões de 16 polegadas desses navios, que voltaram a actuar ao largo de Beirute, podem lançar, a cada 30 minutos, 803 toneladas de munições, num raio de 20 milhas.

No caso da força aérea, o aumento da capacidade de intervenção tem tido um carácter mais tecnológico. Os vôos dos AC-130 e dos aviões-espiões *Mohawk*, em El Salvador e na Nicarágua, empregam novos métodos de fotoanálise por computador. O processo de tirar a fotografia aérea, processá-la nos Estados Unidos e fazê-la chegar às mãos dos comandantes operacionais em El Salvador foi reduzido a uma questão de horas. No Vietname, o

mesmo processo levava de dois a três dias. Consta que, durante a invasão de Granada, a força aérea experimentou o uso de botões nos uniformes das tropas americanas capazes de ser "lidos" por raios infravermelhos, a fim de que os aviões de observação pudessem distingui-las das forças inimigas, durante a noite.

Os aviões militares que largam das Honduras são coordenados por um sistema de navegação a raios laser, e os *contras* que operam em território nicaraguense recebem suprimentos noturnos lançados por aviões C-130 que utilizam o sistema de pára-quedas de abertura a baixa altitude, técnica avançada usada pela primeira vez no Vietname e conhecida por apenas alguns pilotos. A CIA, operando a partir de bases da força aérea em território norte-americano, contrata pilotos por 30 mil dólares a missão.



na América Central ainda está sujeita a dúvidas. Que lugar ocupa a América Central entre as possibilidades extremas? Será outro Vietname ou outra Granada?

Estrategicamente, uma guerra centro-americana seria muito mais fácil que a do Vietname; mas politicamente, muito mais difícil. O Vietname ficava no quintal da China e da União Soviética, que ofereciam aos vietnamitas uma retaguarda logística e uma rota constante de suprimentos. Os Estados Unidos corriam sempre o perigo de um confronto com outra superpotência caso conduzissem a guerra rápido ou longe demais. A Nicarágua e as guerrilhas em El Salvador estão geograficamente isoladas, cercadas por todos os lados por aliados, navios e aviões dos EUA. Em termos estritamente militares, a capacidade norte-americana de vencer é indiscutível. O general Wallace Nutting não pode-



Tropas norte-americanas em Granada: experimentando novas técnicas militares que poderão ser utilizadas noutras regiões

No mundo inteiro, os estrategos do governo Reagan têm salientado a importância do "destacamento avançado" — a tática de manter forças o mais próximas possível do campo de batalha a fim de mapeá-lo e analisá-lo geográfica e politicamente, além de poder avançar a qualquer momento. Esta foi uma das lições aprendidas com o *Centwar*, um jogo de guerra adoptado, em 1983, pelo Pentágono. Embora as tropas para uma invasão centro-americana pudessem ser transportadas de avião directamente dos EUA e do Panamá, as Honduras oferecem uma base avançada conveniente para apoio logístico e de espionagem.

#### Outro Vietname ou outra Granada?

Os militares pós-Vietname do governo Reagan estão prontos para a guerra, mas decididos a escolher uma batalha da qual possam sair vitoriosos. A guerra certa seria na América Central? A viabilidade estratégica e política de uma operação decisiva

ria ter sido mais explícito: "pelo menos no sentido geográfico, a bacia da América Central e das Caraíbas é o nosso Afeganistão, e, se for preciso agirmos nessa região, o resultado está fora de dúvida". Mas a que preço político?

No caso do Vietname, Washington teve um período de carência de cinco anos antes que o sentimento contrário à guerra chegasse a ser um obstáculo. Hoje, mesmo no meio de um recrudescimento do conservadorismo e do patriotismo, a oposição acirrada contra outra intervenção dispendiosa continua surpreendentemente forte. Washington terá de calcular quanto custará atingir os seus objectivos políticos na América Central e que quantidade de tropas pode colocar em campo antes que o Congresso e a reacção da opinião pública o façam parar.

O problema pode ser encarado em termos de níveis. Ao nível actual de intervenção, como reconheceu a Comissão Kissinger, não há qualquer possibilidade de progresso.

## Os gastos de Reagan na América Central

□ Ao se fechar o último ciclo legislativo da primeira administração Reagan, mais de 3,4 mil milhões de dólares terão sido autorizados e aplicados na assistência económica e militar à América Central, para os anos fiscais de 1982 a 1985, segundo dados e fontes do Congresso norte-americano.

De acordo com os números oficiais, o orçamento para o ano fiscal de 1984, que acaba de terminar, foi de 1030,1 milhões de dólares para a América Central, dos quais 321,2 milhões destinaram-se à assistência militar; 188,4 milhões a projectos de desenvolvimento económico, e 520,5 milhões em divisas para compensar défices na balança de pagamentos. Do total para 1984, 469,9 milhões foram autorizados em 1983 e 560,2 milhões em 1984 como parte do pacote de financiamento suplementar resultante das recomendações apresentadas pela Comissão Kissinger.

Segundo fontes do Congresso dos Estados Unidos, os níveis de assistência para 1985, que ainda não foram tecnicamente aprovados, somariam 1169,3 milhões de dólares, de acordo com as solicitações do executivo norte-americano. Espera-se que, com pequenas modificações, seja esse o montante a ser aprovado pelo parlamento. Nos outros dois anos (1982 e 1983) sob influência da actual administração, os níveis totais de assistência regional foram de 474,1 e 666,7 milhões de dólares, respectivamente. Estes números contrastam com os totais para os dois últimos anos fiscais sujeitos às orientações da administração Carter (1980 e 1981), quando os níveis de assistência foram de 131,2 e 177,9 milhões de dólares, respectivamente.

Segundo um funcionário do Congresso, estes números demonstram que a actual administração obteve do legislativo tanto ou mais do que tinham solicitado para financiar a sua política na América Central.

A seguir, os números, país por país, para os anos fiscais de 1984 e 1985. AM refere-se a Assistência Militar, AE a Assistência Económica. O ROCAP é um conjunto de programas de projectos de desenvolvimento económico de carácter regional, não-vinculados a nenhum país em particular:

	1982	1983	1984	1985
<b>BELIZE</b>			(Total)	(Solicitado)
AM	-0-	1	-0-	6
AE	-0-	16.7	14.6	10.0
Total Belize	-0-	16.8	14.6	10.6

### COSTA RICA

AM	2.1	2.6	9.4	10.0
AE	101.5	184.2	152.6	180.0
Total C. R.	103.6	186.8	162.0	190.0

### EL SALVADOR

AM	82.0	81.3	196.5	132.5
AE	154.5	188.1	279.3	290.0
Total E. S.	236.5	269.4	475.8	422.5

### GUATEMALA

AM	-0-	-0-	-0-	10.3
AE	18.2	12.5	21.3	75.0
Total Guatemala	18.2	12.5	21.3	85.3

### HONDURAS

AM	31.2	37.3	77.5	62.5
AE	67.9	87.2	153.0	120.0
Total Honduras	99.1	124.5	230.5	182.5

### PANAMÁ

AM	5.1	5.4	15.5	20.0
AE	11.6	6.2	45.1	39.8
Total Panamá	16.7	11.6	60.6	59.8

### PROGRAMAS REGIONAIS (ROCAP)

AE/Total				
Regional	-0-	-0-	42.9	198.6

### TOTAIS PARA AMÉRICA CENTRAL POR ANO

1980	1984	
	(PRIMEIRA AUTORIZAÇÃO)	
	AM	119.5
AM	11.0 AE	350.4
AE	120.2 Total 84	
Total 80	131.2 (P. A.)	469.9
	1984 SUPLEMENTAR	
	AM	201.7
1981	AE	358.5
	Total 84	
AM	45.0 Suplementar	520.5
AE	132.9	
Total 81	177.9	
	1984 COMPLETO	
	AM	321.2
1982	AE	708.9
AM	120.4 Total 84	
AE	353.7 Completo	1,030.1
Total 82	474.1	
	1985 (SOLICITADO)	
1983	AM	255.9
AM	132.0 AE	913.4
AE	534.7 Total 85	
Total 83	666.7 Solicitado	1,169.3

(Gino Lofredo, "El Día", México)

O primeiro nível da escalada seria um tremendo aumento do apoio oferecido aos substitutos: os *contras*, os hondurenhos e o exército de El Salvador; o segundo, um envolvimento directo e substancial de pessoal da força aérea, marinha e da artilharia e infantaria do exército; o terceiro, combates travados numa escala de grandeza suficiente para causar pesadas baixas norte-americanas; o quarto, compromissos de envio de tropas suficientemente grandes para exigir a volta do serviço militar obrigatório e o quinto, um prolongado envolvimento, bem mais longo que a "lua-de-mel" pós-invasão, possivelmente esperada pelo presidente dos E.U.A.

### Um preço muito alto

Uma análise dos factores estratégicos envolvidos, bem como a opinião de autoridades norte-americanas na região, sugerem que a "recuperação" da América Central não custará pouco aos EUA. Uma invasão da Nicarágua atingiria no mínimo o terceiro nível — com pesadas baixas para os Estados Unidos — e provavelmente também o quarto e o quinto. El Salvador poderia chegar também ao terceiro nível, onde talvez os norte-americanos, através do uso maciço da força aérea e com um contingente limitado, poderiam neutralizar, com poucas baixas, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Esta opção, porém, acarreta outro tipo de preço: o assassinato em massa da população salvadorenha numa escala jamais vista, espectáculo moral que muito provavelmente provocaria problemas internos e internacionais.

Em El Salvador, o governo Reagan já esgotou praticamente todas as suas opções de intervenção indirecta. Desde 1981, interrompeu a entrada de armamentos provenientes da Nicarágua, obteve substancial controlo do esforço de guerra "por trás da porta" e instalou Duarte como presidente eleito. Apesar disso, os guerrilheiros fizeram progressos, enquanto o exército e a oligarquia se tornaram cada vez mais divididos e dependentes. Há ainda certa margem para a escalada sem que seja preciso atingir o quarto limiar de envolvimento directo dos EUA nos combates. Mas até mesmo os assessores mais optimistas alegam que tais medidas apenas permitiriam ao exército retomar a iniciativa; a vitória, em si, só é mencionada como mera possibilidade a longo prazo.

O Plano Nacional (CONARA), de Junho de 1983, em San Vicente e Usulután marcou a primeira aplicação, em larga escala, de táticas ao estilo norte-americano. Setenta por cento do exército — a proporção mais alta até então — foram enviados para o campo de Batalha. Pequenas unidades de patrulha vigiavam sete dias por semana. Oficiais



de operações psicológicas ajudavam a administrar programas de acção cívica destinados a isolar politicamente os guerrilheiros. Enquanto estes recuaram e deram ao exército um pouco de folga, o programa aparentou sucesso. Mas a ofensiva da FMLN, em Setembro, que teve como ponta-de-lança as recém-formadas unidades com dimensões de batalhão e brigada e que levou a Batalha ao coração económico do sul, foi sob muitos aspectos a mais eficaz até hoje. A Comissão Kissinger advertiu, como o fizera Weinberger um ano antes, que "um colapso não é inconcebível".

Em Março de 1984, o comandante do Comando Sul, (*Southcom*) general Paul Gorman, decidiu que chegara a hora de transpor o limiar. Gorman propôs metralhar os redutos dos guerrilheiros com os canhões *Gatling* dos aviões de observação operados pela CIA — armas capazes de acertar um petardo em cada mil centímetros quadrados de um campo de futebol, a cada 60 segundos. Os riscos políticos de colocar, finalmente, norte-americanos por trás das miras das espingardas foram realçados quando o plano foi vetado nada menos que pela representante dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick, ela própria, uma defensora do intervencionismo.

Em lugar da intervenção directa, deu-se toda a atenção à consolidação da liderança norte-americana. Em cooperação com o coronel Blandon, o estado-maior foi expurgado e constituído por aliados dos EUA; oficiais mais jovens, de posto inter-

**Acaba de sair**

**Guia do  
terceiro  
mundo**  
1984-85

Economia  
História  
Geografia  
Política

Mapas  
Fotografias  
Dados Estatísticos  
de Todos os Países  
do Mundo

Esc. 580\$00

Desconto especial  
de 20% para  
assinantes de CADERNOS  
DO TERCEIRO MUNDO

**A mais completa obra  
em português  
sobre o Terceiro Mundo**

Uma Edição da  
TRICONTINENTAL EDITORA

Calçada do Combro, 10-1.º  
Telef. 320650/320751  
1200 Lisboa

Distribuição  
CDL

médio, simpatizantes das táticas norte-americanas, foram promovidos. Em Março, disse Blanton, as tropas salvadorenhas estavam a ser treinadas pelos norte-americanos a cada dia da semana nas Honduras, nos EUA e no seu novo centro básico de treinamento em La Unión. A tenaz ofensiva do exército antes das eleições, que incluiu a intensificação dos bombardeamentos e a entrada em cena de melhores batalhões de infantaria (compostos por 584 homens), mereceu louvores dos assessores norte-americanos. Contudo, o exército apenas perseguia os guerrilheiros de um lugar para outro, nos seus redutos do norte, ao invés de infligir importantes baixas ou de destruir grandes unidades rebeldes. Com efeito, a FMLN desbravou território novo no departamento ocidental de Santa Ana.

### A crise no exército salvadorenho

Para o Pentágono, só é possível empurrar o seu cliente salvadorenho mais alguns passos adiante, e logo ambos terão chegado ao limiar da intervenção directa. O envolvimento limitado dos EUA não conseguiu resolver o problema fundamental de um exército demasiado pequeno que tenta perseguir um movimento guerrilheiro ao qual não faltam lugares onde se esconder. O tamanho e a motivação do exército salvadorenho são limitados pela natureza da estrutura social que ele luta para defender. Enquanto os guerrilheiros oferecem aos seus recrutas camponeses várias motivações poderosas, o exército regular está repleto de soldados relutantes. "No meu distrito" explica um coronel, "os homens deixam o lar e tornam-se soldados para terem que comer".

Com reduzidas taxas de realistamento e elevados índices de deserção e baixas, reabastecer e re-treinar a força militar constitui uma tremenda tarefa; não é possível pensar em aumentá-la. Apenas 10% dos oficiais graduados com treinamento em Fort Benning apresentaram-se para realistamento. Desde 1979, que as baixas têm aumentado todos os anos. Mais de mil soldados renderam-se nos seis meses que antecederam Maio de 1984. Um oficial superior calcula que o exército regular, actualmente com 35 mil homens, terá de ser aumentado em 50% nos próximos dois anos, apenas para manter a sua actual posição estratégica. O talento da FMLN em capturar armas do governo — segundo eles, 20% das que foram enviadas por Washington, em 1983, — cria uma necessidade constante de reequipamento. Se cada nova arma permite aos guerrilheiros armarem outro combatente, então o exército regular precisa por cada arma capturada, acrescentar, de quatro a dez novos soldados às suas fileiras a fim de manter a proporção recomendada pelos teóricos da contra-guerrilha.

Uma das grandes preocupações dos estrategos

norte-americanos tem sido evitar um envolvimento directo no derramamento de sangue em El Salvador e na Nicarágua. A partir de 1981-83, as especulações concentraram-se na possibilidade de uma força substituta fornecida pelo CONDECA (Conselho de Defesa Centro-Americano), aliança organizada por Washington, em 1964, para defender o sistema centro-americano contra "forças que tentam destruí-lo pela violência e contra a infiltração de ideias totalitárias". Em Outubro de 1981, reuniões mantidas pelo então presidente guatemalteco, Lucas García, e os chefes do estado-maior das Honduras e de El Salvador resultaram num apelo, feito pelo irmão de Lucas, Benedicto — chefe do estado-maior do exército — em prol da unificação dos exércitos dos três países, "a fim de impedir que o comunismo domine a América Central". Em Setembro do ano seguinte, José Guillermo García, na altura ministro da Defesa de El Salvador, anunciou que o seu exército tinha planos de emergência para invadir a Nicarágua e que poderia fazê-lo em conjunto com a Guatemala e as Honduras. No dia 1 de Outubro de 1983, o CONDECA — extinto desde a guerra El Salvador-Honduras, em 1969 — foi formalmente reactivado com uma declaração que denunciava "a ameaça sandinista". O general Paul Gorman foi um dos envolvidos.



Sabotagem dos contras na refinaria de Corinto, Nicarágua

Porém, o CONDECA tem as mãos atadas pelos problemas militares que El Salvador e Guatemala enfrentam na frente interna. Segundo uma alta patente militar norte-americana nas Honduras, "os países membros do CONDECA não podem ceder nenhum pessoal militar. Essa estória da CONDECA não funciona quando se trata de reunir uma força para atacar a Nicarágua, a não ser que a coisa seja feita pelos EUA, juntamente com um sujeito de El Salvador e dois sujeitos da Guatemala".

Por sua vez, a CIA vinha dando apoio, por trás dos bastidores, a grupos de empresários e da ope-

sição na Nicarágua desde os dias da política de coexistência de Carter. Quando finalmente começou, em 1981, a operação dos *contras* um grande número de altos funcionários da CIA esperavam que ela pudesse derrubar os sandinistas, abrindo as portas a uma insurreição ou estabelecendo uma "zona libertada" capaz de ser reconhecida e reforçada por Washington.

Em Abril de 1982, os estrategos norte-americanos ficaram a aguardar indícios de uma revolta popular. Os *contras* tinham acabado de dar sinais de constituírem uma forte força militar, dinamitando as pontes de Rio Negro e Ocotal; a campanha dos Estados Unidos de sabotagem e boicote económicos visando pressionar os credores multilaterais a negarem créditos à Nicarágua, começava a surtir efeito. "Os sandinistas sofrem agora uma maior pressão", observava um relatório interno do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, "em decorrência dos nossos esforços secretos e das más condições económicas do país".

Pouco depois, vários acampamentos *contras* foram transferidos para território da Nicarágua. A esperança de conquistar o apoio popular baseava-se no pressuposto de que havia uma divisão fundamental entre o Estado sandinista e o povo. Assim, a CIA definiu, como fazendo parte desse Estado, toda uma série de organizações alinhadas com o

projecto sandinista — cooperativas, sindicatos, comunidades cristãs, escolas rurais, grupos locais de defesa civil — e escolheu-os como alvo dos seus ataques. Os métodos de sequestrar e assassinar activistas locais começaram com um ataque a San Francisco del Norte, no dia 24 de Julho; oito milicianos foram sequestrados e outros oito foram torturados e mortos, quatro dos quais decapitados. Em Novembro, a FDN, com base nas Honduras, lançou uma campanha de sabotagem destinada principalmente a provocar o colapso da produção agrícola. O objectivo explícito era derrubar o governo.

#### Um erro de avaliação

Mas a campanha de terror anti-sandinista não conquistou grandes simpatias locais, nem mesmo nas terras do norte onde tinham nascido muitos dos antigos membros da Guarda Nacional. O único grupo que possuía alguns partidários genuinamente anti-governamentais — a MISURA, organização *contra* formada por indígenas misquitos, sumos e ramos, nativos da Nicarágua — acusou a liderança da FDN de tratá-los como carne para canhão. A incapacidade dos *contras* de estabelecer uma base local criou a necessidade de novos envios de armas, dinheiro e apoio logístico da CIA. No final do ano, a força engrossara para cerca de seis



## AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA  
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

### Cooperar e desenvolver

#### Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

#### Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

#### Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

### Projecta e implementa

mil efectivos e lançava ataques de tal importância que os sandinistas foram forçados a declarar o estado de emergência militar em cinco departamentos do norte.

Mas a esperança de ganhar apoio popular e conquistar a vitória final logo se desvaneceu. "O nosso esforço de travar uma guerra no campo fracassou", confessou mais tarde um importante dirigente da FDN, "por não ter produzido a revolta popular que esperávamos". Um funcionário norte-americano que colabora com os *contras* concorda: "o povo não é louco, não vai aliar-se à contra-revolução, revoltar-se contra o regime e tomar o partido dos *contras*. (...) Agora o povo odeia os *contras* porque estes matam os jovens milicianos. E o ódio é uma poderosa arma política".

O repúdio aos *contras* teve duas implicações profundas. Em primeiro lugar, fechou qualquer possibilidade de os EUA alcançarem uma vitória militar contra a FSLN por meios indirectos. Em Setembro de 1983, um estudo da CIA informou o Congresso norte-americano de que os seus "substitutos" não poderiam vencer. Era uma confissão impressionante, pois naquela altura a FDN contava com 15 mil homens e, desde Junho, a CIA mantinha o controlo directo das operações táticas. Nem mesmo a frente reaberta por Edén Pastora, no sul, que contava também com o apoio da CIA, poderia restaurar o equilíbrio.

Em segundo lugar, pressagiava a má recepção que teriam quaisquer forças invasoras norte-americanas. "Eu diria que, gostando deles ou não, 80% da população ficaria ao lado dos sandinistas", declarou um importante diplomata dos Estados Unidos, em Manágua, em Outubro de 1983. E, a despeito dos seus laços com a CIA, Edén Pastora previu que uma invasão norte-americana provocaria "uma guerra nacional, uma guerra patriótica".

Em Maio deste ano, o comandante Jaime Wheelock, do Directório Nacional da FSLN, afirmou: "suponhamos que amanhã Ronald Reagan (...) intervenha militarmente na Nicarágua. O que acontecerá? Dezenas de milhares, talvez centenas de milhares de *marines* morrerão na nossa terra". Referindo-se aos 200 mil nicaraguenses armados e aos 700 mil actuando em organizações de massa, perguntou: "como poderia haver um governo (aqui) com 200 mil guerrilheiros espalhados por todo o país, quando, com um número menor de guerrilheiros e muito menos armas, praticamente não existe um governo em El Salvador?"

O governo de Washington ainda tem meios de pressionar Manágua economicamente. Um embargo comercial total, do tipo do que foi aplicado contra Cuba, por exemplo, eliminaria 64% das matérias-primas de importação usadas na produção e 31% das máquinas e equipamentos do país ficariam sem peças para substituir. Certo economista



Soldados norte-americanos em treino para a luta antiguerrilha

acredita que a escalada das hostilidades norte-americanas tem sido propositadamente difusa e gradual a fim de dissipar a contra-reacção nacionalista e privá-la de um alvo claro, uma "Baía dos Porcos em câmara lenta". Mas as consequências políticas que se esperavam em decorrência das pressões dos EUA sobre a FSLN não se materializaram. Não conseguiram amedrontar os sandinistas ao ponto destes abandonarem a revolução no seu país, nem os radicalizaram de forma a alienarem a sua base popular, nem provocaram uma acção agressiva contra as Honduras ou a Costa Rica.

Assim, tem sido um problema para Washington invocar bons pretextos para uma acção mais directa contra a Nicarágua. Por um lado, os sandinistas não cometeram a tolice de cair na armadilha; por outro, nenhuma hipotética "agressão nicaraguense" chega a ser muito convincente. Reagan tem falado da ameaça da Nicarágua em termos téticos, mas até mesmo o general Nutting preferiu ser mais comedido: "acho que a eles interessa, primeiro, consolidar o controlo interno e, segundo, defender a revolução; só em último lugar viria a ideia de usarem as suas forças armadas de forma agressiva". E quando a "ameaça" é examinada em termos específicos, tende a diminuir ainda mais.

Também na Costa Rica, a Casa Branca não tem conseguido que tudo lhe saia a contento. A resistência interna tem feito fracassar os esforços norte-americanos de promover o país como base para os ataques da Aliança Revolucionária Democrática (ARDE), liderada por Edén Pastora, contra a Nicarágua.

Alguns anos atrás, o então presidente Rodrigo Carazo recusou a oferta de 10 milhões de dólares para "combater o terrorismo", declarando que a Costa Rica era "pacifista nas palavras e nas acções". O seu sucessor, Luis Alberto Monge, mostrou-se mais flexível. Aceitou equipamento militar dos Estados Unidos, treinamento anti-terrorista para a polícia da Costa Rica, e apoiou duas iniciativas diplomáticas que visavam isolar a Nicarágua: a Comunidade Democrática da América Central (Janei-

ro de 1982) e o Foro da Paz e da Democracia (Outubro de 1982).

A viabilidade política de uma invasão dos Estados Unidos na Nicarágua depende directamente de como ela se desenrolaria em termos militares. Alguns, como o contra-almirante Eugene Carroll Jr., são da opinião que os EUA poderiam dominar a situação em 10 dias. Nesse caso, o objectivo seria alcançado antes que o Congresso e a opinião pública tivessem oportunidade de reagir. Nessa altura, seria difícil condenar quem tinha sido bem-sucedido. Até mesmo uma operação realizada durante um ou dois meses poderia chegar a bom termo antes de evaporar-se a aura patriótica de um presidente-em-tempo-de-guerra. Este tipo de optimismo tinha sido rejeitado pelo Pentágono por ocasião da elaboração de planos de emergência para Haig, em 1981, mas ressuscitou após a invasão de Granada. Actualmente, os estrategos militares parecem ter recobrado o seu realismo: o que hoje prevalece é a noção de uma guerra prolongada.

Para tal invasão, a maioria das projecções prevê uma força inicial de duas ou três divisões — cerca de 60 mil combatentes e pessoal de apoio. Provavelmente, a sua ponta-de-lança seria uma unidade anfíbia do Corpo de Fuzileiros, como a 28.<sup>a</sup> ou 22.<sup>a</sup> ambas de Campo Lejune, no estado de Carolina do Norte. Foi a 28.<sup>a</sup> que desembarcou mil ho-

mens próximo a Puerto Castilla, nas Honduras, em Novembro de 1983, como parte das manobras *Big Pine II*; a 22.<sup>a</sup> actuou em Granada e, depois, no Líbano. A força principal seria provavelmente liderada pela principal unidade de assalto do exército, o 189º Corpo Aeroterrestre, de Fort Bragg, na Carolina do Norte. Coordenadas por essa força, existem duas divisões: a 82.<sup>a</sup> Aeroterrestre, de Fort Bragg, e a 101.<sup>a</sup> Aeroterrestre, de Fort Campbell, no estado de Kentucky. Em Granada, a 82.<sup>a</sup> lançou 1.200 pára-quedistas de uma força de assalto no aeroporto de Pointe Salines. A 28 de Março de 1984 — desta vez, apenas como exercício —, lançou 350 homens sobre o aeroporto de San Lorenzo, nas Honduras. A operação *Big Pine II* trouxe também para a 101.<sup>a</sup> «uma valiosa experiência em operações aéreas com mobilização de helicópteros, operações com pára-quedas e apoio a forças em combate».

Outra participante provável é a 193.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria, sediada em Fort Clayton, no Panamá, embora o seu envolvimento pudesse ser complicado por objecções políticas do governo panamiano. A 193.<sup>a</sup> inclui algumas das forças do exército com o melhor treinamento para combate na selva. O seu comandante é o general Frederick Woerner Jr., que ajudou a chefiar a campanha de anti-guerrilha, de 1966-67, no leste da Guatemala. Este ge-

B

## SOCIEDADE DE APARELHOS DE PRECISÃO

# BRUNO JANZ

(HERDEIROS), SARL

INDÚSTRIA NACIONAL DE CONTADORES PARA ÁGUA E ELECTRICIDADE

AV. INFANTE D. HENRIQUE, LOTE A - (CABO RUIVO) - 1900 LISBOA - PORTUGAL

TEL.: 854335 (9 linhas) - TELEG.: ELCO - TELEX: 18505 JANZ P

FUNDADA EM 1915

FONDÉE EN 1915

FOUNDED IN 1915



CONTADOR MONOFÁSICO

KWH

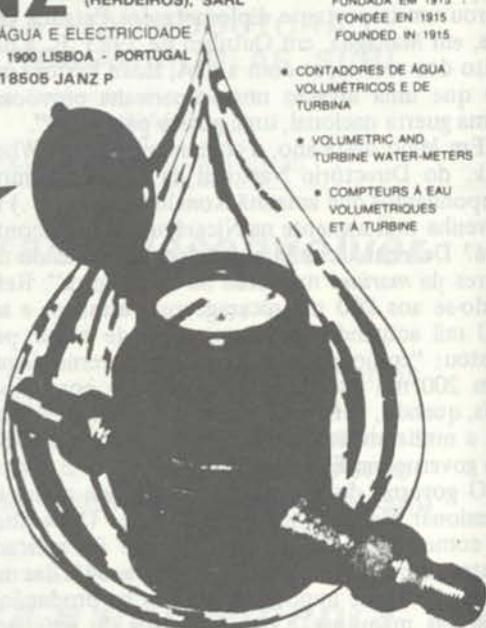
JANZ

50 Hz    500 Rev/1kWh

N 973361

SOCIÉDAD DA REGIÃO DOS MUNICÍPIOS

DE PARO



- CONTADORES DE ÁGUA VOLUMÉTRICOS E DE TURBINA
- VOLUMETRIC AND TURBINE WATER METERS
- COMPTEURS À EAU VOLUMÉTRIQUES ET À TURBINE

- CONTADORES ELECTRICOS MONOFÁSICOS E TRIFÁSICOS
- ELECTRICAL SINGLE-PHASE AND THREE-PHASE METERS
- COMPTEURS ÉLECTRIQUES MONOPHÁSÉS ET TRIPHÁSÉS

neral, um dos principais especialistas do exército norte-americano na luta anti-guerrilha tem sido um dos arquitectos da estratégia de Washington em El Salvador.

### Um plano para 20 dias

"Na Nicarágua, toda a energia é importada", observa um funcionário do serviço de Informações norte-americano que estuda os sandinistas. "A capacidade de armazenamento e refinação do país é muito limitada, e os nicaraguenses são muito vulneráveis a actos de sabotagem ou ataques aéreos". Outro funcionário dos Estados Unidos nas Honduras concorda: "se quiséssemos fazer alguma coisa rápida e fácil", diz ele, "seriam ataques aéreos como aqueles que lançámos contra o Vietname do Norte no início da guerra: basta atacar portos, instalações de radar, aeroportos, depósitos de combustível e de munições. Eles ficariam em farrapos".

Nenhum dos estudos prevê uma força invasora de um milhão de homens. De facto, o exército norte-americano só conta com 800 mil efectivos; todas as forças armadas reunidas possuem 2,18 milhões. A maioria dos planos prevê ataques aéreos contra Manágua, contra os portos marítimos de Corinto e Puerto Sandino e outra meia dúzia de pontos importantes. As tropas estabeleceriam cabeças-de-praia em Bluefields/El Bluff e Puerto Cabezas, na costa do Atlântico. Unidades de assalto aerotransportadas saltariam de pára-quedas para guarnecer os principais aeroportos e garantir a chegada de tropas, suprimentos e artilharia ligeira. Em seguida, segundo os cálculos de alguns, levariam 12 dias para conquistar as quatro principais cidades, após o que, as forças de ocupação dirigir-se-iam rumo ao interior para uma longa ofensiva contra os guerrilheiros. A *Big Pine II* serviu para dar uma ideia de como seria essa sequência. Na sua fase final, pára-quedistas dos Estados Unidos, com apoio de helicópteros, perseguiram "guerrilheiros", atravessando o vale de San Esteban, em Olancho, a apenas 100 quilómetros da fronteira da Nicarágua, onde se reuniram a uma força com dimensão de brigada "para isolá-los e destruí-los".

E quanto ao preço de tudo isto? A projecção do analista militar Theodore Moran supõe que as forças norte-americanas conquistariam, primeiro, as cidades e, depois, em 20 dias, se instalariam no interior. Após os primeiros 122 dias de luta intensa, cerca de uma divisão seria evacuada, deixando uma divisão e meia, além de forças do CONDECA, para cuidar dos sabotadores e revoltosos, nos próximos cinco anos e meio.

Muitos analistas, bem como autoridades norte-americanas na região, acham que as previsões de



Assessores dos EUA no golfo de Fonseca (Nicarágua): vigiar a costa

Moran são demasiado optimistas. Ainda assim, a projecção por ele concebida prevê a morte de 4.783 norte-americanos, cerca de 9.300 a 18.600 feridos, com a destruição de 18 aviões, 208 helicópteros, e um custo total de 10,6 mil milhões de dólares.

O coronel Edward King, ex-estratega do Pentágono e elemento de ligação entre o Comando da Defesa Interamericana e os chefes conjuntos do estado-maior, calcula que o preço será bastante mais alto. As tropas sandinistas, ao contrário dos seus adversários norte-americanos, têm experiência recente de combate. Além disso, contariam com uma população rebelde e depósitos ocultos de armas e suprimentos. O coronel King prevê um combate "de vila a vila, de colina a colina" que exigiria entre 100 a 125 mil homens em solo nicaraguense, nos primeiros três a seis meses, e de 120 a 150 mil soldados após o primeiro ano. A esse nível, seria preciso trazer tropas em serviço noutras partes do mundo, "reduzindo em muito a nossa capacidade para atender aos nossos compromissos na NATO e no golfo árabe".

E, o que é pior, talvez fosse preciso reinstaurar o serviço militar obrigatório nos EUA. King acredita que, se houver um número bastante grande de baixas, isso apenas poderia ocorrer depois de três ou quatro meses, altura em que o exército recorreria a forças de emergência da NATO para dar cobertura à sua acção na Nicarágua. Além disso, uma guerra prolongada poderia afectar o suprimento de munições e peças dos EUA, que já são actualmente baixos.

Caso Washington travasse uma guerra nos principais centros estratégicos da Europa ou do Médio Oriente, pouco hesitaria em desviar recursos da América Latina e Caraíbas. O inverso, porém, está longe de ser verdadeiro. Nenhum governo norte-americano deixar-se-ia facilmente expor militarmente para atender a uma guerra na América Central, de motivos fundamentalmente políticos. A própria fraqueza do bloco soviético na bacia das

Caraibas tornaria provável uma represália soviética numa região da maior importância estratégica para os EUA. Afinal de contas, Fidel Castro disse claramente após a invasão de Granada, que Cuba não tentaria defender a Nicarágua. Mesmo que quisesse fazê-lo, a sua capacidade logística seria duvidosa. O raio de acção dos *Mig* cubanos não iria muito além da costa atlântica da Nicarágua. Cuba não possui a capacidade de transporte aéreo ou naval para deslocar grandes quantidades de homens e veículos blindados pesados.

Para alguns funcionários norte-americanos na América Central, esse custo político elimina a possibilidade de qualquer invasão da Nicarágua; talvez El Salvador seja um alvo mais provável.

Naturalmente, qualquer cálculo é sempre relativo aos benefícios e aos custos de outros cursos alternativos. Se, por exemplo, a economia norte-americana entrasse em profunda recessão, ou se os acontecimentos noutra parte do mundo trouxessem uma nova humilhação geopolítica para os EUA, nenhuma cautela ou hesitação pós-Vietname seria suficiente para conter uma operação na América Central. O novo governo Reagan poderá preferir pagar o preço de realizar a sua lista de sonhos na região mais próxima às fronteiras norte-americanas. Por outro lado, se os acontecimentos internos e externos forem a contento a nova administração Reagan poderá contentar-se em manter o *status quo* na América Central, podendo sempre alegar ter contido a maré da revolução.

O papel dos militares norte-americanos na América Central dependerá das opções políticas. Acima de tudo, dependerá do ponto a que a opinião pública do país venha a ser mobilizada.

Uma vez que os acontecimentos dos últimos cinco anos fecharam, uma a uma, todas as possibilidades de derrotar as revoluções centro-americanas com pouco custo político e de forma simples, a natureza dos objectivos norte-americanos na região terá de ser explicitamente rediscutida. Deverá também ser discutido o preço que o país está disposto a pagar para atingi-los. Hoje, se os EUA quiserem restaurar a sua hegemonia na América Central, terão de pagar para isso (com cadáveres de jovens em sacos de borracha e artilheiros que lembrem como apertaram o gatilho que matou camponeses desarmados).

O desafio histórico que nasceu originalmente nas montanhas de El Salvador e da Nicarágua instalou-se agora nas salas de visitas dos Estados Unidos. Enquanto os norte-americanos pensam na resposta a dar, o aparelho de intervenção está pronto para agir. Trata-se de uma máquina de imenso poder destrutivo, mas que não começará a andar por si só. Está na pista, os motores acelerados, os planos de combate traçados para Morazán e Manágua... aguardando ordens. (Alan Nairn)

## Um novo lamaçal

A manutenção do controlo imperialista a um alto preço diplomático, a perda de terreno frente às forças revolucionárias e diante das novas variantes social-democratas vinculadas a interesses europeus como alternativa de domínio na área, e um crescente envolvimento militar que ameaça conduzir a um novo lamaçal semelhante ao da Indochina, são os principais resultados para a América Latina, do primeiro Governo Reagan.

A dívida externa de 400 mil milhões de dólares (cerca de mil dólares *per capita*) obriga a região a pagar anualmente, a título de juros (ou seja, sem devolver um só dólar), uma cifra equivalente a mais de um terço das suas exportações totais. As fórmulas recessivas do Fundo Monetário Internacional, por seu lado, não permitem nenhuma reactivação económica interna dos países devedores (principalmente o Brasil, com 110 mil milhões, México com cerca de 90 mil milhões e Argentina com 45 mil milhões) e comprometem inclusive as suas possibilidades futuras para continuar a pagar os juros.

A queda da produção *per capita* em 1981 e a queda absoluta da produção em 1982 e 1983, às quais se soma uma estagnação total no ano que agora termina, representaram, segundo palavras do economista Enrique Iglesias, secretário executivo da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina), "a crise económica mais profunda de todo o período pós-guerra e, provavelmente, a mais grave desde os anos negros da 'Grande Depressão', iniciada em 1929". O mesmo funcionário estimou que a deterioração dos termos de troca (queda dos preços das matérias-primas de exportação em relação aos produtos manufacturados de importação) alcançou níveis recordes, caindo abaixo dos registados em 1931.

Este fenómeno de recessão generalizada na América-Latina foi parte essencial da política da Casa Branca para a área, expressão da sua política mundial de conjunto. A manipulação da crise para os seus próprios fins. Assim, a constante alta das taxas de juros durante 1984, com um ligeiro declínio (de 13% para 12% nos meses de Setembro e Outubro últimos) é explicada pelo enorme défice orçamental interno dos Estados Unidos, pela sua política interna rigidamente anti-inflacionária e pelas gigantescas parcelas destinadas à indústria armamentista e à reestruturação global do aparelho produtivo, tendo como sectores de ponta a electrónica, a informática e o ramo aeroespacial. Não só o Terceiro Mundo, mas também a Europa Ocidental e o Japão têm pago por essa política.

## Dívida e Instabilidade Social

Os problemas desencadeados por essa perseguição económica tiveram para Washington um elevado custo político e social. Em todos os países da área ficou evidente a vinculação entre as disposições adoptadas pelos Estados Unidos, as imposições do FMI e a recessão, desemprego e miséria que castigam ainda com maior dureza que a habitual os sectores mais pobres. No Brasil, as revoltas populares causadas pela fome generalizaram-se durante 1983 e inícios de 1984; em Abril passado, a República Dominicana foi cenário de grandes manifestações de protesto, com dezenas de mortos, devido à aplicação das medidas recessivas impostas pelo Fundo. A instabilidade social englobou países como a Costa Rica, Colômbia, Peru e Bolívia, que decidiu parar com os pagamentos. Este foi o perigo mais grave de ruptura da frente de domínio imperialista, sobretudo quando a Argentina (que acabou por assinar um acordo com o Fundo) ameaçou declarar também uma moratória unilateral.

O governo de Buenos Aires foi precisamente um dos principais promotores da reunião dos países latino-americanos devedores, realizada em Cartagena, em Junho, à qual se seguiu uma outra, em Setembro, realizada na cidade argentina do Mar del Plata (ver *cadernos do terceiro mundo* n.ºs 68 e 71, Agosto e Novembro 84). Ambos os encontros não passaram do plano retórico. Com a ajuda de governos denominados "moderados" (Brasil, México, Peru, Chile e Uruguai), a administração Reagan evitou, até agora, os principais perigos para a sua política de exacção económica; não foi formado um "cartel de devedores", não se decidiu a negociação conjunta nem foi insinuada uma declaração de moratória (salvo no caso isolado da Bolívia, em Março passado, que não teve seguidores e, pela dimensão da sua dívida — quatro mil milhões de dólares —, não se considera decisivo).

Porém, nem a incerta recuperação norte-americana, nem o decréscimo homeopático das taxas de juros poderão evitar futuros pontos de estrangulamento motivados pela impossibilidade concreta de pagar a dívida em que se encontra a América Latina.

### O avanço social-democrata

No meio deste panorama desenvolveram-se diversos movimentos revolucionários, particularmente na América Central, e, com menor força, na Bolívia, Chile e Peru. As tendências social-democratas ligadas à Internacional Socialista, também avançaram. Vários governos latino-americanos pertencem a essa corrente, seja organicamente

integrados na IS (Costa Rica, República Dominicana, Venezuela) ou considerando-se afins (Argentina, Bolívia). Perspectivas de acesso ao poder delineam-se no Peru e no Chile.

Com uma plataforma actualizada no seu XIV Congresso de Vancouver (5.11.78) — no qual se concretizou "a abertura ao Terceiro Mundo rompendo-se, por fim, com o eurocentrismo" — a IS expressou o seu apoio à revolução sandinista e ao processo revolucionário salvadorenho. Em geral, os governos social-democratas latino-americanos não entraram em choque com os interesses norte-americanos no plano económico, mas são visíveis as contradições no plano político-ideológico, principalmente no que se refere ao tema centro-americano.



Saques no Brasil: desespero diante da crise

Nessa região, a obsolescência de um modelo económico superado levou ao crescimento de um processo revolucionário que deu espaço ao poder popular na Nicarágua sandinista, à consolidação da insurreição salvadorenha e à manutenção e desenvolvimento das guerrilhas guatemaltecas. Os programas desses movimentos armados e os seus métodos de luta questionam a própria essência da dominação norte-americana na área e tiveram como resposta a preparação de uma agressão militar directa, global e maciça, que pode desencadear-se nos meses posteriores à reeleição de Reagan.

Assim que assumiu o governo, em Janeiro de 1981, a administração republicana pôs em marcha um plano de isolamento e provocações contra a Nicarágua. Desde o bloqueio económico, passando pela campanha de desprestígio internacional, a organização de um exército invasor na faixa fron-

teiriça hondurenha e o apoio às forças contra-revolucionárias de Edén Pastora na fronteira com a Costa Rica, o bombardeamento e minagem nos portos nicaraguenses e a desestabilização interna, todos os recursos foram preparados para um ataque militar que para muitos parece iminente.

### Apertando o cerco

Os esforços negociadores do grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) serviram, desde Janeiro de 1983, como travão contra uma precipitação dos acontecimentos, mas não conseguiram deter o curso da escalada belicista norte-americana.

A conversão das Honduras num complexo militar norte-americano tem o objectivo de dotar de uma plataforma segura, a anunciada invasão, que também poderia fixar como alvo inicial o território salvadorenho.

Através da tática dos dois caminhos (manter uma pseudo-negociação como fachada da escalada), a administração Reagan foi apertando permanentemente o cerco em torno do istmo centro-

americano. A própria imprensa norte-americana calculou entre 80 mil a 100 mil homens para efectuar a operação e o recém-eleito Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega Saavedra, denunciou um plano de invasão que inclui o desembarque de 200 mil efectivos militares norte-americanos.

Condicionado pelas necessidades da campanha pré-eleitoral, Reagan suavizou relativamente as suas posições nos últimos meses. A abertura do diálogo em El Salvador (reunião de La Palma, de 15.10.84, entre Duarte e os rebeldes), os contactos com representantes sandinistas na cidade mexicana de Manzanillo e o apoio declarado às gestões de Contadora fazem parte dessa manobra. Reagan garantiu, em várias oportunidades, durante a sua campanha, que não se propõe enviar tropas norte-americanas para a América Central.

Vários observadores consideram que essa tática poderia não ser meramente conjuntural e proselitista, levando em conta que a administração norte-americana enfrenta a resistência de poderosas forças sócio-políticas favoráveis a uma certa distensão internacional. (*Eduardo Lucio Molina y Vedia*)

## A nova direita norte-americana

A liderança de Ronald Reagan na opinião pública norte-americana encarna o aparecimento de uma nova ideologia. Diferente do conservadorismo clássico, no seu radicalismo e no seu recrutamento, esse movimento recebeu o nome de "Nova Direita".

O que foi uma ideologia embrionária depois do trauma indochinês, o escândalo Watergate, a derrota no Irão e a queda de Somoza na Nicarágua, transformou-se em ideologia maioritária apoiada na subida de Reagan ao poder, e suficientemente consolidada para lhe assegurar um segundo mandato nas recentes eleições de 6 de Novembro.

O revanchismo e a utopia apoderaram-se das mentes e das sensibilidades de uma boa parte dos cidadãos norte-americanos e dão suporte a um poder que se move à beira do holocausto nuclear.

No plano económico, esse fenómeno pode ser explicado pela circunstância de que, através do sistema financeiro internacional, os Estados Unidos descarregam os incómodos aspectos negativos da crise sobre o resto da comunidade internacional, conservando aceitáveis níveis internos e a sua tradicional liderança política. No plano ideológico, o fenómeno assume as característi-

cas de uma desforra da moral familiar contra a "debilidade" dos anos 60 e, sobretudo, a reacção ao patriotismo humilhado pela derrota no Vietname, pela revolução iraniana e a vitória sandinista.

Paralelamente, pretende-se revitalizar, ainda que pareça paradoxal, a utopia do capitalismo, que a nova direita sustenta pretender "restabelecer" nos Estados Unidos. Um *new deal* ao contrário. Este programa consiste em sanear a economia limitando os poderes do Estado em favor do livre jogo das leis do mercado e da livre empresa, como nos melhores tempos do nascente capitalismo, anterior à fase imperialista. Seriam os "excessos" do Estado-providência e não a crise do sistema no seu conjunto a causa de todos os males, apesar de todas as evidências em contrário.

Os processos de libertação são vinculados ao "avanço soviético", ignorando por completo a sua dinâmica interna, e a "contenção" obriga a intervir em Granada, no Líbano e na América Central sob risco de novos estrangulamentos. O eixo Norte-Sul é substituído pelo Leste-Oeste. Ignoram-se todos os agentes da história que não sejam aquilo que chama de "expansionismo soviético". Resta, assim, um mundo privado da sua diversidade e totalmente reduzível à confrontação entre duas superpotências. Essa cegueira pretende expropriar magicamente os povos da sua própria história para torná-los agentes semi-conscientes de um macroconflito que os supera.



Matéria de Capa

EUA/África

## O neocolonialismo

As questões africanas merecem menos de 500 palavras no extenso documento que serviu como plataforma política do Partido Republicano nas eleições de Novembro nos Estados Unidos. A rigor, as propostas do candidato Ronald Reagan para a África consumiram menos da vigésima parte do espaço ocupado pelas promessas do candidato republicano aos seus eleitores. Esta proporção mostra o lugar secundário que as questões africanas ocupam no ranking das prioridades do GOP (*Great Old Party*, como é popularmente conhecido o Partido Republicano).

O que está escrito indica apenas as bases muito gerais do que a equipa de Reagan tem em mente no referente à África. No fundo, os estrategos republicanos trabalham no continente segundo duas linhas básicas: eliminar possíveis influências soviéticas em áreas críticas como Angola, Etiópia, e Líbia; e garantir que eventuais mudanças políticas e sociais na África do Sul não venham a prejudicar os interesses norte-americanos na região. O resto do continente africano é considerado como zona de interesse terciário nas preocupações dos estrategos republicanos.

Tudo isto, dentro de uma dicotomia já clássica

---

*A estratégia republicana é usar os efeitos da recessão mundial para facilitar a penetração dos interesses económicos e tentar depois o controlo político*

---

entre os cérebros conservadores assessores de Reagan, que dividem o mundo entre os bons (os norte-americanos) e os maus (todos aqueles que simpatizam com o socialismo). Salvo no caso da África do Sul, são mínimos os interesses económicos norte-americanos em jogo, em comparação com outros continentes como a América Latina, Ásia e Europa. Mas apesar de quantitativamente reduzidos, esses investimentos são qualitativamente importantes, porque têm peso suficiente para afectar o equilíbrio de economias frágeis, que ainda não se conseguiram livrar das sequelas do colonialismo clássico.

Em Angola e na Etiópia, Reagan e os republicanos continuam a acreditar que a pressão militar ainda é o melhor recurso para tentar destruir as alianças estabelecidas por esses países com nações do bloco socialista. Nesses dois casos, o *Great Old Party* pretende basicamente alcançar uma retirada dos assessores militares de Cuba e URSS para apresentar internamente o facto como uma vitória sobre Moscovo e fortalecer assim o sentimento anti-comunista da assustada classe média norte-americana. E pouco importa se o esforço para afastar a suposta "ameaça comunista" tem provocado

uma sucessão de tragédias sociais e económicas em Angola ou na Etiópia.

Mas Reagan tão-pouco quer comprometer directamente as forças militares do Pentágono nas agressões militares contra os governos de Luanda e Addis Abeba. Para isso, usa movimentos dissidentes, regionalistas e separatistas, abastecidos financeira e logisticamente pela CIA. Assim, na visão de Reagan, a opinião pública norte-americana não será sobressaltada por notícias de mortes de *marines*, a exemplo do que aconteceu no Vietname, no Líbano e na América Central. Qualquer outro problema que surgir na África será tratado usando "testas de ferro" ou aliados, como foi o caso da França, no Chade, ou da Grã-Bretanha, na eventualidade de uma crise nalguma ex-colónia britânica.

Dos três casos em que os EUA contestam di-

rectamente alianças estabelecidas com o bloco socialista, a situação angolana é a que continuará a merecer maior atenção da equipa de Reagan. Ela faz parte de um complexo no qual estão envolvidas também a Namíbia e a África do Sul, duas áreas onde os interesses económicos norte-americanos são muito importantes. Os recursos minerais desses dois países são considerados reservas estratégicas para o complexo militar industrial dos Estados Unidos.

O secretário de Estado assistente para assuntos africanos do Departamento de Estado norte-americano, Chester Crocker, foi o ideólogo da teoria do *linkage*, uma espécie de negociata nos seguintes termos: Angola desiste da assessoria militar cubana e, em compensação, a África do Sul põe fim à ocupação ilegal da Namíbia. O *linkage* já foi rejeitado pelo governo angolano,

## Um quebra-cabeças para o segundo período republicano

□ A política externa de Reagan na Ásia e no Médio Oriente não escapou à regra geral: nesse caso, também os parâmetros utilizados para a interpretação da realidade foram extraídos do anseio de neutralizar e "conter" a influência soviética, entendida esta nos termos simplórios da análise reaganiana e não na sua dimensão real.

No caso da Ásia, foram fortalecidos os laços de cooperação com os governos mais fiéis à Casa Branca, hostilizando e bloqueando qualquer tentativa de diálogo com os considerados "duros" ou simpáticos aos soviéticos. Assim, o regime ditatorial de Ferdinando Marcos nas Filipinas, aliado militar privilegiado dos EUA no sudeste asiático, contou com o apoio de Washington, mesmo quando a deterioração da situação política interna chegou a atingir proporções muito significativas com a divulgação das conclusões da comissão que investigou o assassinato do dirigente oposicionista Benigno Aquino. O envolvimento do general Ver, braço direito de Marcos nas forças armadas, no *complot* para matar Aquino afectou os alicerces do regime que, no entanto, beneficiou do silêncio cúmplice da administração republicana.

A Indonésia foi outro país que gozou de uma relação privilegiada com a administração Reagan. O regime de Suharto é uma base política fundamental para a estratégia dos Estados Unidos na região. Essa sólida aliança com Washington permite aos militares indonésios chefiar um dos re-

gimes mais repressivos da Ásia e continuar a ocupar ilegalmente o Timor-Leste, conseguindo abafar as denúncias dos massacres da população civil maubere e tentando neutralizar o trabalho diplomático — mesmo que intenso e efectivo — desenvolvido pela FRETILIN.

Na Ásia Central, o Paquistão ganhou importância vital para a estratégia norte-americana após a constatação pela Casa Branca da irreversibilidade — pelo menos a médio prazo — da perda do Irão para a sua esfera de influência. Mais ainda: o Paquistão passou a consolidar-se como polícia da geopolítica norte-americana, com uma dupla função decorrente da sua privilegiada situação geográfica: santuário das guerrilhas afegãs contrárias ao regime de Barak Karmal e ponto de apoio da estratégia anti-indiana. A Casa Branca sempre viu com temor as posições não-alinhadas do governo chefiado pela ex-primeira-ministra Indira Gandhi, de grande atractivo para os países vizinhos, e a abertura do governo de Nova Deli em relação à União Soviética, com a qual assinaram um tratado de amizade e cooperação. Quando do assassinato de Indira, porta-vozes soviéticos aludiram a um suposto *complot* no qual a CIA estaria envolvida, e que se teria utilizado dos grupos *sikhs* mais radicais para tirar do cenário uma figura de projecção internacional que enfrentara a influência norte-americana. Isso, apesar dos esforços de Indira — que ficaram claros na sua viagem a Washington, recentemente — para se manter equidistante de ambas as superpotências.

Nesse empenho anti-soviético, não poderia deixar de interessar aos norte-americanos a consolidação da abertura em relação à China Popular. No seu primeiro governo, Reagan chefiou

pela maioria dos países africanos e já nem a França acredita na proposta de Crocker. Mas o Departamento de Estado insiste, ao mesmo tempo que a administração norte-americana tenta, através do antigo Grupo de Contacto (França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Federal e Canadá), funcionar como intermediário nas negociações sobre o futuro da Namíbia. O Grupo de Contacto ficou desmoralizado depois que a França se afastou das mediações, alegando que enquanto os EUA mantivessem viva a "teoria da *linkage*", o impasse não poderia ser rompido.

O problema da Namíbia ficou congelado desde Maio passado pela intransigência sul-africana, apesar dos esforços desenvolvidos não só pela SWAPO, como também pelos países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Tanzânia, Zimba-

bwe, Zâmbia e Botswana). A razão principal desse fracasso está em que o presidente Reagan não queria qualquer solução que não implicasse a retirada cubana de Angola, na realidade o grande trunfo eleitoral que o candidato republicano pretendia oferecer à opinião pública norte-americana. É provável que a movimentação diplomática recomece, lentamente, a partir de Janeiro, quando tomar posse a nova administração.

Para os republicanos de Reagan, Angola, Moçambique e África do Sul são parte de um só problema. Em Angola, além da retirada dos cubanos, o Departamento de Estado quer que o governo do MPLA-Partido do Trabalho, divida o poder com a UNITA, um movimento que durante a luta pela independência esteve envolvido com a polícia política portuguesa (PIDE) e que depois caiu nos braços da CIA e do governo sul-africano. Na Namíbia, Wa-

uma importante comitiva que se deslocou a Beirute e assinou alguns acordos significativos com a liderança pragmática chinesa. E, não só por interesses geopolíticos, essa reaproximação é simpática à administração republicana, uma vez que a China passa a ter também atractivos económicos com a sua actual flexibilidade em relação ao capital transnacional.

Mas, na verdade, após a guerra do Vietname, o sudeste asiático e mesmo a Ásia como um todo não fizeram parte das regiões consideradas prioritárias pela geopolítica norte-americana. Reagan manteve a presença dos Estados Unidos na área mas não investiu em novas empreitadas de peso.

O eixo, nesses quatro anos, deslocou-se para o Médio Oriente. E foi lá que a política externa de Ronald Reagan sofreu alguns dos seus reveses mais sérios.

Os atentados contra a embaixada norte-americana em Beirute (Abril de 1983, 63 mortos, e em Setembro de 1984, mais de uma dezena de mortos), além de outras operações antinorte-americanas menos espectaculares, criaram incertezas na opinião pública, que tornou a sentir na própria pele o pesadelo do Vietname. Mas não conseguiram desmoronar a estratégia triunfalista de Reagan. O presidente utilizou-as — dando-lhes uma guinada de 180 graus — para justificar não uma retirada do Líbano mas a sua escalada belicista.

Mas o facto de não ter esmaecido o seu desempenho como candidato não significa que o Líbano para Reagan seja um problema já resolvido. E mais, alguns especialistas pensam que o Médio Oriente será um dos seus mais sérios quebra-cabeças neste seu segundo mandato.

O governo libanês conseguiu dar alguns passos importantes no sentido de consolidar uma alian-

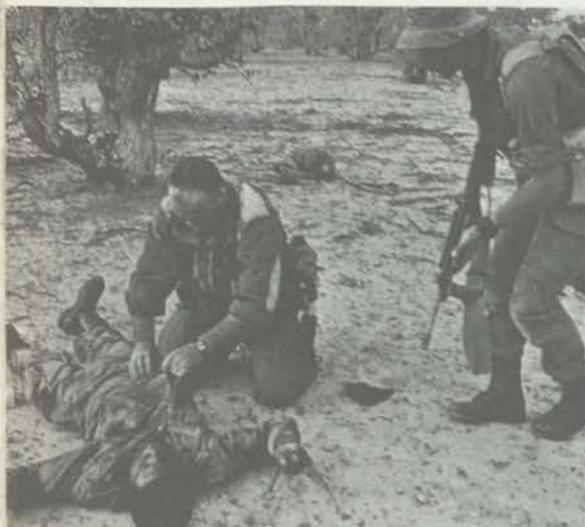


O atentado de Setembro contra a embaixada de Beirute

ça entre as diversas facções, cristãs e muçulmanas. Mas está longe de ter constituído um pólo estável de poder. Por outro lado, o problema da ocupação do sul do Líbano por Israel mantém-se latente e a tensão sírio-israelita não diminuiu na região do Golã. O Egipto caminha lenta e penosamente para o reencontro com os seus irmãos árabes, decretando na prática a morte dos acordos de Camp David. Reagan não tem alternativas válidas e atraentes para essa tentativa da administração Carter de consolidar a paz no Médio Oriente, ignorando o problema palestino. E cresce na área o consenso de que a OLP não pode estar fora de uma negociação futura.

Em Israel — o aliado norte-americano por excelência nessa região —, a inflação de 950% ao ano e a profunda divisão da opinião pública, reflectida nos resultados da última eleição, permitem prever que Shimon Peres será muito pressionado pelos seus problemas internos para ser um primeiro-ministro forte, que pudesse apresentar à Casa Branca opções políticas convincentes e viáveis para superar estes vários impasses. (Beatriz Bissio)

shington pretende uma independência tutelada, onde os interesses económicos nas minas de urânio, metais raros, ouro e diamantes sejam mantidos nas mãos das transnacionais. E, no caso da África do Sul, Chester Crocker defende a manutenção da política de "participação construtiva", uma fórmula confusa pela qual o Departamento de Estado propõe que o *apartheid* se auto-reforme através de concessões parciais à maioria negra, sem que na essência as bases económicas do regime racista sejam alteradas.



O argumento utilizado pelos norte-americanos é o poderio bélico

A tentativa norte-americana de interligar os três problemas faz parte de uma óbvia estratégia de manobras para manter o mais possível os privilégios ameaçados pelo aprofundamento da opção socialista de Angola, pelo aumento da força política e militar da SWAPO, na Namíbia, e pela radicalização do movimento anti-*apartheid*, na África do Sul.

Para os países da Linha da Frente, são três questões distintas que devem ser tratadas separadamente. O problema dos cubanos é uma questão de soberania interna de Angola. A independência da Namíbia é da responsabilidade das Nações Unidas, que, pela lei internacional, é quem deve administrar a ex-colónia alemã, depois que a ocupação sul-africana foi considerada ilegal tanto pela Assembleia Geral da ONU como pelo Tribunal Internacional de Haia. O *apartheid* é uma questão interna dos sul-africanos e um problema externo face à cumplicidade de empresas transnacionais e governos ocidentais que usam a retórica para condenar o racismo mas que, na prática, o apoiam.

Como em cada um desses três países a natureza da crise é clara do ponto de vista legal e político, o

Departamento de Estado norte-americano tenta baralhar a questão para poder propor negociações do tipo "dou Angola, mas quero a África do Sul", ou "troco a Namíbia, mas fico com o controlo do Cabo da Boa Esperança".

Apesar de Angola, a SWAPO e os negros sul-africanos terem do seu lado todas as razões históricas e jurídicas, os Estados Unidos usam como argumento, de facto, o seu poderio económico e militar. Como o envolvimento bélico directo não está nos planos do Pentágono por questões de política interna (salvo no caso de uma alteração inesperada), o grande instrumento de pressão da Casa Branca será, nos próximos seis anos, o factor económico.

A recessão mundial desencadeada a partir de 1980 teve como consequência directa o endividamento dos países do Terceiro Mundo. Na África, a maioria esmagadora dos países não-exportadores de petróleo teve que dedicar parcelas consideráveis dos seus magros recursos para pagar débitos vencidos sem os quais estariam fechadas as portas para qualquer tipo de financiamento. A economia africana continua muito dependente do antigo esquema colonial e desde as independências dos anos 60 não houve ainda tempo para mudanças profundas no sistema de produção, mesmo naqueles países que optaram por uma clara via socialista. Assim, a moratória foi descartada pela quase totalidade dos países africanos, que não tiveram outra alternativa senão aceitar a engrenagem infernal da dívida.

Recursos essenciais foram desviados para pagamento de juros, o que, aliado à queda constante dos preços internacionais das matérias-primas, fez com que se reduzisse drasticamente o capital disponível pelas nações africanas para investimentos em sectores básicos. E o mais básico de todos os sectores é o da alimentação. O fenómeno da fome tornou-se endémico, o empobrecimento é atestado pelo Banco Mundial (*ver secção de Economia*). Inevitavelmente, as carências geraram tensões em muitos países, o que facilitou o jogo da influência norte-americana. A aplicação indiscriminada das receitas económicas do FMI abriu caminho para a penetração das transnacionais nos países que, logo após a independência, adoptaram o nacionalismo como bandeira na luta contra a herança colonial e a dominação estrangeira.

Em 1981, Chester Crocker afirmou num discurso que o governo Reagan "estava a procurar libertar os sectores produtivos na África, para promover o potencial do sector privado dos EUA". Em Janeiro deste ano, o mesmo Crocker anunciou um plano para fornecer créditos no valor de 500 mil milhões de dólares, durante cinco anos, a 17 países africanos que, segundo o Departamento de Estado, se mostraram dispostos a seguir um mode-

lo capitalista de desenvolvimento. A lista inclui o Botswana, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Quênia, Libéria, Madagascar, Maurício, Nigéria, Senegal, Somália, Sudão, Burkina Faso (ex-Alto Volta), Zaire e Zimbábwe.

A maior parte desses recursos serão fornecidos pelo Fundo para o Desenvolvimento da África, um organismo ligado ao Departamento de Estado norte-americano e que, desde a sua criação, em 1980, foi várias vezes acusado de neocolonialismo. Os projectos a serem financiados são estudados por uma comissão mista da qual fazem parte a AID, o Departamento de Comércio e de Agricultura, representantes do sistema bancário privado e um observador da OPIC (Corporação de Investimentos Privados Internacionais), a organização que garante as aplicações de dinheiro no estrangeiro e dá a "luz verde" para empresas norte-americanas actuarem num determinado país.

A estratégia das empresas transnacionais e do Fundo de Desenvolvimento da África é aproveitar as debilidades provocadas pela recessão e pelo endividamento na África para favorecer a penetração nos sectores económicos essenciais e, a partir daí, enredar a economia dos países no sistema financeiro e tecnológico controlado pelos Estados Unidos. Isto é, trata-se de um indistigado neocolonialismo patrocinado pela Casa Branca, tendo em conta que o fortalecimento do dólar atraiu para o mercado norte-americano todo o excedente de capitais que, nas décadas de 60 e 70, alimentou o neocolonialismo europeu.

Apesar da plataforma eleitoral dos republicanos rejeitar o *apartheid*, a África do Sul é, no momento, o principal parceiro económico dos Estados Unidos na África. Segundo um estudo secreto feito pelo consulado norte-americano em Joanesburgo, no final de 1983, os investimentos dos Estados Unidos na África do Sul montam a 14 mil milhões de dólares, muito acima dos números normalmente divulgados, da ordem dos 2,6 mil milhões de dólares. Na Bolsa de Valores de Joanesburgo, mais de 60% das empresas sob controlo estrangeiro estão nas mãos de interesses norte-americanos.

O crescimento da participação das transnacionais dos EUA na economia sul-africana acelerou-se desde Fevereiro de 1983, quando a administração Reagan foi eliminando gradualmente todas as barreiras ao comércio com o *apartheid* impostas, em 1978, pela administração Carter. As facilidades concedidas tornaram possível a venda de aparelhos electrónicos, automóveis, equipamentos de segurança e instrumentos para controlo da proliferação nuclear. Em Março de 1983, Reagan conseguiu até quebrar velhas resistências no Congresso norte-americano contra a cooperação entre os EUA e a África do Sul no campo nuclear. (Carlos Castilho)

## Tribunal em Bruxelas condenou Reagan



A política externa da administração Reagan foi duramente condenada durante uma invulgar conferência internacional que, nos três últimos dias de Setembro último, reuniu em Bruxelas juristas, políticos e militares de numerosos países ocidentais e não-alinhados.

Promovida pela *International Progress Organization* (IPO), cuja sede é em Viena e tem o estatuto de observador junto da ONU e na Unesco, a conferência constituiu como que um Tribunal Internacional de opinião para julgar a política externa de Reagan.

No final, o júri, composto por oito juristas de reconhecido prestígio internacional, concluiu que a política externa norte-americana tem constituído uma grosseira violação dos princípios fundamentais do direito internacional estabelecidos na Carta das Nações Unidas, bem como das regras básicas do direito consuetudinário internacional construído ao longo dos anos.

O júri concluiu ainda que, à luz dos factos apresentados em Bruxelas, resulta claro que a Administração Reagan "substituiu as regras do direito internacional pelo uso da força na condução da sua política externa".

A invasão de Granada, a intervenção norte-americana na guerra civil de El Salvador, a ajuda aos grupos contra-revolucionários na Nicarágua e a minagem dos seus portos, o apoio à planificação, preparação e início da invasão do Líbano por Israel, as posições de Reagan quanto à questão palestina, os incidentes do golfo de Sirta e as tentativas norte-americanas de desestabilizar o governo líbio, o apoio ao regime do *apartheid*, a recusa de cumprir as determinações da ONU no que respeita à independência da Namíbia, a ocupação militar da ilha de Diego García no oceano Índico, assim como a política de armamento nuclear da administração Reagan, foram alguns dos pontos que estiveram em debate na conferência-tribunal de Bruxelas.

### Dinheiro e violência

O ponto mais alto da reunião verificou-se durante o debate entre dois norte-americanos que tiveram a seu cargo a acusação e a defesa da política externa de Reagan — respectivamente Ramsey

Clark, antigo *Attorney General* (ministro da Justiça) da administração Johnson, e Harry Almond, professor no Colégio de Guerra de Nova Iorque e actual conselheiro da Casa Branca.

Clark, numa intervenção classificada pelos presentes de "brilhante", defendeu a tese de que a actuação da administração Reagan não constitui nada de novo: trata-se da continuação, talvez num grau mais elevado, de tudo o que de pior tem tido a civilização norte-americana. Lembrou o genocídio dos índios, as sucessivas invasões do México, Cuba e República Dominicana e o apoio a ditaduras sangrentas como as do Haiti, Filipinas, Guatemala e Chile (a viúva de Salvador Allende encontrava-se na sala). Falou do Vietname, dos vínculos das sucessivas administrações norte-americanas ao governo sul-africano, lembrou a frase de Truman quando a bomba atómica explodiu em Hiroshima: "Enfim, enfim, o poder total. Os outros terão que obedecer às nossas ordens".

E não se esqueceu de referir a inqualificável invasão da minúscula ilha de Granada.

O antigo *Attorney General* dos EUA concluiu que mesmo tendo em conta que "o dinheiro e a violência dominam a política nos EUA" e que no seu país "o poder da violência converteu os valores materiais em valores supremos", a única saída "é termos força para fazer algo no sentido de resolver os problemas na base da lei e da compreensão".

#### Da lei e da moral

Harry Almond, o advogado de defesa da política de Reagan, foi igualmente brilhante e corajoso. "Era preciso que alguém fosse capaz de vir a esta

reunião analisar as coisas de um outro ângulo", disse-me. Sem esconder as dificuldades em defender, pelo menos do ponto de vista moral, o que tem sido a política de Reagan, Almond reafirmava o que havia dito umas horas antes perante o júri: "A defesa que aqui trouxe baseia-se estritamente na lei internacional. Os meus conceitos são legais, não morais".

Óbvio: apesar do seu brilhantismo e da sua coragem, não foi possível a Almond, como não é possível a ninguém, encontrar suporte legal para invasões como a de Granada, para a minagem de portos como tem acontecido na Nicarágua, para intervenções como as que se verificam em El Salvador, para o apoio de regimes como o da África do Sul, para actividades como as que se verificaram no Líbano, para incidentes como os do golfo de Sirta, para a continuação da ocupação de ilhas como a de Diego García. Isto para não falar de muitas outras situações, como a de Porto Rico, relatada em Bruxelas por pessoas que as sentem cruamente na própria carne...

Durante os três dias que durou aquela invulgar reunião, ninguém pode contestar o que aí disse o prémio Nobel de Medicina, George Wald, que teve uma intervenção inesquecível: "o meu governo fala constantemente de democracia. Penso, no entanto, que agora já é claro para muitos europeus — e precisa de ser claro para todos — que o meu país enquanto fala de democracia prefere ditaduras militares a qualquer outra forma de governo no Terceiro Mundo. Quando encontra ditaduras militares, o meu governo apoia-as; quando não as encontra, muitas vezes, cria-as. (Hugo Neves)

### Júri e participantes

□ A conferência de Bruxelas limitou-se ao tema "Política Externa da Administração Reagan". Os participantes, convidados pela IPO — que organizou já numerosas conferências internacionais e seminários de investigação no campo dos direitos humanos, desenvolvimento económico e direito — eram exclusivamente do Ocidente e de países não alinhados. Alguns nomes a destacar: dois prémios Nobel (Sean McBride e George Wald); general Edgardo Mercado Jarrin, antigo primeiro-ministro do Peru; general Nino Pasti, da Itália, antigo membro do Comando Supremo da NATO; James Stuart, do Congresso Nacional Africano (ANC); comandante Olga Aviles, presidente do Conselho da Paz da Nicarágua; Adriano Lombardo, professor de Direito da Universidade Operária do México; Karel van Miert, presidente do Partido Socialista da Bélgica. De Portugal, par-

ticipou Orlando de Carvalho, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A acusação e a defesa, como já vimos, estiveram a cargo de dois norte-americanos: Ramsey Clark e Harry Almond. O júri, que tudo analisou e depois redigiu a sentença, era presidido por Francis Boyle, advogado e professor da Universidade de Illinois, e composto pelas seguintes personalidades: Faruk Abu Eissa, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão; Hans Goeran Frank, advogado e membro do parlamento sueco; Mirza Gholam Hafiz, antigo porta-voz do parlamento do Bangladesh e actualmente membro do Supremo Tribunal; Mary Kaufman, advogada norte-americana que participou, como juiz, nos julgamentos de Nuremberga; Jean Claude Njem, professor de Direito na Universidade de Upsala e conselheiro do governo dos Camarões; Alberto Ruiz-Eldrege, antigo presidente do Conselho Nacional de Justiça do Peru; e Muentaz Soysal, professor de Direito Constitucional na Universidade de Ancara, Turquia.

Estamos cá  
como se estivéssemos lá.  
Somos uma ponte segura  
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada  
na auscultação directa e  
no diálogo negociador,  
preparada e experimentada  
como via das melhores condições  
de parceria, que decorrem do  
planeamento de  
um grande mercado.

# ANGOLA

O seu estatuto preferencial  
é um espelho que reflecte  
as necessidades orientadas e  
as potencialidades do  
comércio externo angolano.



uma experiência  
adquirida  
uma confiança  
reforçada  
no domínio de  
acordos e  
operações  
comerciais e  
no fomento de  
cooperação  
técnica com a RPA.

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.  
Avenida António José de Almeida, 44, 1.ª-Dt.ª  
1000 LISBOA • Portugal  
telef. 73 11 23 / 73 13 23 / 73 14 23  
telex 43688 VESPER P  
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos  
Luso-Angolana, associada das  
seguintes Unidades Económicas Estadais:

IMPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.  
Empresa de Despachos Alfandegários  
de Luanda

e da  
COTECO, Sociedade de Cooperação  
Técnica e Comercial, Limitada

## “O nosso maior êxito é a preservação da independência”

A agressão sul-africana, as sabotagens da Unita, os feitos políticos e económicos de nove anos de independência, analisados pelo presidente José Eduardo dos Santos

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, numa entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, abordou temas de grande importância não só para o seu país, como para a África em geral.

No dia 11 de Novembro, Angola comemorou nove anos de independência, e durante esse longo e difícil período o seu povo não conheceu ainda um só dia de paz. Todo um extraordinário esforço de reconstrução

nacional vem-se realizando simultaneamente com a tarefa de defender a soberania do país e assegurar ao seu povo o direito de escolher os seus próprios caminhos.

Apesar das dificuldades, são evidentes os êxitos do processo, não apenas no campo institucional, como em conquistas económicas e sociais que transformam Angola num país de vanguarda na África contemporânea.

O Presidente José Eduardo dos Santos, em resposta às nossas perguntas, analisa, com lucidez política e sinceridade, não apenas esses sucessos mas, também, os problemas que o seu país enfrenta no caminho da construção do socialismo. A política interna, as relações internacionais, os evidentes progressos na luta contra os grupos de sabotadores ao serviço do governo racista da África do Sul, o problema da Namíbia, frente ao qual o governo angolano mantém uma firme posição de princípios, o FMI e a Convenção de Lomé, as relações com Portugal e Brasil e outros temas são analisados nesta entrevista concedida em Luanda à nossa revista.

A afirmação do Presidente sobre aquilo que considera o



O Presidente José Eduardo dos Santos foi condecorado com a medalha “Herói do Trabalho” (foto acima) pela UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) em Abril deste ano



maior êxito de Angola nestes anos de sacrifícios e esperança sintetiza o sentido da luta do seu povo e traduz o orgulho nacional pela firme defesa da soberania, na rota traçada pelo fundador da Nação, o falecido Presidente Agostinho Neto.

Eis, na íntegra, a entrevista do Presidente José Eduardo dos Santos:

*Angola comemora em Novembro o nono aniversário da sua independência. Tem sido um período de muitas lutas, agressões e também marcado por avanços políticos e revolucionários. Que avaliação o Presidente faz desse período histórico? Quais os avanços e êxitos que considera mais significativos e que problemas e desafios enfrenta a jovem República?*

— O maior êxito que alcançamos até ao momento é a preservação da independência e da soberania do povo angolano sob a direcção do seu Partido de Vanguarda o MPLA-Partido do Trabalho, não obstante as invasões de grande envergadura, os actos de terrorismo e sabotagem, a ocupação de uma parcela do nos-



so território, as chantagens e pressões, as campanhas propagandísticas de intoxicação contra o nosso povo e outras dificuldades que o imperialismo nos tem criado na vã tentativa de destruir a Revolução angolana. Este facto é devido ao elevado grau de consciência política e à determinação do nosso povo de defender as suas conquistas.

Entre estas conquistas há a assinalar para além da preservação da independência política, o controlo das principais riquezas

Os avanços registados no ensino e no controlo das riquezas naturais foram realçados pelo Presidente como alguns dos maiores feitos

do país pelo Estado e a edificação progressiva de uma economia voltada para a satisfação das necessidades fundamentais das massas populares; as metas relevantes atingidas no domínio da assistência médica e do ensino, completamente gratuitos, onde, a título de exemplo, podemos dizer que só no ensino de base existem hoje mais de dois milhões de alunos e foram alfabetizadas aproximadamente um milhão de pessoas.

Naturalmente, um país como o nosso que é vítima de uma guerra de agressão, encontra dificuldades para atingir todos os seus objectivos, pois, além da escassez de quadros técnicos uma parte considerável dos re-

---

*“Um país como o nosso, que é vítima de uma agressão, encontra dificuldades para atingir todos os seus objectivos”*

---

**"O inimigo começa a convencer-se da impossibilidade de derrubar, pela guerra subversiva alimentada do exterior, o Governo de Angola"**

curso financeiro é desviada para o reforço da nossa capacidade defensiva.

*São notórios os êxitos das forças angolanas na luta contra os grupos contra-revolucionários. A que pode atribuir esse êxito?*

— Vários factores concorreram para um maior êxito das nossas forças de Defesa e Segurança no combate contra os grupos de bandidos armados ao serviço da África do Sul. Desde Agosto de 1983, lançámos uma grande campanha de mobilização popular sob o lema "Organizemos a Defesa Armada do Povo para Defendermos a Revolução", aperfeiçoámos a organização das forças armadas reforçando a disciplina e o comando militar nos diferentes níveis; criámos os Conselhos Militares Regionais como órgãos dinâmicos que centralizam a nível local a direcção da actividade político-militar e económico-social; alterámos a concepção de guerra que tínhamos e fizemos um esforço rápido de adaptação à nova situação criada pelo imperialismo e seus agentes aliados.

Esses factores aumentaram a combatividade das nossas forças armadas e creio que o inimigo começa a convencer-se da impossibilidade de derrubar pela guerra subversiva, alimentada no exterior, o Governo legalmente constituído em Angola.

*Quais são as metas imediatas do projecto económico do MPLA-Partido do Trabalho?*

— Resolver os problemas ali-

mentares básicos da população e criar, simultaneamente, as condições que modifiquem as relações de produção capitalistas. Nesse sentido, definiu-se a agricultura como base do desenvolvimento económico e social e estabeleceu-se como prioridade a recuperação da produção no campo, tanto no domínio agrícola como pecuário. Refiro-me ao aumento progressivo de produção do pequeno agricultor, do criador de gado ou do camponês associado, através da concessão de um apoio material, técnico e financeiro e do aperfeiçoamento das formas de organização e do comércio nas áreas rurais o que permite não só resolver problemas alimentares mas também ir assegurando o fornecimento de algumas matérias-primas para a indústria alimentar e ligeira. Outra fase deste processo de desenvolvimento situa-se na criação de condições para a ampliação do movimento cooperativo, na esfera agrícola e pecuária.

*O senhor poderia fazer um balanço do programa de fortalecimento das pequenas unidades agrícolas e industriais do tipo familiar? Que participação elas têm hoje no conjunto da produção nacional? Quais os sectores mais incentivados? Haverá alguma alteração do projecto?*

— Nos primeiros anos da independência não foi prestada uma grande atenção à economia familiar, pois enveredou-se para a transformação em empresas estatais das grandes propriedades agrícolas e pecuárias, abandonadas pelos colonialistas portugueses. Na maior parte dos casos optou-se por essa solução, porque não havia alternativa. Posteriormente, a nossa experiência mostrou-nos que a falta de quadros técnicos e de uma base técnica para a mecanização agrícola em larga escala aliada à falta de quadros de direcção e gestão não nos permitiam rentabilizar gran-

de parte dessas empresas. Tendo chegado a essa conclusão, o I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, em 1980, orientou no sentido de se prestar uma especial atenção ao desenvolvimento da economia familiar no campo, que hoje já contribui com 60% da produção mercantil dos bens alimentares de origem agrícola e pecuária para o nosso povo.

*Os prazos para a retirada unilateral das forças sul-africanas que invadiram Angola já se esgotaram há muito tempo e aparentemente a evacuação não foi completa. O senhor acredita que a África do Sul já violou os entendimentos de Lusaka? Como encara Angola esse facto? O senhor acredita ainda na possibilidade de diálogo ou os entendimentos de Lusaka estão mortos?*

— O entendimento de Lusaka

**"As razões apresentadas pela África do Sul para retardar a retirada das suas forças do território angolano não são válidas nem aceitáveis"**

permanece de pé. Simplesmente ele executa-se de forma bastante lenta. Parece não haver também por parte da África do Sul o desejo de renunciar ao entendimento de Lusaka. Nós temos dito que as razões apresentadas pela África do Sul para retardar a retirada das suas forças do território angolano não são válidas nem aceitáveis. Há de facto uma guerra na Namíbia entre a África do Sul e a SWAPO e não tem sentido obrigar-se Angola a exercer um controlo sobre os guerrilhei-

<sup>1</sup>Entendimentos entre Angola e a África do Sul iniciados no começo do ano, no sentido de cessarem os actos de hostilidade e agressão a partir dos seus territórios.



Nestes nove anos de independência, o governo angolano conseguiu impulsionar as cooperativas agrícolas (foto acima); incentivar o relacionamento diplomático (na foto, o Presidente na Espanha); organizar um dos exércitos mais poderosos da África, democratizar e ampliar a rede de ensino e colocar as riquezas naturais e a produção industrial ao serviço do povo e das necessidades do desenvolvimento



**"Queremos ajudar a encontrar uma solução pacífica para o problema da Namíbia e o primeiro passo deverá ser a conclusão de um cessar-fogo"**

ros da SWAPO, quando a própria África do Sul, com um exército mais antigo que o da República Popular de Angola, não os pode controlar no interior da Namíbia.

Não somos apologistas da guerra, queremos ajudar a encontrar uma solução pacífica para o problema da independência da Namíbia. Não há dúvidas que o primeiro passo, nesse sentido, deverá ser a conclusão de um acordo de cessar-fogo entre a África do Sul e a SWAPO, seguido da aplicação da Resolução 435/78 das Nações Unidas.

O problema namibiano não é um problema angolano. A administração da Namíbia está formalmente entregue a um organismo das Nações Unidas e não é justo, pois, que se pretenda impor condições a Angola para a resolução de um problema internacional. Há de facto uma ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e a SWAPO está reconhecida internacionalmente como representante legítima do povo namibiano. Não é, por conseguinte, a SWAPO uma criação do governo de Angola. Ela é uma organização que age de forma independente e soberana.

Dentro de um espírito construtivo cooperamos com a SWAPO e temos mantido um certo diálogo com a África do Sul por forma a encontrar uma solução justa para o conflito da Namíbia.

*Se os demais países da Linha da Frente aceitassem, no contexto das Nações Unidas, uma força de paz para garantir eleições livres na Namíbia, Angola também tomaria a mesma posição?*

60 - terceiro mundo

— Nós consideramos a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como a única base sólida para a solução da questão namibiana e essa Resolução prevê, claramente, que o período de transição se processe sob o controlo das forças das Nações Unidas. E é esta opinião que tem sido expressa, repetidas vezes, pelos países da Linha da Frente nas suas declarações.

*Angola pretende aderir formalmente à nova Convenção de Lomé? Quais as vantagens e as desvantagens desta associação?*

— O governo de Angola tem participado nas discussões do texto da nova Convenção designada de Lomé III — que deverá substituir Lomé II. A adesão de Angola à Convenção de Lomé III dependerá do seu conteúdo. Não teremos, evidentemente, qualquer interesse em aderir a uma convenção que prejudique os interesses de Angola. Isto não significa que Angola se queira isolar, mas que deseja procurar um relacionamento económico e financeiro justo com os países da Europa. Esperamos que, neste sentido, o texto da Nova Convenção corresponda com os nossos anseios.

*Existe algum plano de aproximação com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional?*

— Nós temos estado a estudar a experiência dos outros países do chamado Terceiro Mundo que têm relações com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional. Estamos desejosos igualmente de estudar os mecanismos internos dessas instituições. O que significa que será perfeitamente admissível, numa primeira fase, o estatuto de observador para Angola.

*O Governo de Luanda vai votar a favor da participação da*

*RASD na próxima conferência da OUA mesmo que isto signifique um novo boicote de Marrocos? No entender do seu Governo, existe alguma possibilidade de uma solução de consenso do problema?*

— Angola é um dos países africanos que reconheceu a RASD e, por conseguinte, considera como base mínima para a solução deste problema a Resolução 104 da OUA segundo a qual Marrocos se comprometeu a realizar o referendo de autodeterminação antes da próxima reunião Cimeira da OUA.

Duvidamos, entretanto, que ainda se possa realizar esse referendo antes da reunião dos Chefes de Estado Africanos.

*Há informações de que o grupo de Savimbi estaria agora operando também a partir do Zaire. O senhor confirma essas informações?*

— Várias movimentações de elementos armados da Unita em áreas próximas da fronteira com o Zaire e algumas acções armadas desenvolvidas contra localidades situadas nas imediações da linha que demarca o território de Angola do Zaire, levam-nos a admitir que algumas faixas fronteiriças do território zairense estejam a ser utilizadas pela Unita. Contudo, não podemos afirmar que tais acções sejam levadas a cabo com o consentimento do Governo Central daquele país, com o qual, aliás, o Governo de Angola estabeleceu um entendimento, desde 1978, sobre a não utilização por qualquer das partes, do seu território, para acções armadas contra o outro.

Não há dúvidas que temos utilizado as vias diplomáticas habituais e continuaremos a utilizá-las para a resolução destas situações que são cada vez mais referidas, com acentuada preocupação, na imprensa internacional.

*Os ataques da Unita contra instalações petrolíferas em Ca-*

*binda reduziram a produção angolana de hidrocarbonatos?*

— Não há provas de que esse ataque tenha sido feito por elementos da Unita pois este agrupamento não opera na província de Cabinda. A sabotagem efectuada causou alguns prejuízos provocados pela paragem necessária para a reparação da conduta.

*Angola concorda com a ideia de fixar a sede permanente da OUA em Addis Abeba?*

— Sim, a sede permanente da OUA foi sempre Addis Abeba. O que se pretende evitar agora é o sistema rotativo da realização das reuniões Cimeiras da OUA em vários países africanos por razões de ordem prática e até material já que nem todos os países dispõem de instalações e meios para albergar conferências com tão elevado número de participantes. Está claro que é mais racional realizar todas as reuniões Cimeiras da OUA na sede, onde felizmente essas condições já estão criadas.

*As relações entre Angola e Portugal passaram por momentos muito difíceis há alguns meses. No momento a situação melhorou ou piorou?*

— Mantém-se estacionária.

*Vários empresários portugueses estão-se associando com firmas e organizações de países como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Suécia e França para actuarem em países africanos, nas chamadas operações triangulares. Angola acredita que este tipo de associação possa ser estimulado? Quais as vantagens e desvantagens?*

— Nós preferimos o relacionamento bilateral.

*Delegações angolanas têm visitado ultimamente países lati-*

*no-americanos e especialmente o Brasil. Como vê o senhor o fortalecimento do intercâmbio com essas áreas?*

— Há boas perspectivas para o alargamento da cooperação económica e do intercâmbio comercial com os países da América Latina. Com o Brasil possuímos um volume de trocas comerciais considerável e uma cooperação económica crescente em vários domínios.

Há relações políticas normais, e um ambiente de compreensão e entendimento que queremos manter e mesmo desenvolver. Há uma língua oficial comum que facilita o contacto entre os dois



Sabotagens sul-africanas: "o isolamento de Pretória deve ser mantido"

povos. Há várias afinidades culturais e, por consequência, uma grande possibilidade de desenvolver relações harmoniosas na base do respeito pela soberania de cada Estado e das suas opções políticas e de ampliar uma cooperação económica que sirva os interesses do desenvolvimento dos dois países. Com esse espírito dispndemos esforços para manter um intercâmbio regular de delegações a vários níveis e exprimimos a nossa satisfação pela forma como se desenvolve também o intercâmbio na esfera da Cultura e do Desporto.

*Dirigentes africanos têm feito declarações contrárias a uma possível viagem do presidente P. W. Botha a nações do continen-*

### **"Há boas perspectivas para a expansão da cooperação económica e do intercâmbio comercial com os países da América Latina"**

*te. Como vê o Governo angolano esta aparente iniciativa sul-africana para romper o bloqueio diplomático imposto há várias décadas contra o regime de Pretória?*

— Com tal iniciativa Pretória pretenderia convencer alguns países que se estavam a processar

mudanças sérias e substanciais na sua política interna ao pôr em prática uma nova Constituição, com vista a paralisar, deste modo, toda a solidariedade para com o ANC e o povo sul-africano. Ao mesmo tempo, mobilizaria também esses países para uma solução injusta do problema da Namíbia fora do espírito da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, excluindo a participação da SWAPO e fazendo prevalecer a chamada política de *linkage*.

O isolamento diplomático de Pretória deve ser mantido porque constitui uma forma de pressão, entre outras, tendente a acelerar a adopção de uma solução justa para os problemas do *apartheid* e da independência da Namíbia.

## Pretória aperta o cerco político

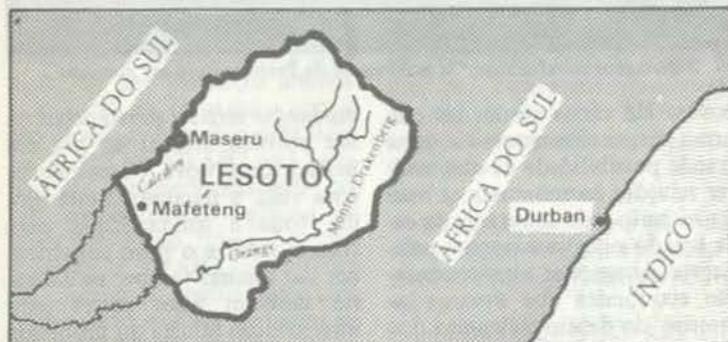
O governo desse pequeno reino encravado no território sul-africano enfrenta pressões esmagadoras do "apartheid" para assinar um tratado de não-agressão.

Carlos Castilho

Desde Setembro passado, que a capital do Lesoto, Maseru, passou a viver um clima em muito semelhante a uma véspera de invasão militar. Os membros do governo e do Partido Nacional Basoto (BNP) sentiram a pressão sul-africana crescer de tal forma que perceberam um iminente estrangulamento económico e fiz-

eram um dramático apelo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Além de aumentarem as tradicionais dificuldades burocráticas para a entrada e saída de cidadãos no pequeno reino de 30 mil quilómetros quadrados, as autoridades sul-africanas começaram a reter o transporte de produtos

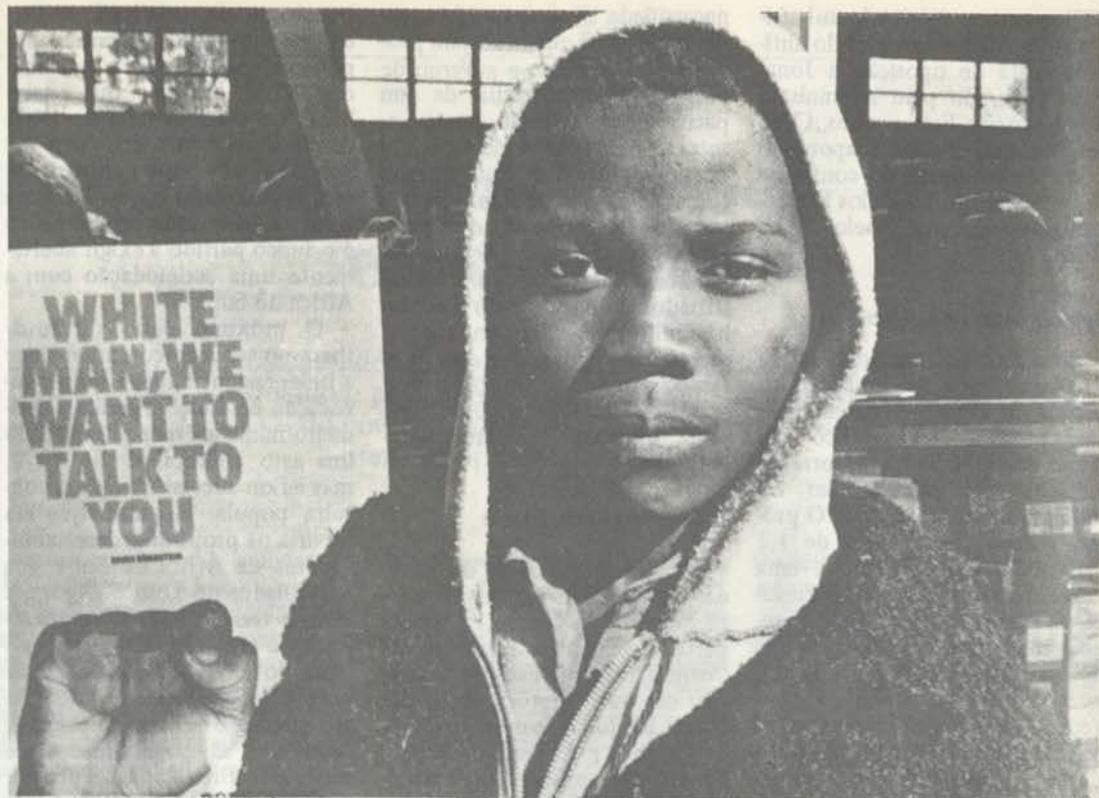


O reino do Lesoto, com 1.370.000 hab. está totalmente cercado, geográfica e economicamente, pelo regime de Pretória. Não se tem certeza se o primeiro-ministro Leabua Jonathan (ao lado) conseguirá suportar o estrangulamento, que já começa a tornar-se asfíxiante

importados pelo Lesoto, dificultaram as remessas de dinheiro dos quase 400 mil trabalhadores imigrantes empregados na região do Cabo, ameaçaram boicotar um projecto de irrigação, crítico para a economia desse pequeno país e, finalmente, insinuaram que apenas opositores do primeiro-ministro Leabua Jonathan poderiam entrar na África do Sul como turistas ou imigrantes.

A violência das pressões exercidas pelo governo de Pretória visa quebrar a resistência de Jonathan contra a assinatura de um acordo de não-agressão, semelhante aos já assinados pela África do Sul com a Suazilândia e Moçambique. Através do acordo, Pretória pretende basicamente impedir que refugiados anti-racistas ligados ao Congresso Nacional Africano (ANC) vivam em Maseru. Outro alvo da "operação estrangulamento" posta em andamento pelo apartheid é a política externa independente de Jonathan, que estabeleceu relações diplomáticas com países socialistas, como a China, vinculou o Lesoto à Conferência de Coordenação do Desenvolvimento Económico da África Austral (SADCC), formada por governos anti-racistas, e procura manter a velha tradição de território neutro para perseguidos por questões raciais.

A partir de Setembro, as autoridades do Lesoto começaram a admitir que o cerco sul-africano se pode tornar insustentável. O pequeno reino está totalmente cercado pela África do Sul. Não tem acesso ao mar, todo o seu comércio externo passa pelo poderoso vizinho, importa dez vezes mais do que exporta e tem o seu sistema financeiro amarrado ao sistema bancário de Pretória. O Lesoto só consegue equilibrar o seu orçamento graças às remessas provenientes das economias dos imigrantes, que constituem 45% da força de trabalho.



O governo e o povo do Lesoto procuram manter a tradição de território neutro para perseguidos por questões raciais

### Operações tipo "comandos" e assassinatos

Desde 1970, a África do Sul intervém abertamente na política interna do Lesoto, fomentando movimentos políticos dissidentes sempre que a posição oficial em Maseru contraria os interesses de Pretória. Em 1977, as fronteiras foram fechadas pela África do Sul em represália pelo facto do Lesoto não ter reconhecido a "independência" do bantustão de Transkei. E, em 1982, as tropas sul-africanas passaram a hostilizar militarmente o governo do reino através de invasões do tipo "comandos", atentados terroristas e assassinatos de dirigentes políticos do BNP.

O estrangulamento pela África do Sul provocou uma profunda reorientação dos grupos políticos do Lesoto. O primeiro-ministro Leabua Jonathan, que

chegou ao poder em 1970 através de um golpe de Estado, apesar de anticomunista passou a alinhar cada vez mais com os governos revolucionários da África Austral. Em compensação, o Partido do Congresso Basoto (BCP), inicialmente anti-racista, sofreu grandes crises internas, e o seu líder, Ntsu Mokhele, é hoje um aliado de Pretória.

A mudança de Jonathan tornou-o popular dentro do país, na medida em que ele justificou a sua independência em relação a Pretória para manter o estatuto de "nação dos refugiados", em vigor desde o século passado, quando o rei Moshoeshe liderou a resistência nas montanhas contra ataques de colonos brancos racistas que desejavam capturar trabalhadores negros fugitivos. Para o primeiro-ministro, ceder às pressões do *apartheid* sig-

nifica hoje trair a história do Lesoto. No passado, Jonathan, apesar da disparidade de forças, conseguiu resistir graças aos apelos feitos à consciência moral dos países membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) que deram ajuda ao pequeno reino, menor do que a Suíça, como uma forma de contrabalançar os poderosos vínculos entre as transnacionais do Velho Mundo e o *apartheid*.

O estrangulamento tornou-se mais agudo em Agosto e Setembro, quando a África do Sul reteve, durante semanas, um carregamento de armas compradas pelo Lesoto na Grã-Bretanha e Itália. Em seguida, surgiram indícios de que a polícia de Pretória passou a exigir, além do passaporte, o cartão de filiado da Aliança Democrática Basoto (BDA) a todos os cidadãos do Lesoto que

entrassem em território sul-africano. A BDA é um partido anti-comunista de oposição a Jonathan, liderado pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Charles Molapo, e que é apontado como um homem da confiança do ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof "Pik" Botha.

#### Diminuir a dependência energética

Mas a situação piorou quando Pretória ameaçou boicotar os planos do Lesoto de desenvolver um projecto hidrográfico nas águas do rio Senqu, que corre do planalto em direcção ao rio Orange, na África do Sul. O projecto deve custar cerca de 1,2 mil milhões de dólares e, uma vez em funcionamento, permitirá ao Lesoto vender água à região industrial da Cidade do Cabo. A partir de 1994, essa importante cidade sul-africana deverá esgotar todas as suas possibilidades de abastecimento autónomo, segundo levantamentos técnicos recentes.

Além disso, a utilização das águas do rio Senqu ampliará o sistema de irrigação do planalto do Lesoto bem como permitirá a construção de centrais hidroeléctricas que diminuirão a dependência energética quase total do reino em relação à África do Sul. Vários países europeus já demonstraram interesse em fornecer os créditos e financiamentos necessários à realização da obra, que deve, pela primeira vez na história do Lesoto, criar condições concretas para diminuir o estrangulamento económico do país pelo seu poderoso e agressivo vizinho.

Só que o projecto é inviável sem a participação sul-africana, já que se trata de recursos naturais localizados numa área fronteiriça e que, pela lei internacional, só podem ser explorados em regime de cogestão. E aí entram as pressões da África do Sul, que procura aproveitar-se da

necessidade alheia para obter ganhos políticos que lhe sejam proveitosos. Em rigor, o governo de Pretória não necessita de um pacto de não-agressão com o Lesoto. O *apartheid* já mostrou, em ocasiões anteriores, que as suas forças militares podem entrar e sair do reino quando quiserem, graças à enorme disparidade de efectivos e equipamentos. Os refugiados do ANC sabem também há muito que estão permanentemente sob vigilância e que, portanto, não podem contar com o território do Lesoto como base para operações militares além-fronteira.

#### Usar a força económica

As pressões a favor do pacto de não-agressão são assim eminentemente políticas, e fazem parte da chamada estratégia da "constelação de Estados", através da qual Pretória pretende usar a sua força económica sobre os vizinhos mais fracos e dependentes, para afastar o mais possível das fronteiras do *apartheid* qualquer núcleo de acção guerrilheira do ANC. Além do Lesoto, também o Botswana e o Zimbábue enfrentam o mesmo tipo de estrangulamento, mas o caso do pequeno reino é ainda mais dramático porque está totalmente cercado geográfica e economicamente pelo regime de Pretória. A resistência de Jonathan à assinatura do acordo é um precedente perigoso para o presidente sul-africano P. W. Botha, já que ameaça todo o jogo da África do Sul. Se um país pequeno e geograficamente enclausurado consegue evitar um recuo diplomático, outros países da região podem sentir-se fortalecidos.

Em Maseru, os meios políticos não têm certeza se o primeiro-ministro Leabua Jonathan vai conseguir suportar o estrangulamento que já começa a tornar-se asfíxiante. O ministro dos Negócios Estrangeiros do reino, E. R. Sekhonyana, um defensor in-

transigente da resistência ao cerco, foi substituído recentemente por um político mais conciliador, V. M. Makhele, que é também o secretário-geral do BNP. A mudança aconteceu logo depois de dois outros ministros terem abandonado o governo para aderir à BDA, que no momento é o único partido a exigir abertamente uma acomodação com a África do Sul.

O próximo passo de Jonathan, no seu esforço para manter a independência, deve ser a convocação de eleições gerais. O primeiro-ministro vem prometendo um acto eleitoral desde 1970, mas adiou sucessivamente a consulta popular alegando que ela serviria os propósitos desestabilizadores da África do Sul e dos seus aliados no Lesoto. Agora, a eleição transformou-se numa espécie de tábua de salvação para o líder do BNP. Se ele conseguir uma clara maioria de votos, o seu prestígio será fortalecido e, com ele, as possibilidades de continuar a resistência. Por isso, a África do Sul começou a "jogar forte" também no terreno político-eleitoral, acreditando-se que deverá ampliar ainda mais o arsenal de intimidações na tentativa de atemorizar a população do Lesoto. Trata-se de uma batalha crítica para o chefe do governo, já que, além da BDA, o governo de Pretória conta também com as simpatias do BCP, o partido de que foi líder Ntsu Mkhale, vencedor das eleições de 1970, anuladas por Leabua Jonathan.

O trabalhador do Lesoto, empregado na África do Sul, poderá perder o emprego no momento em que não puder provar que é membro da BDA, caso a exigência de filiação partidária seja mantida nos postos de imigração na fronteira entre os dois países. E a ameaça de perder um emprego pago em rands deve ser uma poderosa arma para assustar os eleitores do partido do governo. ●

# Entre as eleições e a violência

A oposição lidera as sondagens junto à opinião pública enquanto o país assiste com desencanto ao fracasso do governo Belaúnde e reage temeroso à ofensiva do "Sendero Luminoso"

Com cerca de seis milhões de habitantes, Lima, a capital do Peru, não é mais a cidade senhorial, centro de uma oligarquia de origem hispânica que governava um país de camponeses, índios e mestiços. Caótica, barulhenta, insegura, cheia de marginais, essa capital superpovoada, na qual todos os serviços são insuficientes, constitui um reflexo do país, de um Peru afundado na crise e no desgoverno, ameaçado pela violência irracional.

Os atentados intimidam uma cidade na qual a polícia se aquartela à noite, temendo os ataques dos extremistas do "Sendero Luminoso". Uma leitura superficial dos jornais revela a existência de pluralismo e oposição.

Nos bairros elegantes, a defesa é obsessiva: guardas de segurança, grades, cães, armas, tudo isso mostra uma imagem de insegurança diante da ofensiva da delinquência e do terrorismo. As notícias sobre ajustes de contas e o domínio que exercem os traficantes de narcóticos em certas regiões dão uma ideia desse submundo sinistro. Os índices de subalimentação e de miséria revelam a crescente pauperização do país.

É, pois, numa sociedade envolvida em graves problemas,

que o povo se prepara para votar. Em 1985, o Congresso será renovado e eleito um novo presidente.

A maioria dos observadores isentos assinala que a séria situação do Peru tem origem em problemas estruturais e que a crise económica internacional afectou o país. Mas reconhecem também que a política económica liberal e a inaptidão do actual regime direitaista agravaram todos os problemas da sociedade peruana.

### Do reformismo militar à democracia direitaista

Fernando Belaúnde Terry foi eleito, pela primeira vez, em 1963. Como candidato, era o "homem da renovação". Em 1968, o seu regime era acusado pelas fileiras oficialistas e pelos seus aliados iniciais de "claudicante" e "entreguista" diante do poder das transnacionais.

Os militares que o derrubaram endossaram as acusações e, de forma inovadora, promete-



Belaúnde Terry: o povo assiste com desencanto ao fracasso de um governo civil no qual depositou amplas expectativas

ram um conjunto de reformas destinadas a mudar radicalmente a sociedade peruana. O general Velasco Alvarado, primeiro presidente do governo militar, afirmou que as forças armadas haviam deixado de servir à oligarquia: nacionalizou o petróleo, nas mãos de uma companhia

norte-americana; estatizou parte dos bancos e a grande indústria mineira; nacionalizou os caminhos-de-ferro, a electricidade e os telefones; concedeu participação aos trabalhadores nos lucros e na gestão das indústrias; iniciou uma radical reforma agrária e uma política externa inde-

pendente e não-alinhada.

Todas estas reformas eram feitas no contexto de um governo militar, que desconcertou uma direita acostumada a utilizar as forças armadas e a considerá-las como suas aliadas naturais. Por isso tinha demorado a reagir.

### TREZE CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

□ Treze candidatos se inscreveram para disputar a presidência da República nas próximas eleições gerais de 14 de Abril de 1985, um recorde sem precedentes na história política do Peru.

O Júri Nacional de Eleições (JNE) recebeu, no último dia, as inscrições de nove partidos políticos, entre eles a Esquerda Unida (IU) e o Partido Popular Cristão (PPC).

O partido do governo, Acção Popular (AP), depois das frustradas conversações com o Partido Popular Cristão, inscreveu a candidatura do senador Javier Alva Orlandini e dos ex-primeiro-ministros Manuel Ulloa e Sandro Mariátegui, como vice-presidentes.

Alfonso Barrantes concorre à presidência pela IU junto com Enrique Bernales, senador do Partido Socialista Revolucionário (PSR), e Agustín Haya de la Torre, da União Democrática Popular (UDP), candidatos para a primeira e a segunda vice-presidência, respectivamente. Os dois candidatos à vice-presidência, que representam dois dos oito partidos que integram essa frente, substituem o senador Jorge del Prado, do Partido Comunista Peruano (PCP) e o poeta Luis Nieto, da UDP. Ambos renunciaram a poucas horas da sua nomeação, a 9 de Outubro passado, por discordâncias em torno de uma lista que alguns qualificaram de "radical".

Por outro lado, soube-se que o Partido de Integração Nacional (PADIN), da linha democrata cristã, dirigido pelo senador Miguel Mufarech, e a Acção Política Socialista (APS), do rico empresário e principal accionista do diário *La República*, Gustavo Moheme, decidiram não apresentar as suas candidaturas, a favor de uma virtual aliança com a IU. Mufarech e Moheme ocupavam lugares importantes na lista de senadores.

Por seu lado, Luis Bedoya Reyes, dirigente máximo do Partido Popular Cristão, encabeça a lista presidencial acompanhado pelo dissidente aprista Andrés Townsend, fundador do Movimento de Bases Hayistas (MBH), como candidato à

primeira vice-presidência, enquanto que o neurocirurgião independente Esteban Roca, é indicado para a segunda. Depois de frustrada a aliança do conservador PPC com o partido do governo, Acção Popular, Bedoya recorreu a uma "aliança menor" com Townsend, o qual também havia sido descartado da lista presidencial da AP.

Segundo analistas locais, a divisão do bloco oficialista beneficia o candidato Alan García, do Partido Aprista Peruano (PAP). Sem uma aliança mútua o AP e o PPC dificilmente poderão obter mais de 50% dos votos, condição indispensável para chegar à presidência.

Dois agremiações trotskistas — que não integram a IU — inscreveram também as suas candidaturas. A Frente de Esquerda Revolucionária (FIR), uma cisão do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), de Hugo Blanco, inscreveu-se com Emetrio Tacuri na primeira candidatura, Raúl Castro na primeira vice-presidência e Victoriano Ramírez, na segunda.

Por sua vez, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), dirigido pelo seu candidato presidencial, o senador Ricardo Napuri, inscreveu o seu nome acompanhado pela ex-parlamentar Magda Benevidéz, na primeira vice-presidência, e o deputado Enrique Fernández, na segunda. O PST é o único partido que inclui uma mulher na lista presidencial.

Concorre, também, o Movimento Revolucionário Velasquista (MRV), recém fundado, com Eustaquio Maylle para a presidência e Luis Lora e Humberto Alvarez, na primeira e segunda vice-presidências. O MRV estaria inspirado na ideologia defendida pelo general Juan Velasco Alvarado durante a sua governação (1968-1975), até que foi derrubado pelo actual candidato da Frente Democrática de Unidade Nacional (FDUN), o general Francisco Morales Bermúdez.

As últimas sondagens dão uma certa vantagem ao candidato presidencial do Partido Aprista Peruano, Alan García, seguido pelo presidente da Câmara Municipal de Lima e candidato da IU, Alfonso Barrantes. Como nenhum deles está perto dos 50%, possivelmente a eleição terá que ser decidida numa segunda volta.

Essa reação ocorreu quando a crise internacional, a queda de Allende no Chile e as pressões norte-americanas contra o Peru se juntavam à enfermidade de Velasco Alvarado. Aproveitando-se das divisões no seio do governo, a direita ajudou na sua paralisção e posterior queda.

Em 1975, Morales Bermúdez impôs a chamada "Segunda Fase" do processo revolucionário. Bermúdez chegou ao poder no meio dos efeitos duma crise econômica profunda. A sua resposta foi a paulatina modificação das reformas promovidas pelo general Velasco, procurando torná-las compatíveis com a economia de mercado e a mentalidade empresarial. Por outro lado, o fim dos subsídios, a alta da inflação e o subsequente aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, deterioraram o nível de vida das maiorias.

Em 1977, Morales Bermúdez já havia expurgado a esquerda militar e limitado o poder dos sindicatos. Porém, não conseguiu ganhar a confiança da direita e dos empresários. Em Julho desse ano, o presidente anunciou a "retirada com honra" do regime, convocando eleições para uma Assembleia Constituinte, como primeiro passo para a instalação de um governo civil.

Dos partidos tradicionais, a Acção Popular (AP), liderada por Belaúnde Terry, negou-se a participar da Constituinte. Participaram o Partido Popular Cristiano (PPC), à direita da DC, o APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), e os partidos de esquerda. Em 1979, estava pronta a nova Constituição; em 1980, foram realizadas eleições gerais.

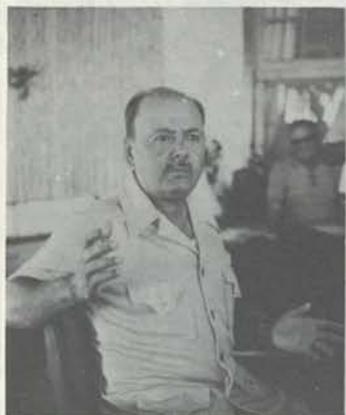
No período final da sua administração, Morales Bermúdez conseguiu enfrentar os aspectos mais dramáticos da situação econômico-financeira, detendo o ritmo inflacionário, renegociando o pagamento da dívida e promovendo a entrada de divisas. Nessa



Alfonso Barrantes: um líder



Morales Bermúdez: nova tentativa



Velasco Alvarado: projeto renovador



Alan García: um novo APRA

conjuntura deu-se o processo eleitoral.

Nas eleições de 1980, a esquerda esteve dividida, o que a debilitou como alternativa. O APRA, morto o seu líder, Haya de la Torre, lançou como candidato à presidência Armando Villanueva, representante da ala progressista, o qual propôs a colaboração com a "esquerda responsável". O PPC lançou o seu dirigente, Luis Bedoya, e a AP, o ex-presidente Fernando Belaúnde.

A campanha de Belaúnde foi indefinida, sem delineamentos ideológicos. Prometeu um milhão de empregos e obras públicas, deu a entender que era a alternativa frente ao APRA — fazendo renascer o antiaprismo — e os

seus partidários utilizaram o facto de a esposa de Villanueva ter nascido no Chile para fazer renascer a desconfiança contra os chilenos provocada pela derrota peruana na guerra do Pacífico, 100 anos atrás.

### O desencanto

Poucos dos que votaram em Belaúnde sabiam como seria o seu governo. O seu estilo senhorial e ambiguidades dissimularam o que viria.

O romântico presidente admirador do Incário, nomeou para primeiro-ministro e "czar" da economia, Manuel Ulloa, advogado, financeiro, ligado às transnacionais e defensor do monetarismo, do neoliberalismo e do

entreguismo ao capital estrangeiro. Ulloa declarou que o Estado estava "superdimensionado" e a indústria "superprotegida", razão pela qual iniciou uma ofensiva contra as empresas públicas para privatizá-las. Os impostos de importação foram reduzidos e uma onda de produtos importados invadiu as lojas. Os benefícios aos exportadores de manufacturas foram reduzidos e novos contratos favorecendo as companhias estrangeiras que exploram o petróleo na Amazônia assinados.

Os representantes do APRA e

a esquerda criticaram essa política, mas a maioria parlamentar e a predominância direitista nos meios de comunicação levou a grande maioria da população a acreditar que ninguém apresentava alternativas e que a política neoliberal era a única possível.

Logo de seguida veio o desencanto. As indústrias faliam ou reduziam pessoal, a inflação aumentou, ultrapassando largamente os 100%; a produção estagnou e logo retrocedeu para 13% (1983); os salários reais das maiores reduziram-se. Sindicatos, organizações empresariais e parti-

dos da oposição tornaram mais fortes as suas críticas e, nas eleições municipais de 1983, a oposição recolheu a maioria dos votos. O governo perdeu o triunfalismo, mudou pessoas, mas foi incapaz de articular uma alternativa ao modelo fracassado.

### A violência do "Sendero"

Pouco antes das eleições de 1980, o grupo maoísta "Sendero Luminoso" (ver *cadernos* nº 54, Junho/Julho 83) iniciou as acções armadas. Movimento extremista, irracional e messiânico, o "Sendero" considera que o caminho eleitoral está fechado e que o único viável é a "guerra popular prolongada", no estilo maoísta.

Os senderistas escolheram a serra centro-sul, zona empobrecida, como centro das suas operações, assassinando autoridades locais, destruindo os escassos e isolados postos policiais, impedindo o comércio, assassinando comerciantes e "ricos".

A cidade de Ayacucho é o centro dessa área. Um belo povoado, que tem como recordação de épocas prósperas as suas igrejas barrocas e casarões coloniais. Ali operam os terroristas e



As manifestações populares já fazem parte do quotidiano do país

## CONSTITUIÇÃO E ELEIÇÕES

O Peru é regido por uma Constituição aprovada em 1979, e elaborada por uma assembleia de 100 membros eleitos por sufrágio universal, secreto e sem partidos excluídos. A Acção Popular e o "Sendero Luminoso" negaram-se a participar.

O maior número de representantes foi do APRA, sendo o PPC a segunda força. A esquerda conquistou um terço dos votos.

A Constituição estabelece uma ampla e completa declaração de direitos individuais e sociais; reforça os poderes do presidente e do Executivo; estabelece uma presidência de cinco anos e um sistema de duas voltas na eleição presidencial. O candidato que na primeira volta conseguir ultrapassar 50% dos votos "validamente expressos", será presidente. Se ninguém cumprir esse requisi-

to, haverá uma "segunda volta", entre os dois candidatos mais votados.

No Peru, votam todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, alfabetizados ou não. Todos os partidos são permitidos se cumprirem os requisitos formais: inscrição no Jurado Eleitoral, o qual exige um determinado número de assinaturas e a presença de comités em diversos lugares da República.

A esquerda tem representação no Parlamento e nos municípios. O presidente da Câmara Municipal de Lima, Alfonso Barrantes Lingán, é o líder da Esquerda Unida. Apenas o "Sendero Luminoso" e o grupo terrorista "Tupac Amaru", do qual não se sabe muita coisa, não têm representação legal, por não aceitarem o jogo eleitoral.

As actuais sondagens de opinião apontam como favorito o APRA e o seu jovem candidato Alan García. O grande desafio para esse partido será a segunda volta.

ali se encontra a sede do "Comando Político Militar" constituído desde que o governo encarregou as forças armadas da repressão nessa região.

Em Lima e noutras cidades, os senderistas assassinam polícias, assaltam esquadras, colocam bombas de fabricação caseira e semeiam a inquietação na população. Desprovidos da sofisticação dos "montoneros" argentinos, das Brigadas Vermelhas italianas ou dos "tupamaros" uruguaios, os senderistas exploram a situação de miséria e de abandono de largos sectores do povo peruano assim como a incapacidade do governo para enfrentá-lo.

Os porta-vozes oficiais culpam tudo e todos pela violência do "Sendero": desde a URSS e Cuba até instituições estrangeiras, passando por sectores da igreja e a OLP. Não reconhecem que é um movimento peruano maoísta e alheio à esquerda legal. A essa forma errada de analisar o fenómeno do "Sendero", junta-se a falta de capacidade da polícia para enfrentá-lo e a campanha da direita que condena a esquerda em geral.

Na zona de emergência a situação é mais grave. O "Sendero" assassina os seus adversários reais e potenciais enquanto sectores das forças da ordem, em especial os fuzileiros navais e os *sinchis* da Guarda Civil, foram acusados de efectuar uma repressão indiscriminada e cruel.

Camponeses assassinados sem razão aparente, um grupo de evangelistas mortos por cadetes da marinha, mulheres violentadas e torturadas, vários menores desaparecidos após detenção, o jornalista Jaime Ayala desaparecido após ter dado entrada num quartel dos fuzileiros navais são exemplos dessa dura realidade.

A oposição, embora condene as acções do "Sendero", critica os excessos repressivos que, além de cruéis, são contraproducentes. Para o governo e para a



O actual discurso político do APRA é social-democrata

sobrevivência da democracia liberal, o grande problema é a aplicação de uma política anti-terrorista, compatível com a democracia, a vigência dos direitos humanos e a vida civilizada.

#### As alternativas de oposição

A oposição tem duas forças: o APRA e a Esquerda Unida (IU). O APRA existe desde 1931, quando se constituiu como partido de base marxista que procura aplicar essa doutrina à realidade da América Latina. A integração de uma América Latina anti-imperialista e a formação de partidos de frente única, que agrupem as classes exploradas, sem exclusividade proletária, eram as ideias fundamentais da primeira época do aprismo.

Ilegalizado em 1932, voltou à legalidade em 1945, para retornar à clandestinidade entre 1948 a 1956. Essa difícil trajetória fez com que predominasse uma linha de conciliação com a oligarquia, o que o coloca ao lado de grupos conservadores.

A ascensão do governo militar levou Haya de la Torre a esquerdizar o seu discurso ideológico. Morto o líder, Villanueva iniciou um processo de retomada do cunho popular e progressista.

Hoje, o discurso ideológico e os planos de governo colocam o

APRA numa linha de centro-esquerda (tipo social-democracia). Um dos seus sectores propõe abertamente a convergência com a esquerda.

A IU é uma frente de forças socialistas e marxista-leninistas que agrupa também independentes. Nela, os moderados ganharam terreno e o primeiro esboço do seu plano de governo insiste numa política de tipo social e de apoio à agricultura nas zonas necessitadas (e nisso coincide com as actuais propostas apristas).

O grande problema da IU é a diferença de estilos e propostas, o que pode gerar conflitos ainda antes do processo eleitoral.<sup>1</sup>

O grande desafio do futuro é a convergência necessária entre o APRA e a IU, como forças populares e progressistas. Só assim será possível isolar a direita e iniciar um processo de mudanças indispensável para uma sociedade que está na iminência da explosão social e que não suportará mais cinco anos de governo direitista. ●

<sup>1</sup> Cabe destacar que o presidente da Esquerda Unida, Alfonso Barrantes, saiu vencedor nas eleições municipais e é o actual presidente da Câmara Municipal de Lima. Por ser um independente, com reconhecida liderança na esquerda e respeito entre os seus adversários políticos, o papel de Barrantes no processo unificador da esquerda poderá ser decisivo.

## Ásia

### Nova Caledônia

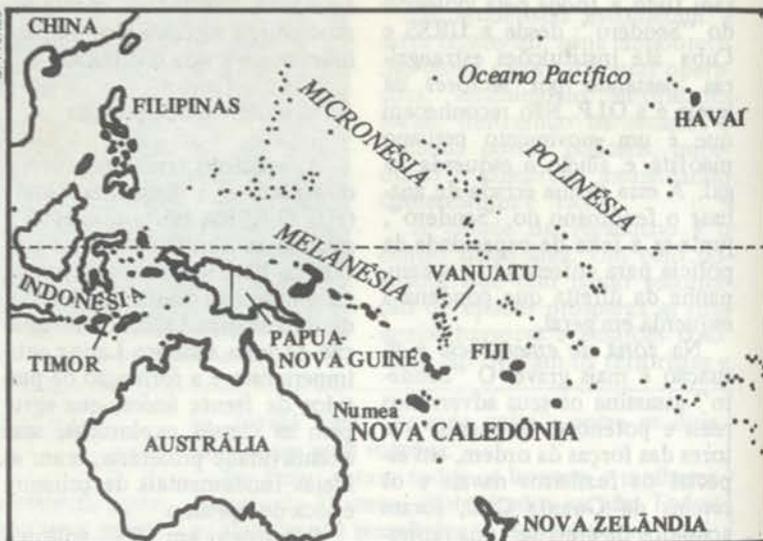
# Os kanak: “Estamos prontos para o combate”

Uma jovem dirigente independentista dessa ilha da Melanésia meridional explica a luta do seu povo contra o colonialismo francês\*

“Queremos a nossa independência agora e queremos-la de acordo com as nossas condições”. Essa afirmação, de uma dirigente *kanak*, mostra o estado de espírito e a decisão de luta da população da Nova Caledônia, uma das possessões da França no Pacífico Sul. Situada entre as Novas Hébridas, a leste, e a Austrália, a oeste, a Nova Caledônia está em poder da França desde 1853. (Ver Mapa)

Com a eleição de Mitterrand, as esperanças dos partidos independentistas cresceram. Os *kanak* apoiaram o actual presidente da França, na expectativa de pôr fim a uma situação colonial que mergulhou o povo na miséria pela concentração da riqueza nas mãos dos colonos franceses, dos homens de negócio europeus e dos *caldoches*, nascidos na Nova Caledônia, mas associados ao sistema de exploração colonial, onde ocupam os cargos públicos mais importantes.

Os anos passaram e não só o governo do Partido Socialista francês não deu sinais de se interessar pela descolonização da



Com uma superfície total de 19.058km<sup>2</sup>, o arquipélago é constituído pela ilha de Nova Caledônia (16.700km<sup>2</sup>) e dezenas de pequenas outras. De origem vulcânica, o relevo é montanhoso e com recifes costeiros. A vegetação é densa e o subsolo rico em jazidas minerais. No censo de 1981, a sua população era de 140 mil habitantes, de origem melanésia (os *kanak*), além de minorias francesas e descendentes de franceses (os *caldoches*). Até 1898, foi utilizada pela França como colónia penal para presos políticos e condenados a trabalhos forçados. Actualmente, como território ultramarino francês, existem os seguintes partidos políticos: Assembleia Popular Caledónia para a República (RPCR), conservador e pró-francês; União Caledónia (UC), independentista moderado; Partido de Libertação Kanak (PALIKA), independentista radical; e outros partidos menores das três tendências.

\* O texto está baseado num artigo do correspondente da agência *Inter Press Service* (IPS), Ravindran Casinader.

Nova Caledónia, como o facto dele financiar mais da metade do orçamento do seu "território ultramarino" (ver *guia do terceiro mundo* 1984-1985, pág. 341) permite pensar que a ilha continua a ser um ponto chave para a França.

Susanna Ounei é uma dos 60 mil melanésios *kanak* dessa ilha do Pacífico Sul, de 19.058 km<sup>2</sup>. A sua vida expressa bem toda a luta do seu povo. Recentemente, acorreu-se às varandas da casa do governo em Numea, a capital, e esteve vários meses presa pelas suas actividades a favor da independência.

O processo de tomada de consciência de Susanna foi igual ao de tantos outros, mais uma reacção à discriminação e ao racismo do qual fora vítima desde criança do que um posicionamento intelectual. "As crianças brancas recebiam toda a atenção, enquanto nós, *kanak*, éramos ignorados. Os professores chamavam-nos de *kanaks* sujos", conta-nos ela recordando aqueles anos.

Na recente Conferência Cristã da Assembleia da Juventude da Ásia, Susanna Ounei fez um apaixonado depoimento da sua vida e luta. "Ainda com 12 anos de idade, pensava que algum dia haveria um movimento formado por negros para lutar contra essas injustiças", afirmou perante os 260 delegados de 20 países da Ásia e do Pacífico que a escutavam.

#### Os "cachecóis vermelhos"

O seu sonho tornou-se realidade, em Setembro de 1969, quando Nidoish Naissellive, um estudante *kanak* que estava em França, regressou para fundar um grupo político chamado "cachecóis vermelhos". "Nessa época, as nossas acções de protesto provocaram uma intervenção brutal da polícia, especialmente porque não éramos muitos", lembrou. Ao mesmo tempo, Su-

sanna sentia-se também revoltada pela forma como os homens tratavam as mulheres do grupo. "Parecia que os homens as aceitavam só para se deitarem com elas após as reuniões".

Junto com outra mulher, Dewe Gorodey, Ounei iniciou um trabalho relativo a problemas exclusivamente femininos. "Os homens sentiram-se feridos nos seus egos e acusaram-nos de exagerar as coisas e de copiar as feministas francesas. Eles falavam da libertação do povo mas tratavam as esposas como escravas".

A 24 de Setembro de 1974, data do aniversário da colonização francesa, Dewe e Susanna foram presas juntamente com outros 10 *kanak*, por liderarem uma manifestação de protesto. "Bateram-nos muito e passámos todo o dia em interrogatórios, enquanto eles procuravam responsabilizar um de nós", afirmou Susanna perante a Conferência.

Pouco depois de saírem da prisão, ambas as dirigentes percorreram toda a ilha para consciencializar e mobilizar as mulheres. Numa Assembleia Geral por elas convocada, vieram muitas mulheres de uma região chamada Koindome, mas o seu portavoze era um homem. "Quando vi aquilo, perguntei como era possível que um homem falasse pelas mulheres. Foi feita uma votação e todas as mulheres decidiram que ele se retirasse".

Em 1983, Susanna Ounei abandonou as tentativas de influenciar os grupos femininos dos partidos independentistas da Nova Caledónia "porque eram os maridos que organizavam as secções de mulheres, cujas actividades se limitavam a costurar e cozinhar tortas para o partido". Fundou então uma organização de mulheres *kanak* chamada *Grupo de Mulheres Kanak Exploradas em Luta* (GFKEL).

"Os homens entendem o problema do colonialismo, mas não

compreendem a luta das mulheres, e damo-nos conta que só nós mesmas podemos fazer algo sobre isso", acrescentou.

#### Os "kanak"

Antes da chegada dos franceses, havia cerca de 200 mil habitantes na Nova Caledónia, mas devido às doenças e à violência francesa, em 1920 eram menos de 30 mil. Actualmente, a população é de cerca de 60 mil pessoas, mas em decorrência da imigração estimulada pelos franceses na década de 70, eles representam apenas 42% da população. Os *kanak* só possuem 10% das terras, mas devem viver em «reservas» das quais, até 1946, não podiam sair sem autorização. Setenta por cento dos jovens *kanak* estão sem emprego.

A 13 de Julho deste ano, a Assembleia Nacional francesa adoptou um estatuto de autonomia para a Nova Caledónia, mas recusou emendas propostas pela Frente Independentista, razão pela qual quatro dos cinco partidos que a constituem decidiram boicotar as eleições para a Assembleia Territorial.

O estatuto estabelece a convocação para um referendo sobre a independência em 1989, incluindo o povo *kanak*. Estes exigem que só aqueles que tenham um dos seus pais nascido na ilha possam votar e que o referendo se realize antes da data prevista. Se esta reivindicação for aceite, os *kanak* terão a maioria.

"Queremos a independência agora", afirma Susanna. "Nós, *kanak* somos os únicos que temos o direito inato de determinar a forma de independência. Os franceses procuram usar o estatuto para nos impor os seus pontos de vista, e tentam ganhar tempo e votos para uma nova resolução colonial. Mas nós estamos organizados e prontos para combater", concluiu. ●



**NICARÁGUA DE WALKER A SOMOZA**

Gregorio Selser, Mex-Sur  
Editorial, México, 1984. 332 p.

As forças armadas dos Estados Unidos ocuparam o Haiti (1915-1934); a República Dominicana (1916-1924 e em 1965); Cuba (1898-1901, 1906-1909 e 1917-1922). Houve também intervenções esporádicas e de carácter transitório, contra outras nações (Guatemala, Honduras, Colômbia e Panamá). No México, a usurpação de metade do território no século XIX, e diversas invasões e desembarques. Porto Rico constitui um caso diferente: está reduzido a uma condição colonial sob a fachada jurídica de "Estado Livre Associado". Desde 1930 existe uma faixa territorial, conhecida como Zona do Canal, que atravessa o Panamá como um estigma e que de acordo com os tratados assinados pelos ex-presidentes Torrijos e Carter, deve desaparecer a 31 de Dezembro de 1999.

A Nicarágua é também um caso particular. Nenhum outro país do istmo centro-americano foi tão vítima da presença invasora norte-americana, aberta ou encoberta. O corsário William Walker fez desse país o campo das suas crueldades, entre 1855 e 1857, e chegou até a se auto-

proclamar seu presidente; navios e tropas norte-americanas intervieram na sua guerra civil (1909-1911) e, em 1912, depois de acabarem a tiro de canhão com a resistência heróica de Benjamín Zeledón, ocuparam o país até 1925; voltaram em fins de 1926 e lá permaneceram até 31 de Dezembro de 1932, quando deixaram o país graças à resistência nacionalista e patriótica de Augusto César Sandino. No entanto, não se retiraram totalmente, pois deixaram, como "último *marine*", Anastasio Somoza García, cuja sangrenta dinastia se prolongou até 19 de Julho de 1979, quando foi derrubada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

É esta história de mais de 120 anos de agressões, invasões, desembarques e intervenções dos Estados Unidos na Nicarágua que é relatada neste novo livro de Gregorio Selser, autor, entre outras obras conhecidas de "Sandino, general de homens livres", "O pequeno exército louco", "Apontamentos sobre a Nicarágua", "Reagan entre El Salvador e as Malvinas" e "Bolívia, a quartelada dos cocadólaires".

O autor é, além de editorialista do jornal *El Día* do México, colaborador de *cadernos do terceiro mundo* e docente e pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA), da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

**REPORTAJE EN EL SALVADOR**

Gilberto Lopes, Editorial  
Universitaria Centro-Americana (EDUCA), Col. Debate, Costa Rica, 1984. 234 p.

Da mesma forma que aconteceu no Vietname, as informa-

ções sobre a guerra em El Salvador costumam ficar enredadas no emaranhado de interesses que as partes envolvidas no conflito tecem.

A informação oficial salvadorenha, amplificada pelos meios postos por Washington à disposição do governo apresenta — como no Vietname — a imagem de uma guerrilha imoral e perdida, sem apoio popular e que sofre uma permanente desvantagem no campo de batalha.

No entanto, uma visita aos acampamentos da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e um olhar atento para os resultados dos quatro



anos de luta ininterrupta permitem detectar que a guerra pode ter outra cara e também outros resultados.

Gilberto Lopes, um jornalista brasileiro com longa experiência na América Central — um dos profissionais feridos no atentado contra Edén Pastora — penetrou em todos os meandros do conflito. Com sagacidade jornalística e estilo rápido e contundente, o autor rompe as barreiras deturpadoras da informação e oferece-nos os factos do campo de batalha, os malabarismos políticos, a presença dos Estados Unidos, o destino das várias reformas e, também, o aspecto humano da guerra.

**THE ETHIOPIAN REVOLUTION (A revolução etíope)**

Fred Halliday e Maxine Molyneux. Edições Verso, Londres, 1981.

Trata-se do mais completo e mais isento livro escrito nos anos recentes sobre a complexa e quase desconhecida revolução deflagrada pelos militares da Etiópia, a partir de Fevereiro de 1974. Frede Halliday, editor da *New Left Review* e do *Merip Reports* é um veterano observador de crises internacionais, tendo já publicado livros sobre a Arábia Saudita, Irão e sobre a "guerra fria", partindo de uma análise marxista independente. Maxine Molyneux é uma especialista em questões da mulher e professora de Sociologia na Universidade de Essex, Grã-Bretanha.

O livro sobre a revolução etíope foi escrito após quatro anos de pesquisas e numerosas visitas a diversas regiões do único país da África que não foi submetido ao colonialismo clássico imposto pela França e Grã-Bretanha. Halliday e Molyneux não caem nos julgamentos apresados e distorcidos feitos pela maioria dos jornalistas europeus e norte-americanos sobre a revolução etíope. Eles partem de uma posição simpática ao regime chefiado pelo coronel Mengistu Mariam, mas analisam de forma independente os controversos acontecimentos registados desde a queda de Selassié até a consolidação definitiva do *Dergue* (ver matéria sobre Etiópia nesta edição). Além disso, procuram colocar o caso etíope no contexto das revoluções socialistas do Terceiro Mundo, mostrando como o processo deflagrado pelos militares tem originalidade própria por causa das características peculiares do país e da sua passagem de um feudalismo tardio para um socialismo aparentemente pre-

mature. Os autores procuram não fazer julgamentos sobre os principais personagens do drama etíope, preferindo, em vez disso, salientar as causas estruturais que cercaram cada evento e cada actor político. (Carlos Castilho)

**LIVRA-TE DO MEDO - ESTÓRIAS & ANDANÇAS DO ZECA AFONSO**

de José A. Salvador. A Regra do Jogo, Edições. Col. Peregrinações. Lisboa, 1984.

"Vão encontrar um livro onde me envolvi. Um livro a quente", afirma José Salvador na abertura e apresentação desta obra em que se empenhou a fundo, que sentiu e que é fruto de um desafio que, segundo palavras suas, decidiu aceitar: escrever sobre um homem chamado José Afonso.

Recolhendo depoimentos aqui e ali, entrevistando familiares, amigos, antigos colegas e o próprio Zeca Afonso, José Salvador efectua uma verdadeira e sentida biografia do autor de Grândola Vila Morena, referenciando cada passo do artista e do homem.

Ao longo das pouco mais de 300 páginas vamos tomando conhecimento dos porquês da vida de Zeca Afonso. Localizando cada ano, cada etapa, cada cantiga, crescendo e amadurecendo em idade e em ideias, vamos entendendo o significado de 54 anos "de uma vida cheia de alegrias e tristezas, de momentos difíceis, de combate e cantigas".

Este livro, que vamos lendo com o mesmo fascínio que sentimos ao ir conhecendo alguém, é uma obra notável, quer do ponto de vista de recolha, quer do de verdade. Essa verdade que não nos deixa transigir. José Afonso não transigiu. José Salvador também não. (Guiomar Belo Marques)

**EDEN PASTORA, UN CERO EN LA HISTORIA**

Roberto Bardini, Mex-Sur Editorial, México, 1984, 141 pp.

Em Fevereiro de 1981, o comandante Tomás Borge perguntou publicamente a Pastora: "Diz-me, irmão Eden, por quanto venderias o teu cartão de sandinista?". Pastora baixou o olhar e não respondeu. Um ano e dois meses mais tarde, o ex-comandante "Zero" passava a engrossar as fileiras da contra-revolução dirigida e financiada pela Casa Branca, pelo Departamento de Estado norte-americano e pela CIA. Militante ou aventureiro? Herói ou traidor? Para o autor deste livro (publicado sob os auspícios da Universidade Autónoma de Puebla), não existem dúvidas: "Pastora é — matemática e politicamente — um zero à esquerda". A sua vida é repleta de imaturidade política e ambiguidade ideológica. O mercenário norte-americano Michael Echanis, veterano do Vietname, especialista em guerra "não-convenional", instrutor de cinco artes marciais e instrutor da Guarda Nacional somozista, foi mais categórico: "Esse individuo é um novato que viu muitos filmes de John Wayne".

Roberto Bardini é editor-correspondente de *cadernos do terceiro mundo* para a área centro-americana. Anteriormente, publicou "Belize, história de uma nação em movimento" (1978), "A Frente Polisario e a luta do povo sarauí" (1979) e "Conexão em Tegucigalpa" (1982).

No prólogo, Danilo Aguirre Solís, secretário geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), escreve sobre o autor: "Bardini é um repórter febril e nunca satisfeito com o óbvio. Possui um estilo de redacção culto, ameno e fanático pelo pormenor. É um militante da verdade." (Gerónimo Cardozo)

## Livros do 3º Mundo

**CRY AMANDLA**  
(O grito de liberdade)  
*June Goodwin, Africana Publishing Co., Londres, 1984.*

Este livro que acaba de ser publicado na Grã-Bretanha reúne uma série de depoimentos de mulheres sul-africanas de diversos estratos sociais e pertencentes a todos os grupos raciais. Inclui desde mulheres brancas de extrema direita pertencentes à sociedade secreta *afrikaaner*, a Broenderbond, até militantes da *Umkhonto we Sizwe* (braço armado do Congresso Nacional Africano — ANC). O amplo painel de opiniões mostra a participação da mulher sul-africana na política do país e suas posições face ao racismo.

Os depoimentos das mulheres brancas chocam o leitor pela crueldade e ausência total de escrúpulos no que se refere à discriminação. Uma delas chegou a afirmar: "quando fui a Soweto (o bairro negro de Joanesburgo famoso pela sua miséria), vi crianças africanas nadando numa piscina. Elas estavam realmente felizes, comentei com uma amiga. Pela primeira vez na vida, eu

tive a sensação de como deve ser agradável ser pobre". Já a mulher de um pastor branco da Igreja Reformada Holandesa chegou a dizer que "o desejo divino transformou o *apartheid* numa necessidade geográfica", e que "a política de desenvolvimento separado é uma profecia bíblica".

A maior parte do livro é ocupada com depoimentos de mulheres negras que inicialmente defendiam a não-violência mas, depois de terem sido presas e torturadas, transformaram-se em militantes da guerrilha contra o racismo.

### ANGLO AMERICAN AND THE RISE OF MODERN SOUTH AFRICA

(A Anglo American e o surgimento da África do Sul moderna)

*Duncan Innes, Ravan Press, Joanesburgo, 1984.*

Este é o primeiro estudo em profundidade sobre o enorme poderio económico e político do complexo mineiro transnacional da *Anglo American*, uma das

maiores senão a maior empresa de mineração fora da Europa e dos Estados Unidos. O império da *Anglo* estende-se hoje também à indústria, comércio, finanças e construção civil. Ela opera nos cinco continentes quer através de investimentos directos como em associação com outros conglomerados. A *Anglo* é a maior empresa privada da África do Sul e tem uma crescente influência na política e na economia do *apartheid*. A construção do seu império está associada à figura do milionário Harry Oppenheimer, que hoje começa a se distanciar em relação ao *apartheid*, depois de ter usado a discriminação racial e a exploração da mão-de-obra barata dos negros como principal fonte de recursos económicos. Oppenheimer quer manter o seu império através de concessões à maioria negra, sem no entanto alterar as bases do capitalismo sul-africano. O estudo feito por Duncan Innes mostra, com riqueza de detalhes, todas as negociações, golpes e manobras que permitiram à *Anglo* controlar quase 50% da economia sul-africana.

## cadernos do terceiro mundo

### Portugal

anual (12 números) ..... 650\$00  
semestral (6 números) ..... 400\$00

Espanha (12 números) ..... 900\$00

### Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe  
23 dólares USA,

Restantes Países ..... 28 dólares USA

## População

Índia

# Três décadas de planeamento familiar

Implantada na década de 50, o controlo da natalidade é hoje aceite pela maioria da população do país

Ash Narain Roy

Há pouco mais de 10 anos, em Agosto de 1974, o Plano de Acção Demográfica Mundial (WPPA) foi adoptado em Bucareste (Roménia), e é ainda hoje o enunciado internacional mais completo da questão demográfica e o seu relacionamento com o desenvolvimento socioeconómico. O Plano ofereceu directrizes valiosas para a formulação e implantação de medidas e programas demográficos pelos governos locais e tem-se constituído na estrutura básica para cooperação técnica entre países no sector populacional.

Nos últimos dois anos, a distribuição da população passou a constituir preocupação importante em muitos países do Terceiro Mundo. Essa preocupação é motivada pelas altas taxas de aumento populacional, baixas taxas de crescimento económico, enormes diferenças de rendimento e padrão de vida entre regiões, e diferenças de grau de exploração dos recursos naturais e dos efeitos adversos sobre o ambiente.

Calcula-se que a população mundial, de cerca de quatro mil milhões de pessoas em 1980, ultrapassará os seis mil milhões no ano 2000. Noutras palavras, em



menos de duas décadas, a população da Terra aumentará em 50%. Noventa por cento desse aumento ocorrerão nos países em desenvolvimento, os quais já enfrentam grandes dificuldades sobre os recursos da terra, alimentos, água, habitação, emprego, saúde e educação. A proporção crescente da população mundial que vive nos países mais pobres e menos desenvolvidos e a

parcela decrescente da riqueza mundial que cabe a estes últimos acabarão por adiar todos os programas de desenvolvimento em muitos países do Terceiro Mundo, caso não se tomem medidas oportunas para travar o aumento demográfico e melhorar as condições de vida da população, particularmente dos mais desfavorecidos.

O facto de ter havido, nos últimos dez anos, um declínio perceptível da taxa de aumento da população mundial não deixa de ser encorajador. Mesmo nalguns países em desenvolvimento, o declínio das taxas de fecundidade começou nos anos 50, tornando-se mais expressivo nos anos 70. Porém, segundo o "Relatório sobre o Estado da População Mundial", esse declínio não deve ser interpretado como um sinal de que "o problema populacional" tenha sido resolvido. Pelo contrário, nos anos vindouros, as

pressões geradas pelo aumento das cifras anuais agravarão os problemas ligados ao aumento da população.

### Um caso singular

Entre os países em desenvolvimento, a Índia representa um caso singular pelo tamanho de uma população caracterizada por extrema heterogeneidade no que

respeita às condições físicas, económicas, sociais e culturais. A população indiana, de 685 milhões, segundo o censo de 1981, corresponde a cerca de 15% da população mundial, enquanto a Índia só dispõe de 2,4% da área terrestre. Trata-se do país com a segunda maior população do mundo, mas ocupa apenas o sétimo lugar em termos de espaço disponível.

Desde a sua introdução em 1951, o processo de planeamento familiar da Índia reconhecia o inter-relacionamento entre população e desenvolvimento socioeconómico, bem antes do país se tornar signatário do Plano Internacional de Acção Demográfica, em 1974. Porém, após a Conferência de Bucareste, a Índia tem dedicado uma atenção muito maior à integração de medidas de carácter demográfico no processo de desenvolvimento. No decorrer das três últimas décadas, a mortalidade diminuiu na Índia em quase 60%, caindo de 27,4, em 1951, para 11,8 por 1.000 habitantes, em 1982, ao passo que a esperança de vida aumentou de 32 para cerca de 50 anos em 1974 e para mais de 55 anos em 1982. Para o ano 2000, a Índia pretende oferecer métodos eficazes de contracepção a 60% de todos os casais em idade de procriar, e atingir uma taxa de nascimento de 21 por 1.000, uma taxa de mortalidade de 9 por 1.000 e uma taxa de mortalidade infantil inferior a 60 por 1.000.

B. Shankaranand, ministro da Saúde e do Bem-Estar Familiar da Índia, concedeu uma entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*. Activo parlamentar, Shankaranand foi eleito quatro vezes para o Parlamento (*Lok Sabha*), em 1967, 1971, 1977 e 1980. Ocupa a pasta da Saúde e do Bem-Estar Familiar do governo da Índia, desde Outubro de 1980.

*Quais os pontos principais*

*dos programas de controlo de natalidade da Índia, que têm merecido a aprovação geral e conquistaram um prémio das Nações Unidas, juntamente com a República Popular da China?*

— Instalámos na Índia uma vasta infra-estrutura para um extenso programa de planeamento familiar. Tem sido treinado um grande quadro de pessoal paramédico e de técnicos de saúde pública. Temos dado grande atenção à assistência materno-infantil, e conseguimos fazer baixar as taxas de mortalidade (nessa área). O nosso programa é de natureza inteiramente voluntária. Não há qualquer compulsão ou coacção. Como disse a primeira-ministra indiana Indira Gandhi<sup>1</sup>, o planeamento familiar deve ser um movimento popular, do povo, pelo povo e para o povo. Só assim poderemos transformar as nossas esperanças em realidade”.

A divulgação de informações sobre normas para famílias de tamanho reduzido, especialmente nas áreas rurais e urbanas pobres, é levada a cabo a três níveis: comunicação interpessoal; métodos inovadores utilizando meios de comunicação de massas; divulgação através da acção de dirigentes comunitários.

O governo fornecerá apenas os serviços e produtos necessários através de vários centros e subcentros de saúde, destinados principalmente a dar cobertura às áreas rurais. A Índia foi o primeiro país do mundo a adoptar um programa oficial de planeamento familiar, realizado em 1952. De lá para cá, os sucessivos Planos Quinquenais têm dado ênfase crescente a esse programa.

Com o próximo Plano Quinquenal, esperamos cobrir toda a

<sup>1</sup>Esta matéria já estava editada quando ocorreu o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi. Mais detalhes sobre o facto na secção “Panorama Tricontinental”.



população do país. O nosso objectivo é não só reduzir o número de filhos por família, mas também garantir a existência de um núcleo familiar feliz, sadio e próspero, o que, na situação actual do nosso país, significa uma família pequena.

#### A conferência do México

*Quais os principais resultados da recente Conferência do México sobre População?*

— Todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, concordam que a taxa crescente de aumento populacional não contribui para que a humanidade tenha um futuro melhor. Em particular, nos países em desenvolvimento, deve-se tentar não apenas obter o crescimento económico, mas também dar maior atenção a questões sociais como a eliminação da pobreza generalizada, a promoção do nível de emprego e a satisfação das necessidades básicas de todos.

Muitos países manifestaram-se frontalmente contra o aumento constante de armas nucleares, que vem consumindo uma soma fantástica de recursos que, de outra forma, poderiam ter sido aplicados no desenvolvimento socioeconómico dos países pobres. Há um vínculo evidente entre desarmamento e desenvolvimento; juntos, poderiam criar



Para o ministro Shankaranand (pág. ao lado), "o nosso objectivo não é só reduzir o número de filhos por família, mas também garantir a existência de um núcleo familiar sadio e próspero"



condições para melhorar a qualidade de vida e estabilizar a população mundial. O problema, porém, continua sem solução: a corrida armamentista persiste e o desenvolvimento continua prejudicado.

*Já referiu várias vezes a existência de uma íntima correlação entre controlo populacional e a criação de uma Nova Ordem Económica Internacional. Poderia esclarecer que correlação é essa?*

— As actuais agências monetárias internacionais precisam ser reformadas. Os recursos e fundos de ajuda económica devem tornar-se disponíveis de modo a não só aliviar a difícil situação do Terceiro Mundo no tocante à dívida externa, mas contribuir também para pôr em ordem as suas economias. Seria igualmente necessário criar uma situação política nova, de modo a estimular o espírito de cooperação em todos os países do Norte e do Sul, em vez de um espírito de confrontação.

*Qual é a sua opinião sobre a política aplicada no Terceiro Mundo, de maiores gastos com armamentos e defesa, em detrimento dos investimentos nas*

*áreas da educação, saúde pública e planeamento familiar?*

— Nessa área, a atitude dos países desenvolvidos merece críticas. A economia mundial sofreu mudanças enormes nos últimos dez anos. O processo de desenvolvimento nos países mais pobres tem sido estrangulado. Consequentemente, a pobreza no mundo tornou-se ainda mais aguda, o que conduz à questão da problemática da sobrevivência de muitas pessoas nos países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, aqueles que procuram expandir a sua participação no mercado mundial de armamentos, mediante a transferência de armas, tendem a gerar uma grave situação nos países em desenvolvimento. Criam artificialmente uma necessidade urgente de defesa nacional, a qual naturalmente desvia e absorve os principais recursos dos países, em prejuízo do desenvolvimento socioeconómico.

### O papel dos não-alinhados

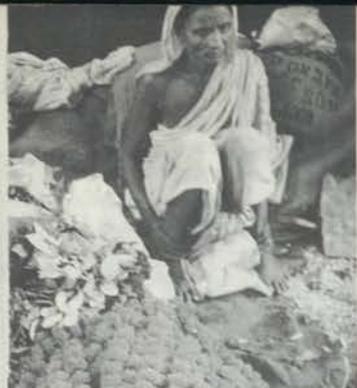
*Que papel pode o Movimento dos Não-Alinhados desempenhar na preservação da paz mundial e na construção de uma ordem mundial justa?*

— A humanidade encontra-se

hoje numa encruzilhada de desconfianças e hesitações. Toda ela vive sob as nuvens negras de uma confrontação nuclear. Como já disse, a não ser que a diferença crescente entre Leste e o Oeste e a situação estagnada entre o Norte e o Sul sejam resolvidas, nenhum esforço no sentido de dirigir as nossas energias para o bem-estar do planeta trará resultados. Em tais circunstâncias, o Movimento dos Não-Alinhados oferece o único raio de esperança no sentido de promover um clima internacional de paz duradoura e de segurança e de inverter a tendência na direcção de uma contínua corrida às armas que tem levado a um desbaratamento inútil de recursos.

*Que medidas podem tomar os não-alinhados, sob a liderança da Índia, para quebrar o actual impasse no diálogo Norte-Sul, e como poderia a cooperação Sul-Sul tornar-se mais eficaz e produtiva?*

— Imediatamente após o encerramento da VII Cimeira dos Países Não-Alinhados, em Nova Déli, em Março de 1983, Indira Gandhi, procurando resolver o impasse Norte-Sul, convocou uma cimeira entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, realizada durante a sessão da As-



A criação de melhores condições de desenvolvimento interessa ao Norte e ao Sul

sembleia Geral da ONU, no final daquele ano. As consultas feitas em Nova Iorque salientavam a necessidade de que os países do Norte compreendessem que a solução das dificuldades dos países em desenvolvimento e a criação de melhores condições de comércio e de desenvolvimento para estes últimos interessavam tanto ao Terceiro Mundo quanto a eles próprios.

Indira Gandhi salientou a na-

tureza da interdependência mundial e exortou os países do Terceiro Mundo a levarem mais a sério a cooperação Sul-Sul, dando-lhe forma concreta. Foi para isso que o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, P. V. Narasimharao, participou da Conferência ministerial do Grupo dos 77 em Buenos Aires, com vista a integrar o programa de cooperação Sul-Sul e dar-lhe um novo impulso e direcção, bem como uma orientação mais concreta.

*Como vê o facto de os EUA vincularem os seus planos de ajuda aos países pobres à adopção, por um lado, de uma economia baseada na livre empresa e, por outro lado, à não adopção de técnicas de controlo da natalidade como aborto, preservativos, vasectomia etc.?*

— Tendo como base a experiência do meu país, posso afirmar que o planeamento familiar progrediu muito e promete ser

aceite, num futuro não muito distante, pela maioria das pessoas. O controlo da natalidade continua a ocupar a mesma posição importante no programa do nosso governo que ocupava desde o início, mas hoje visa um objectivo mais elevado, ou seja, melhorar, juntamente com outros programas de desenvolvimento, a qualidade de vida do povo.

A Interrupção Médica da Gravidez (IMG) é regulamentada na Índia nos termos de um Acto do Parlamento e é oferecida como medida de assistência à saúde. Só é praticada quando a vida da mãe corre perigo. Nunca recorremos à interrupção da gravidez simplesmente como meio de promover a redução da taxa de aumento populacional. Tanto na sua natureza como na sua orientação, o nosso programa de planeamento familiar é inteiramente voluntário. Somos totalmente contrários à compulsão ou coacção.

cadernos do  
**terceiro mundo**

**Assinaturas**

**Portugal e Espanha**

anual (12 números) .....	650\$00
semestral (6 números) .....	400\$00

**Estrangeiro — Anual (12 números)**

*por via aérea*

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe  
23 dólares USA.

Restantes Países .....	28 dólares USA
------------------------	----------------

## Comunicação

Moçambique

# Os jornalistas “descalços”

Um revolucionário projecto jornalístico transforma camponeses, operários, mulheres e jovens de aldeias do interior em “correspondentes populares”, aliando lápis e papel à tecnologia mais moderna

Todos os dias, às cinco da manhã, os quase 50 mil moradores do bairro de Huleme são despertados pelos 400 watts de som emitidos pelos altifalantes localizados numa torre de 200 metros de altura. A voz do locutor espalha-se por uma área com quase um quilómetro de raio, desejando a todos um bom início de dia. Nem o som das turbinas de um jacto no aeroporto de Mavalane, situado a menos de dois quilómetros, consegue sufocar a voz de Ariel Macuacua, um funcionário público que hoje é o morador mais conhecido do bairro habitado por gente pobre, nos arredores de Maputo.

Ariel é um dos oito animadores do Centro de Comunicação Social de Huleme e um dos primeiros a participar de uma experiência de comunicação de massas inédita em todo o continente africano e talvez no mundo. É toda uma estrutura que começou a surgir em Moçambique no final dos anos 70, e que tem como objectivo básico integrar, desde os moradores de longínquas aldeias do interior até à população mais pobre das grandes cidades, no complexo e até sofisticado campo da comunicação social. O ambicioso projecto lançado pelo Gabinete de Comunicação Social do Ministério da In-

formação, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) engloba todos os veículos de transmissão da informação, desde o velho quadro negro escolar até ao sofisticado sistema de vídeo-cassetes. Tudo

operado por 83 centros de comunicação social, ao norte, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e no sul do país. Há cinco anos, quase nada disto existia, mas até final de 1984, já devem estar a funcionar 140 unidades iguais à do bairro de Huleme. O Gabinete de Comunicação Social além de coordenar os centros, tem a responsabilidade pela emissão de um programa diário nacional na Rádio de Moçambique, um jornal semanal impresso em *off-set*, diaporamas, produção de documentários em vídeo e filme para TV, um centro de pesquisa e interpretação da imprensa, cursos de formação, uma emissora independente na província de Xai-Xai, oficinas de reparação e montagem de equipamentos electrónicos, quatro unidades móveis de altifalantes montadas em *jeeps Toyota* e uma complexa rede de quase três mil “correspondentes populares”.



Um repórter entrevista para o programa “Aldeia Comunal”, em Cabo Delgado

operado por gente que, na maioria dos casos, mal terminou o curso de alfabetização, nunca frequentou um curso de jornalismo e nem faz ideia do que seja a redacção de um jornal.

Os jornalistas “descalços” de Moçambique estão hoje espalha-

### Utilizar o potencial popular

Os correspondentes são a base de todo o sistema. São camponeses, operários fabris, funcionários públicos, mulheres, jovens, velhos, soldados e milicianos que, sem abandonarem as suas tare-

fas ou os seus empregos, escrevem para o Gabinete a dar notícias sobre o seu local de trabalho e residência, fazem sugestões ou críticas, além de darem opiniões sobre os temas da actualidade. "A ideia inicial, que depois veio a dar em tudo isto, foi usar o potencial despertado no momento em que os principais jornais e a revista *Tempo* passaram a dar cada vez mais espaço para as cartas dos leitores", afirma Juarez Maia, um brasileiro de 40 anos, que vive em Moçambique desde 1977 e principal responsável pelo crescimento do Gabinete de Comunicação Social.

Por volta de 1979, jornais como o *Notícias* — o maior de Moçambique — ampliaram de duas colunas para quase duas páginas o espaço dedicado às contribuições dos leitores. O fenómeno despertou não só um aumento dos índices de leitura, como provocou também uma verdadeira avalanche de cartas de novos leitores querendo expressar os seus pontos de vista, divulgar denúncias ou queixas, ou apresentar sugestões. "Vimos que havia um enorme potencial não utilizado. Havia milhares de pessoas com uma grande sede de informação e de participação num processo de comunicação. Era só transformar colaboradores eventuais em correspondentes, que, sem deixarem de exercer as suas tarefas normais, passariam a ser o elo de ligação entre a comunidade e os veículos de informação", diz Juarez Maia.

Depois que a UNICEF resolveu copatrocinar o programa, os autores de cartas aos jornais e revistas passaram a ser contactados pela equipa do Gabinete de Comunicação que, em resposta, orientava os interessados na escolha dos temas, na abordagem e também na técnica de redacção. Segundo alguns dirigentes do organismo, a resposta foi imediata, pois dezenas de colaboradores sentiram-se valorizados, e muitos deles passaram a ocupar

posições de liderança dentro das respectivas comunidades. Mas o maior problema era a falta de suporte. Nas localidades mais afastadas não havia papel disponível e muito menos envelopes. As canetas e lápis eram usados até não sobrar nada.

"A solução que encontramos foi mandar imprimir milhares de envelopes com linhas, na parte interna, que serviam de orientação para os correspondentes de aldeias. Além disso, em cada envelope, ia um lápis ou uma caneta esferográfica. Assim, quem recebesse esse material já tinha tudo o que precisava para mandar a sua 'reportagem'. Também não havia necessidade de selo, porque o envelope tinha franquia postal". Juarez explica que o material recebido dos correspondentes começou a chegar em número tão grande que houve necessidade de seleccionar as cartas.

#### Reforçar a unidade política

Hoje, o sistema evoluiu para a criação de um espaço especial do Gabinete de Comunicação em todos os jornais e revistas de Moçambique, onde são publicadas as cartas mais importantes. Mas essa é apenas uma das actividades do projecto, a que vem do correspondente ou do repórter "descalço" até a redacção. A outra, leva até às populações do interior as informações necessárias não só para elevar o nível de vida, como principalmente reforçar a unidade política das aldeias.

O projecto de comunicação social tem como meta principal as 1.350 aldeias comunais que reúnem uma população de 1,2 milhões de moçambicanos (12% da população do país). Na fase experimental, foi dada especial atenção às províncias de Cabo Delgado — com a maior concentração de aldeias comunais de Moçambique — Nampula, Niassa, Gaza e Maputo. Na fase de expansão, entre 1979 e 1981 fo-

ram abandonados os trabalhos em Nampula, devido ao aumento da actividade dos grupos armados apoiados pela África do Sul. Para 1985, está prevista a introdução do sistema em Zambézia e Inhambane.

Na sua fase mais simples, a implantação do projecto usa como elemento básico o *xirico* (rádio de pilha) que recebe as emissões organizadas pelo Gabinete de Comunicação Social na Rádio de Moçambique ou nas estações regionais. Nessas emissões, além do material fornecido pelos diversos correspondentes populares, são incluídas reportagens educativas sobre formas de organização da comunidade, conselhos úteis para a agricultura e actividades domésticas, instruções médicas rudimentares, apoio à campanha de alfabetização, campanhas sanitárias e a mobilização política, tanto para o aumento da produção como na defesa contra os ataques de bandos armados. O responsável por um rádio pode ampliar o seu campo de acção através de jornais murais ou da transmissão oral das informações recebidas.

Quando a implantação atinge um estágio mais elevado, surge o centro de escuta colectivo, através do qual as emissões de rádio são amplificadas e transmitidas pela torre de altifalantes instalada na aldeia. Este sistema é composto pelo aparelho receptor, por um pequeno gerador eléctrico, um amplificador de 60 watts e pelos altifalantes. Mais tarde, o centro pode ser transformado numa unidade de comunicação social quando a este sistema for acrescentado um microfone e surgir uma equipa de responsáveis que passará a organizar os próprios programas, além da retransmissão do material divulgado pela Rádio de Moçambique.

#### Vídeo-cassetes e diaporamas

Nos casos onde o crescimento atingiu níveis ainda mais avan-

dos, existem em funcionamento unidades portáteis de vídeo-casete ou de projecção de películas cinematográficas. Um outro sistema que teve grande desenvolvimento foi o diaporama. Essa modalidade de comunicação oferece a vantagem de o texto poder ser traduzido para qualquer uma das principais línguas regionais de Moçambique, ampliando a área de acesso, já que muitas pessoas, principalmente as mais velhas, têm dificuldade para entender o português. A simples projecção de diapositivos permite também que o narrador improvise em cima das particularidades da aldeia ou em função das preocupações do momento.

Tanto o vídeo como o cinema e o diaporama são em geral transportados de uma aldeia para outra num *jeep Toyota* equipado de altifalantes e que funciona como uma autêntica unidade móvel do Gabinete de Comunicação Social. Trata-se de um recurso usado para suprir as deficiências de material, uma vez que os equipamentos mais sofisticados são escassos e não podem ficar imobilizados num único local.

O Gabinete já produziu alguns documentários em colaboração com a TV e o Instituto de Cinema de Moçambique, destacando-se entre eles um sobre o *lobolo*<sup>1</sup> e outro sobre a mobilização de populações do interior contra a acção dos grupos armados. Nos Centros de Comunicação Social, as películas e os vídeos são exibidos à população como parte de discussões políticas organizadas por animadores da FRELIMO ou de projectos de educação desenvolvidos por vários organismos estatais ligados à saúde, agricultura e alfabetização.

"Na verdade, o nosso grande

<sup>1</sup>Forma de casamento usada no interior de Moçambique e originária de costumes tradicionais, onde o pai da noiva "vende" a filha para a família do noivo.



O jornal mural leva as informações necessárias às populações do interior, reforçando a unidade das aldeias

problema é o do pessoal. As actividades têm crescido rápido demais, apesar da crise porque passa o país e não temos capacidade para atender todas as frentes de trabalho que se abrem", afirma Juarez Maia. É por isso que o Gabinete está empenhado em desenvolver cursos de formação para produtores e comunicadores ou jornalistas, tanto na área da programação como na da manutenção. "Não podemos recorrer a profissionais da imprensa, rádio, cinema e TV porque em cada um desses sectores as carências de pessoal são igualmente enormes. E também porque queremos criar um novo estilo de comunicação, mais directamente ligado à base social e menos influenciado pelas distorções normais daqueles que tiveram uma formação urbana e, portanto, mais sujeita a condicionamentos do exterior", continua Juarez.

Como parte deste projecto, o Gabinete de Comunicação Social lançou, em Fevereiro deste ano, o jornal *O Campo*, integralmente produzido por pessoal forma-

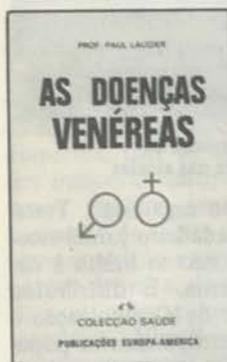
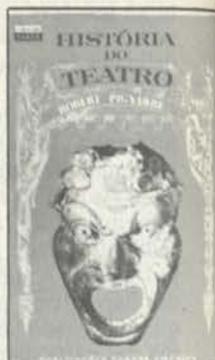
do dentro do organismo. Trata-se de um verdadeiro jornal-escola, mas que não se limita à circulação interna. É distribuído nos Centros de Comunicação e todos os correspondentes populares do sistema participam também com reportagens e colaborações. Para já, o jornal é mensal mas pode tornar-se mais frequente caso haja disponibilidade de papel.

O Gabinete lançou-se também num projecto ainda mais ambicioso: o de pesquisar a imprensa convencional de Moçambique para descobrir dentro dela novas tendências. Contando com a assessoria de jornalistas e pesquisadores estrangeiros, o Centro tem catalogado todo o material publicado, bem como roteiros de emissões radiofónicas para pesquisar estilos redactoriais, principais temas e tendências. Esta pesquisa serve também como um elemento fundamental na formação dos próprios quadros, já que estes têm ao seu dispor material para uma análise mais profunda da actividade jornalística no país. (Carlos Castilho) ●

**PORQUE PENSAMOS QUE A CULTURA DE UM POVO  
É FACTOR DE PROGRESSO...**



**... OS NOSSOS LIVROS  
PROCURAM ABARCAR TODOS OS  
RAMOS DO SABER. DOS LIVROS  
CIENTÍFICOS AOS MANUAIS  
PRÁTICOS, DAS GRANDES OBRAS  
DE LITERATURA ÀS OBRAS  
DE DIVULGAÇÃO...**



**... OS NOSSOS LIVROS  
ESTÃO MAIS PERTO DE SI  
E SÃO AUXILIARES PRECIOSOS**



**PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**  
APARTADO 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX - PORTUGAL



## Cultura

*I Simpósio Nacional de Cultura*

# A Cultura angolana é africana

“A Cultura Como Arma de Combate: Forma de Consciência Nacionalista e Revolucionária” foi o lema que orientou os trabalhos do I Simpósio Nacional de Cultura, que decorreu de 1 a 6 do passado mês de Outubro, em Luanda.

No Documento Orientador, da responsabilidade do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, considerava-se a necessidade de um desenvolvimento cultural integrado e integrador, preconizando, para tal, um programa cultural nacional que observasse uma série de princípios, dos quais se destacam: a erradicação do analfabetismo como condição primeira para o desenvolvimento; considerar as línguas nacionais como constituindo o veículo indispensável para o desenvolvimento da cultura e da arte no país; levar a todos o conhecimento do marxismo-leninismo; dirigir esforços no sentido de um rigoroso trabalho de investigação; defender prioritariamente o património cultural; fortalecer as instituições culturais, sociais e de massas, em relação aos conhecimentos ideológicos, políticos, artísticos e técnicos; criar instituições de ensino especializadas.

Sem contestação, o Simpósio viria a concretizar um pouco o Documento Orientador, aprofundando-o e adoptando-o.

Na sessão de encerramento foram aprovados quatro relatórios, nomeadamente sobre pa-

trimónio cultural; investigação científica; criação artística e literária; e massificação cultural.

Segundo as conclusões, o Simpósio realçou a preocupação de que a cultura angolana se desenvolva de acordo com as ricas tradições populares, vinculando-se ao desenvolvimento socioeco-



nómico e projectando-se num contexto universal. Para concretização deste objectivo, foi considerada a necessidade de levar a cabo um trabalho de sensibilização com vista à integração e participação activa de todos.

A necessidade de elevar o nível de conhecimento de todo o povo, levando-o a participar nas conquistas da revolução técnico-científica, da erradicação do analfabetismo, do abandono das ideias obscurantistas e retrógradas e do conseqüente fortalecimento da consciência de classe por parte do operariado e seus aliados, foram algumas considerações de relevante importância, feitas pelo Simpósio.

Os participantes na iniciativa sugeriram ainda a necessidade de prosseguir o debate iniciado, de forma organizada e orientada.

O discurso de encerramento, que, como o de abertura, coube ao secretário de Estado da Cultura, Boaventura Cardoso, saudou os resultados deste encontro, tendo alertado para a importância da sua efectiva concretização e para a preservação do património cultural nacional. ●

Boaventura Cardoso (ao lado), no Simpósio: “a cultura angolana deve-se desenvolver segundo as ricas tradições nacionais”



## Notas de Cultura

### QUÊNIA: ENSINO OBRIGATÓRIO DO "KISWAHILI"



O idioma *kiswahili* será matéria obrigatória de estudo nos centros de ensino secundário, segundo declarou o ministro de Educação queniano, Jonathan Ngeno, durante a II Conferência Internacional sobre o *kiswahili* realizada recentemente em Nairóbi.

O *kiswahili* desenvolveu-se consideravelmente nos países da África Oriental desde a independência na década de 60 e é utilizado actualmente como meio de comunicação, não só nos centros de ensino, como também nas áreas da economia e da política.

O estabelecimento este ano da Zona Preferencial de Comércio (PTA), faz com que o *kiswahili* seja um importante instrumento para o comércio entre os 14 Estados membros da África Oriental, Central e Austral, observou por sua vez Mwai Kibaki, vice-presidente do Quênia.

Kibaki acredita que a utilização de uma língua comum pode promover o entendimento e criar a unidade, acrescentando que, embora o idioma deva ser estimulado tanto na escola primária como na secundária, é necessário criar outros meios para a sua melhor utilização. Exortou ainda os especialistas na linguagem *kiswahili*

a criar o vocabulário que deva ser acrescentado, à medida que o idioma alcançar maior reconhecimento nacional e internacional.

### ZIMBABWE: AS MULHERES COMEÇAM A ESCREVER E A PUBLICAR

A Casa Editora do Zimbabwe acaba de lançar uma série de livros sobre mulheres escritos por mulheres, que, segundo os editores, poderá não só atrair novos manuscritos de autoras do país e do resto da África do Sul como, eventualmente, de todo o continente.

Annie Holmes e Jester Tshuma, duas editoras da Casa Editora do Zimbabwe, responsáveis pela série intitulada "Mulheres da África", dizem que a recém-lançada coleção servirá "para canalizar a voz das mulheres africanas". Dedicadas ao exame de vários novos manuscritos, as editoras prepararam-se para lançar dois novos títulos no mercado: "Os problemas das mulheres" e "As jovens na luta de libertação", ambos de autoria de Kathy Bond-Stewart.

"Os problemas das mulheres" aborda questões enfrentadas por estas nos seus trabalhos domésticos e cuidados familiares. "As jovens na luta de libertação" é uma colectânea de poemas, relatos curtos e testemunhos pessoais escritos por mulheres que combateram como guerrilheiras contra o exército da então Rodésia durante a guerra de independência do Zimbabwe. A autora, que a partir de 1980 trabalhou no Zimbabwe dando cursos para mulheres dirigentes rurais e aulas de inglês para ex-combatentes femininas, afirma que os dois livros provêm dessa experiência.

A coleção sobre mulheres

lançada pela Casa Editora do Zimbabwe está dividida em três assuntos: auto-ajuda, escrita criativa e teoria e pesquisa. (Richard Wicksteed)

### CUBA: I FESTIVAL DE JOVENS ARTISTAS



O I Festival de Jovens Escritores e Artistas da América Latina e Caraíbas realizar-se-á em Havana em Abril do próximo ano, sob os auspícios do Movimento da Nova Trova e da brigada "Hermanos Saiz". O anúncio para esse encontro, que espera reunir um grande número de jovens criadores do continente, foi feito numa conferência de imprensa realizada na "Casa de las Américas" e presidida pelo ministro da Cultura cubano, Armando Hart.

Inspirado na frase "A vida é um dever" do patriota cubano José Martí, o festival compreende uma programação aberta aos mais variados temas, que inclui exposições, apresentações teatrais e de dança, concertos, leituras de textos, mostras cinematográficas e oficinas de criação. Além disso, segundo informou o presidente da comissão organizadora, Silvio Rodríguez, haverá uma conferência sobre o papel dos jovens intelectuais da área das Caraíbas na luta pela soberania do continente, contra a penetração cultural dos Estados Unidos e pelo resgate e revalorização da identidade latino-americana.

**CHILE: NOTÁVEL ÊXITO LITERÁRIO DE UM JORNALISTA EX-PRESO POLÍTICO**

O jornalista Alberto Gamboa, ex-presos político do regime militar do Chile, declarou-se satisfeito pelo êxito obtido pelo seu livro *Un Viaje por el Infierno*, editado em quatro volumes de bolso, pelo semanário independente *Hoy*.

Em linguagem directa, no estilo de uma reportagem jornalística, Alberto Gamboa, a quem os colegas chamam «Gato Gamboa», relata no primeiro volume a sua dramática detenção, juntamente com centenas de presos políticos, no Estádio Nacional de Santiago. Esse campo desportivo foi transformado em prisão imediatamente após o golpe militar que, a 11 de Setembro de 1973, derrubou o falecido presidente socialista, Salvador Allende.

O jornalista-editor, Mauricio Carvalho, comentou que por se ter esgotado rapidamente a edição do primeiro volume, foi preciso lançar uma segunda edição superior a 100 mil exemplares.

**ROMULO GALLEGOS NASCEU HÁ 100 ANOS**

A Venezuela comemorou este ano o centésimo aniversário do nascimento do escritor, filósofo e político Romulo Gallegos, cuja obra mais conhecida é "Doña Bárbara".

Filho de um pequeno comerciante de Caracas, Romulo Gallegos nasceu em Agosto de 1884, tendo publicado o seu primeiro livro aos 17 anos. Preocupado com a realidade do seu país, cedo iniciou igualmente a sua actividade como militante político, tendo chegado a ser presidente da Venezuela, em 1947. No entanto, pouco tempo manteria o cargo, pois alguns meses após a

tomada de posse era derrubado por um golpe militar que o enviaria para o exílio pela segunda vez. A primeira ocorrera em 1931, na sequência de uma renúncia de Gallegos ao cargo de senador, e levou o escritor até Madrid, onde residiu durante cinco anos e publicou dois romances: "Cantaclato" e "Canaima". O segundo exílio, vivido em Havana e Miami, durou dez anos, tendo terminado com o retorno da Venezuela à normalidade democrática. Romulo Gallegos viria a falecer em Altamira, Caracas, em Abril de 1969.

A Venezuela instituiu, entretanto, o prémio literário "Romulo Gallegos", já atribuído ao escritor peruano Vargas Llosa e ao colombiano García Márquez.

**MÉXICO: PROTESTO CONTRA A INCLUSÃO DE MISSIONÁRIOS DOS EUA**



Um grupo de antropólogos mexicanos protestou inclusão como professores na principal universidade do país de três missionários do suspeito *Summer Institute of Linguistics* (Instituto Lingüístico de Verão), acusado reiteradamente de práticas lesivas contra os indígenas. Andrés Medina, um dos mais destacados antropólogos mexicanos, declarou que o protesto, que inclui um pedido para proi-

bir a presença desses missionários na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) foi entregue em Abril passado ao reitor Octavio Rivero, não tendo sido obtida qualquer resposta até ao momento. Acrescentou que os especialistas locais se pronunciaram também contra um doutoramento em Antropologia, em vias de ser iniciado na UNAM sob a coordenação do especialista norte-americano Norman MacQuan, membro do discutido Instituto.

O *Summer*, que actua no México desde 1935 com autorização governamental, tem sido objecto de uma antiga e persistente campanha de protestos promovida por cientistas e dirigentes indígenas, sindicais e políticos, que solicitaram reiteradamente a sua expulsão do país. O Instituto é acusado de desenvolver uma vasta e intensa campanha proselitista de tipo religioso que provoca divisões e confrontações violentas entre as comunidades indígenas de Oaxaca e Chiapas, no sul do país. Organizações indígenas acusaram também o Instituto de esterilizar mulheres, experimentar novos medicamentos nas comunidades e testar novos pesticidas nos seus cultivos com prejuízos irreversíveis.

"É sabido que os missionários do *Summer* são representantes da seita professada pela nova direita norte-americana, o proteccionismo fundamentalista, que tem comprovadas ligações com a Agência Central de Inteligência (CIA)", afirmou Andrés Medina.

Em Março do ano passado, uma fonte oficial do governo mexicano anunciara a expulsão definitiva do *Summer*, desmentida em seguida e anunciada a criação de uma comissão especial que determinaria o destino do Instituto. Esta, contudo, ainda não apresentou a sua conclusão.

**SOBRE A UNIDADE  
NO PENSAMENTO  
DE AMILCAR CABRAL**

Sérgio Ribeiro



**SOBRE A UNIDADE  
DO PENSAMENTO  
DE AMILCAR CABRAL**

de Sérgio Ribeiro

O autor, conhecedor das realidades de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, analisa um dos aspectos fundamentais do pensamento do grande teórico africano.

Prefácio  
de Vasco Cabral e  
Alfredo Moura  
2.<sup>a</sup> edição  
Lisboa 1984 — 170\$00

**EL SALVADOR  
O caminho dos  
guerrilheiros**

Carlos Gil



**EL SALVADOR,  
O CAMINHO  
DOS GUERRILHEIROS**

de Carlos Gil

Uma longa reportagem escrita e fotográfica nas montanhas do "pulgarcito de América" com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí.

Prefácio  
de José Cardoso Pires  
Lisboa 1983 — 450\$00

A montanha é algo mais  
do que uma imensa  
estepe verde



Omar Cabezas Lacayo

**A MONTANHA  
É ALGO MAIS DO QUE  
UMA IMENSA  
ESTEPE VERDE**

de Omar Cabezas Lacayo

Uma original reportagem sobre a guerrilha sandinista na Nicarágua. Hino e louvor à luta revolucionária na América Latina.

Prémio da Casa de las Américas, 1982  
Prefácio de Fanor Herrera Pérez (embaixador da Nicarágua)  
Lisboa 1984 — 580\$00

Pedidos directamente à

**Tricontinental Editora, Lda.**  
Calçada do Combro, 10-1.º  
Telef. 320650/320751  
1200 LISBOA

Desconto especial de 20% para  
assinantes de CADERNOS DO  
TERCEIRO MUNDO

**Distribuição**  
CDL — Central Distribuidora  
Livreira, SARL

# O império imobiliário da seita Moon

Depois de investir maciçamente na imprensa, bancos e gráficas, a seita anticomunista do reverendo Moon aplica os seus lucros milionários em edifícios e terrenos

Eduardo Varela

“Quero que o Uruguai seja um modelo para o resto do mundo. Creio que o unificacionismo pode produzir neste país dirigentes dinâmicos e devotos, que ajudem o mundo a livrar-se do imperialismo comunista”. Assim definia o coronel sul-coreano Bo Hi Pak, braço-direito de Moon, os objectivos da seita para essa área do Cone Sul, durante um congresso realizado em Montevideo em Abril de 1981. Escutando o coronel Pak, encontravam-se as mais altas esferas da hierarquia política e militar uruguaias: entre outros, o então presidente Aparicio Méndez, o comandante-em-chefe do exército, tenente-general Luis V. Queirolo e vários ministros do regime. O discurso de Pak foi reproduzido posteriormente na íntegra na edição da revista *El Soldado*, publicação teórica de circulação interna nas forças armadas uruguaias.

Oito anos depois da entrada no Uruguai dos primeiros representantes da Igreja da Unificação, fica claro que os objectivos da seita Moon estão concentrados em aspectos políticos e económicos. A *Causa Internacional* — braço político do multifacetado grupo liderado por Sun Myung Moon — foi criada nos Estados Unidos no início desta década com o objectivo de opor uma nova ideologia para enfrentar o marxismo. No Uruguai, a filial da *Causa Internacional* tem como vice-presidente Segundo Flores, sogro do actual presidente da República, tenente-general Gregorio Alvarez. À frente da organização, está Julián Safi, proprietário de um gru-



Uma manifestação de moonies em Nova Iorque: a partir dessa cidade a seita do “reverendo” Moon amplia a sua acção para todos os continentes

po editorial e director do diário *Ultimas Noticias*. Importantes personalidades do âmbito político e social não escondem a sua vinculação à seita: tanto é assim que participam dos quadros da *Causa* os dirigentes do Partido Colorado, Julio Tealdi, Wilson Elutchanz e Juan Rodríguez; do Partido Nacional, Miguel Butin; o professor universitário Raúl Vignale e os jornalistas José Gálvez, Manuel Flores Mora e Hugo Rodríguez Vera, presidente do Círculo de Jornalistas.

“Paraguai, Uruguai e Bolívia dão as boas-vindas à *Causa*. A América do Sul prepara-se para uma nova era de liderança”. Foi este o slogan

lançado no primeiro número da revista *Causa* editada pela seita, e que orientou uma excursão dos seus dirigentes pelos três países da área, começando no Instituto de Educação Superior de Assunção (Paraguai), com a presença do inevitável coronel Pak, e das autoridades máximas do regime paraguaio. Numa entrevista que manteve com o ditador desse país, o coronel sul-coreano fez o seguinte comentário a respeito de Alfredo Stroessner:



Fachada do Hotel Victoria Plaza, em Montevideo, comprado pela *Causa*

“Impressionou-me profundamente. Creio que é um homem especial, escolhido por Deus para dirigir o seu país”. Depois da sua passagem pelo Uruguai, a excursão *moonie* estendeu-se à Bolívia onde os delegados foram recebidos pelo então presidente golpista, general Luis García Meza, num almoço oferecido em honra da *Causa* no Hotel Sheraton, de La Paz. O encarregado de abrir as sessões da conferência foi o então chefe do estado-maior do exército boliviano, general Jorge Aguila, o qual no fim do “seminário” fez a entrega a Moon (ausente) do Bastão de Comando, símbolo de autoridade e liderança.

#### Porquê o Uruguai?

A escolha do Uruguai como base de operações políticas da seita, assim como a concentração de fortes investimentos financeiros em Montevideo, obedece a um objectivo estratégico bem definido. Historicamente classificado como “Estado tampão” entre a Argentina e o Brasil mas, ao mesmo

tempo, ponte entre ambas as potências do Cone Sul — entre as quais balança ciclicamente — e caminho de entrada e saída para a mediterraneidade do Paraguai e da Bolívia, o Uruguai reúne além disso outras particularidades que o tornavam especialmente propício para converter-se num reduto anticomunista: o duro regime autoritário iniciado em 1973 que encontrou, com a subida ao poder do tenente-general Gregorio Alvarez, em 1981, um governante com pretensões de perpetuidade. O próprio Alvarez incumbiu-se de destacar as suas coincidências com os objectivos do unificacionismo, quando declarou no mesmo dia em que tomou posse do governo: “É uma seita religiosa baseada fundamentalmente na luta contra o comunismo, que aspira fazer investimentos no nosso país no campo da construção civil e na área da imprensa. A propósito, devo dizer-lhes que, como seita ou grupo religioso, a Constituição do Uruguai prevê ou permite a liberdade de culto. A respeito da luta contra o comunismo, é óbvio dizer que pensamos de igual modo”.

A *Causa Internacional* não demorou em tirar partido dessas coincidências, sobretudo tendo como vice-presidente da filial local o sogro do primeiro magistrado uruguaio. Dezoito dias depois, aparecia em Montevideo o primeiro número do diário *Ultimas Noticias*, editado na *Imprensa Polo* que a seita adquiriu por 10 milhões de dólares. Nesse mesmo ano, 50 milhões de dólares davam entrada no Banco de Crédito para ajudar na construção de um complexo hoteleiro promovido pelo governo, projecto de que o grupo Moon se havia interessado. Os representantes da seita, encabeçados por Julián Safi, proprietário da *Impressora Polo*, decidiram a compra do Victoria Plaza Hotel (uma torre em frente à Casa do Governo, em pleno coração de Montevideo) por oito milhões e meio de dólares, acrescidos de mais quatro milhões para a sua remodelação. Não satisfeito, Safi cruzou a Plaza Independencia para pedir ao presidente Alvarez que lhe vendesse o quarteirão situado atrás do hotel, que pertencia ao Estado. Como as leis uruguaias não permitem a venda a particulares de um bem público, a seita adquiriu um edifício que era propriedade de outro grupo jornalístico e trocou-o com o governo pelo local situado atrás do hotel. Nessa área, actualmente em fase de demolição, projecta-se levantar uma torre de 35 andares — o edifício mais alto do país — que será ligado ao Victoria Plaza Hotel através de uma ponte. O investimento previsto chegaria a 30 milhões de dólares. Para isso, a seita conseguiu do governo uruguaio que o projecto fosse considerado “de interesse nacional”. Por esse motivo, a obra ficou isenta de qualquer tipo de imposto obrigatório, tanto na sua construção como na compra de equipamentos, durante nove anos.

## O controlo do Banco de Crédito

No dia 5 de Novembro de 1981, o maior accionista do Banco de Crédito vendeu 28% da sua carteira de acções por uma quantia estimada em dois milhões e meio de dólares. Os compradores, representantes da Igreja da Unificação, designaram "funcionários técnicos" para substituir na administração do banco os dois cargos que o grupo vendedor ocupava. Com o controlo dessas acções assegurado, a seita acelerou as negociações para o controlo total do banco, que se concretizaram no último dia de Fevereiro de 1982, altura em que se informou oficialmente que o Banco de Crédito passava a ser controlado pela Igreja da Unificação. O então presidente da poderosa Associação de Bancos do Uruguai, Pedro Sánchez Varela, foi designado vice-presidente da instituição financeira pela seita. No *ranking* bancário do Uruguai, tendo em conta o passivo exigível mais o património, o Banco de Crédito figura como o terceiro mais importante no país. Para se compreender a importância desse dado, cabe lembrar que no Uruguai operam actualmente 24 bancos. O Banco de Crédito, com mais de 75 anos de existência no país, tem 13 sucursais no interior, 16 agências em Montevideo e um quadro de funcionários que ultrapassa 600 pessoas. A compra do Banco de Crédito por parte dos representantes do reverendo Moon e da sua "igreja-empresa", realizou-se sem inconvenien-

tes por parte do Banco Central, a máxima autoridade financeira oficial.

Nesse banco, a Igreja da Unificação manipula uma conta corrente que, segundo fontes financeiras, não é inferior a 70 milhões de dólares. Essa conta é diversificada: a que se movimenta em dólares é denominada por "Um", "Dois", "Três" e assim sucessivamente; a conta em moeda nacional, que movimenta um equivalente a quatro milhões e meio de dólares, está sob o nome de "coronel Bo Hi Pak e esposa".

Os investimentos da seita estenderam-se, além disso, à compra de terras na faixa costeira do rio Uruguai. Um recente relatório da agência *Noticias Argentinas* informou que a Polícia Nacional desse país, encarregada da segurança fronteiriça, havia solicitado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros argentino informações sobre a situação da Igreja da Unificação diante da inquietação que a compra de grandes extensões de terras pelo grupo Moon na fronteira margem uruguaia provocava.

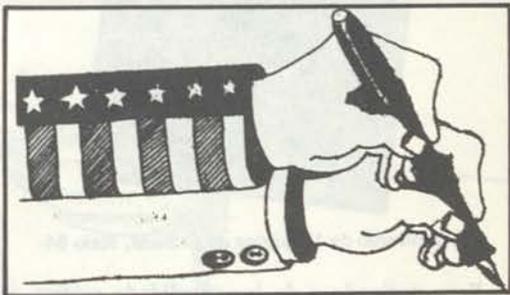
Representantes do grupo Moon estariam também ligados aos construtores de um grande centro comercial que está em fase de construção num bairro residencial de Montevideo. Punta del Este não poderia escapar dos investimentos *moonies*. Foi assim que, recentemente, foi adquirido o edifício Santos Dumont no principal centro balneário do Cone Sul, sobre o qual se referiu o coronel Pak: "É um céu sob o sol".

## A seita e a CIA

Embora com o seu líder máximo preso (por dívidas ao fisco norte-americano, num total de 162 mil dólares), a seita do reverendo Moon continua a ampliar o seu campo de acção.

A última informação sobre as finanças da seita, publicada recentemente pelo *The Washington Post*, diz que o dinheiro arrecadado pelos *moonies* com negócios em várias partes do mundo é mandado para financiar a intolerância e o obscurantismo nos Estados Unidos. Ainda segundo essa fonte, 800 milhões de dólares foram enviados para os EUA, num pequeno espaço de tempo, sendo 500 milhões do total canalizados para causas conservadoras, principalmente a reeleição de Reagan.

O responsável pelo sucesso da empreitada é o coronel Bo Hi Pak, o todo-poderoso chefe da organização *Causa Internacional*, braço político da seita. O coronel Bo Hi Pak pertenceu aos quadros da KCIA, o serviço secreto sul-coreano, considerado um dos mais brutais da Ásia.



O conhecido jornalista norte-americano Jack Anderson denunciou também o papel da seita Moon no interior da CIA, nas operações contra o regime sandinista da Nicarágua. O seu principal objectivo, segundo Anderson, é abastecer os contra-revolucionários que operam a partir do território hondurenho.

Ainda segundo esse colunista, a Casa Branca recebera um memorando de um analista do Pentágono na Coreia do Sul, expressando preocupação pela "conexão CIA-seita Moon" e advertindo para os eventuais danos políticos à reeleição de Reagan.

## Seita religiosa ou grupo político?

□ A Igreja da Unificação do reverendo Moon tem desenvolvido uma campanha agressiva – tanto na esfera política e econômica como no proselitismo – para ampliar a sua influência na América Latina.

No Brasil, onde a seita se instalou em meados da década passada, um dos seus mais difundidos meios de penetração entre os jovens (os mais visados) é o jornal quinzenal *Tribuna Universitária*, editado em São Paulo pela Associação Internacional para a Paz e a Liberdade (AILPA). O jornal aparece com uma tiragem nacional de 100 mil exemplares, vendidos nas principais universidades do país, a um preço acessível aos bolsos dos jovens brasileiros de classe média.



Reprodução da 1ª página da *Tribuna*, Maio 84

Bem paginado e de boa qualidade gráfica, o *Tribuna Universitária* veicula uma ideologia de extrema-direita, violentamente anticomunista. O editor responsável, César Zadusky, é o líder da seita no Brasil.

Dizendo demonstrar “muito facilmente a falsidade do marxismo”, os adeptos do “santo” coreano propõem, através das páginas do jornal, uma perspectiva diferente: a cosmovisão unificacionista, uma “nova” compreensão da história.

Vale a pena destacar que os argumentos mais utilizados são aqueles que semeiam o medo e o terror, tendo o castigo como expiação das “culpas humanas”. Um bom exemplo disso é a maté-

ria “Mensagens de Fátima: os seus segredos incompletos”, publicada na edição nº 14 (Maio/84) e assinada por Osmar Valentim (pág. 5), na qual uma reprodução da imagem da Virgem de Fátima é acompanhada da seguinte legenda: “A mensagem de Fátima rejeita frontalmente a ideologia anticristã do comunismo e exorta todos os cristãos ao arrependimento, à oração e ao sacrifício”.



Reprodução da 1ª página da *Tribuna*, Abril 84

Na mesma edição do *Tribuna Universitária*, no conto (ficção) “A República dos Bananais e os seus cidadãos greveiros” (pág. 4), a solução encontrada para as questões laborais e o direito à greve é a seguinte: “Todos os industriais devem unir-se e, em conjunto, tão logo se inicie a greve, comecem a demitir sistematicamente os trabalhadores. Hoje, 50 de cada empresa. Amanhã, 100. Depois de amanhã, 120... É assim sucessivamente”. Como se pode notar, uma posição altamente “cristã”...



Sun Myung Moon

## Uma vida “exemplar”

A seita Moon louva o seu fundador, enquanto se dedica ao combate do que chama de “ateísmo marxista”

Gregorio Selser

A Assembleia Episcopal da igreja católica panamiana acaba de denunciar, em documento público, que a seita do coreano Sun Myung Moon e o chamado “Movimento da Unificação”, assim como a organização *Causa Internacional*, constituem um “perigo para a fé e a pessoa humana”. Qualificou, além disso, esse grupo e todos os outros do género de “anti-cristãos”.

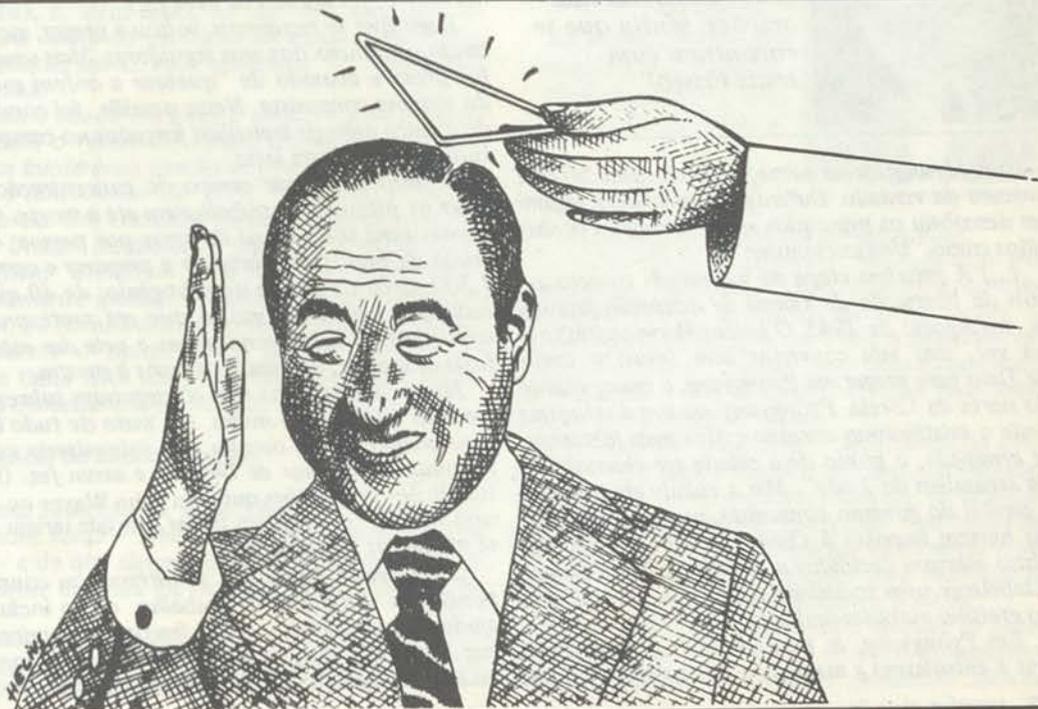
A condenação é dura. Tendo-se em conta — como em geral se pensa — que os *moonies* são poucos, pouco influentes, pouco captadores de adeptos

e, em geral, gente pouco séria. Mas a circunstância de várias centenas de milhões de dólares ingressarem nos seus cofres procedentes dos seus negócios lícitos, e dos outros, assim como o facto de esses vultuosos fundos serem manejados quase sem controlo, torna-os muito mais dignos de uma análise cuidadosa, do que serem simplesmente tomados como um bando de inocentes lunáticos.

Por isso, seria interessante conhecer a forma como o chamado “reverendo” Moon e a sua principal organização capitalista-ideológica-militar, a *Causa Internacional*, se vêem a si próprios. As passagens que apresentamos a seguir foram retiradas, literalmente, de uma publicação da seita, que começa com a seguinte descrição do “santo” sul-coreano:<sup>1</sup>

*A vida de Sun Myung Moon é uma dessas vidas extraordinárias em que a mão de Deus se faz claramente visível, e onde se encontra para todos um grande exemplo de visão, fé e amor. O reverendo Moon tem dedicado toda a sua vida ao estabelecimento de um mundo de paz, unidade e harmonia sob a fé em Deus e à erradicação do comunismo, que é a ameaça mais terrível contra a paz, a liberdade e a religião.*

<sup>1</sup>“Sun Myung Moon : A sua obra e a sua visão”; publicado por “Causa Internacional”, *Confederation of the Association for the Unification of the Societies of the Americas*, N. Y.; 1981.



Sun Myung Moon nasceu no seio de uma família rural, numa aldeia do noroeste da Coreia, em 1920, sendo o quinto de um total de oito filhos. Foi educado num ambiente virtuoso e cristão, o que permitiu que o jovem estudasse a Bíblia e estabelecesse uma forte relação pessoal com Deus (o que lhe permitiria chamá-lo por "tu").

(...) Ao chegar à idade adulta, a sua fé tomou uma dimensão especial (a dos negócios empresariais e o anticomunismo profissional).

Com 16 anos, Sun Myung Moon sentiu o apelo da sua vocação como líder religioso. No domingo de Páscoa de 1936, quando estava profundamente mergulhado nas suas orações, sentiu que se encontrara com Jesus Cristo. A partir de então, o adolescente coreano compreendeu que o seu desafio era, como o de Jesus Cristo, levar a cabo a tarefa de realizar o reino de Deus na terra. Quando, depois de muita discussão e luta consigo mesmo, decidiu aceitar semelhante missão (porquê tanta discussão e luta se o seu compadre Jesus já lhe havia falado sobre a sua missão e no próprio idioma coreano?), a sua vida começou a tomar um rumo definido.

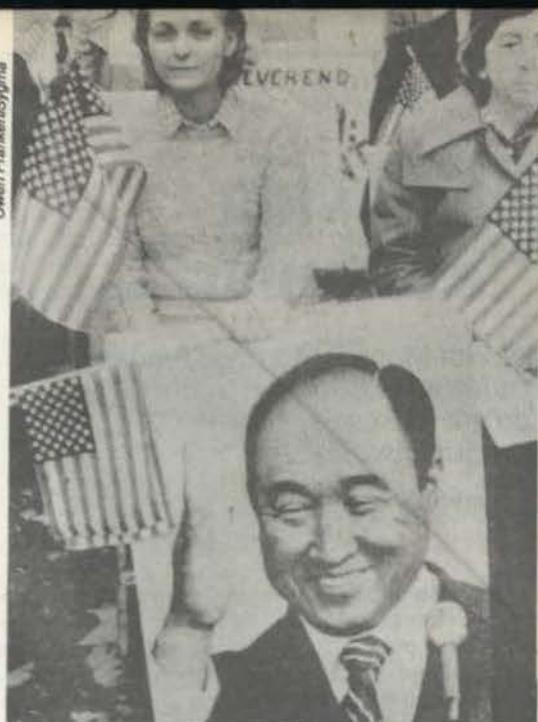


*"Em 1936, aos 16 anos, quando Sun Myung Moon estava profundamente mergulhado nas suas orações, sentiu que se encontrara com Jesus Cristo"*

Sun Myung Moon começou então uma intensa procura da verdade. Durante os nove anos seguintes descobriu os princípios essenciais agora conhecidos como "Unificacionismo".

(...) A próxima etapa da sua missão começa depois da libertação da Coreia da ocupação japonesa, em Agosto de 1945. O jovem Moon sentiu (outra vez, mas sem conversar com Jesus) o apelo de Deus para pregar em Pyongyang, a maior cidade do norte da Coreia. Pyongyang era um dos lugares onde o cristianismo coreano estava mais fortemente arraigado, a ponto de a cidade ser chamada de "a Jerusalém do Leste". Mas a cidade era também a capital do governo comunista, que as tropas rusas haviam imposto à Coreia do Norte. Os comunistas estavam decididos a destruir a fé em Deus e estabelecer uma sociedade totalitária, centralizada no ateísmo marxista-leninista.

Em Pyongyang, as pessoas receberam com alegria e entusiasmo a mensagem do reverendo Moon,



O clero panamiano considerou a seita como "um perigo para a fé e a pessoa humana"

e logo muitas começaram a segui-lo. O seu êxito chamou a atenção das autoridades comunistas, que o prenderam e torturaram barbaramente. Dado como morto, foi atirado na neve (...).

Logo que se recuperou, voltou a pregar, aumentando o número dos seus seguidores. Mais uma vez foi preso e acusado de "quebrar a ordem social" do sistema comunista. Nessa ocasião, foi condenado a cinco anos de trabalhos forçados no campo de Hungnam, na costa leste.

O propósito desse campo de concentração era fazer os prisioneiros trabalharem até à morte. Com apenas uma tigela diária de arroz por pessoa, cada grupo de presos era obrigado a preparar e carregar 1.300 sacos de adubo de nitrogénio, de 40 quilos cada um, em oito horas, o que era praticamente impossível. A cal queimava-lhes a pele das mãos e fazia-as sangrar, deixando os ossos à mostra.

Muitos prisioneiros não conseguiram sobreviver mais do que poucos meses. No meio de tudo isso, o reverendo Moon decidiu que sobreviveria como testemunha do amor de Deus — e assim fez. (Este foi um dos dramalhões que nem John Wayne ou Ronald Reagan conseguiram filmar, porque teriam que se maquilhar de coreanos.)

O reverendo Moon não só ultrapassou constantemente a sua quota de trabalho, como inclusive ajudou os prisioneiros mais fracos a cumprirem a sua parte. Por isso, os comunistas, mesmo contrariados, tiveram que lhe dar um prémio pelo seu tra-





Moon e a sua quarta esposa: o histrionismo e o jogo de cena ao serviço da Causa

claros sinais de decadência. A sua gente está cansada do jugo comunista e anseia à liberdade e à prosperidade (esta última palavra mágica sempre está no discurso do "guru" coreano) que lhe são negadas. Especialmente a juventude dos países comunistas procura a verdade, está sedenta de conhecimentos sobre Deus. O reverendo Moon tem a convicção de que o Unificacionismo é a arma final para derrotar o comunismo. Diante de uma ideologia centralizada em Deus, que esclarece com lógica contundente profundas verdades e oferece uma nova esperança, o comunismo deve sucumbir inevitavelmente. Com esta ideologia, devemos estabelecer um mundo de paz e harmonia, tal como Deus e o homem têm sonhado: o reino de Deus na Terra.

#### Moon, o "esquecido"

*Sob o estandarte do Unificacionismo e a união de todas as nações livres do mundo, o reverendo Moon declara que o comunismo desaparecerá e um novo mundo emergirá, antes que este século chegue ao fim.*

O Unificacionismo como "arma final para derrotar o comunismo" não conseguiu no entanto livrar o reverendo dos 18 meses de prisão no presídio de Danbury, Connecticut, onde está a cumprir

pena actualmente. Levado pela sua missão "fervorosamente evangelizadora", Moon "esqueceu-se" de pagar alguns impostos ao fisco norte-americano, que em matéria de dinheiro não tolera mistificações ou desculpas, como a de que a seita Moon seria uma igreja, e como tal, isenta do pagamento de impostos.



*"O reverendo Moon declara que o comunismo desaparecerá e um novo mundo emergirá, antes que este século chegue ao fim; será o reino de Deus na Terra"*

É possível que o presidente Reagan nem tenha conhecimento de que o dono da "arma final para derrotar o comunismo" está ali, perto dele, na prisão, sofrendo quem sabe os mesmos horrores que Moon diz ter padecido no campo de concentração da Coreia do Norte. Dispondo desta arma secreta, porque iriam os Estados Unidos querer gastar tantas centenas de milhões de dólares em bombas de neutrões, armas espaciais, etc.? Mistério de deuses e enviados terrestres incompreendidos, talvez, aos quais o próprio Jesus Cristo já nem sequer cumprimenta, como acontecia antes.

#### As denúncias

Para completar este "mar de incompreensões", a igreja católica panamiana vem uma vez mais lançar lenha na fogueira, tal como em Julho passado, quando condenou duramente Moon e a sua pregação, seguindo o exemplo das denúncias que, no mesmo tom, a igreja hondurenha havia feito. O já citado documento da Assembleia Episcopal do Panamá denunciou a seita e o "Movimento da Unificação" como "um perigo para a fé e a pessoa humana", além de ser um grupo "anticristão", e, no mínimo, "não cristão", apesar de tudo que o "santo" sul-coreano afirma sobre as suas conversas privadas com o "além". Ao que parece, as suas relações com Jesus estão deterioradas, porque — segundo os panamianos — Moon teria afirmado receber instruções directas de Deus, "já que Cristo não foi mais do que um fracassado na missão que lhe havia sido confiada".

Os bispos panamianos asseguram que os moonies e a sua seita "utilizam métodos duvidosos de penetração entre os jovens, o que é um grave perigo



Estudantes brasileiros que denunciaram tentativas de aliciamento, juntamente com a freira católica, irmã Ana, que testemunhou o facto

para o seu equilíbrio psicológico e mental, assim como para a sua adaptação e integração social e familiar". Acrescentam os bispos que a suposta religião unificacionista "se fundamenta num sincretismo baseado numa mescla de elementos da Bíblia, com ideias do budismo, do confucionismo e do taoísmo", em síntese, uma *salada* "contrária ao Novo Testamento e à teologia católica".

Afirmam também que sob o pretexto da "unificação do catolicismo mundial", Moon utiliza organismos como a *Causa Internacional*, uma "Academia de Professores para a Paz Mundial" e uma "Conferência Mundial de Comunicações", entre outras de carácter pseudo-científico, como trampolim para se proclamar em algo como um novo Messias, com objectivos mais ideológicos do que religiosos, e que pretende "dar solução a todos os problemas da vida, tanto a nível político, quanto económico, social e familiar".

#### Uma interpretação tendenciosa da Bíblia

Os bispos panamianos advertem também no seu documento contra "os perigos que representa o unificacionismo e a sua ideologia, que conduz a um sistema global e absoluto, a uma nova forma de autoritarismo, o qual acaba por destruir os valores humanos que a seita Moon diz defender". Afirmam ainda que "ao se apresentar como um movimento anticomunista, representa um forte atractivo para muitos cristãos".

E vão mais além: "a igreja católica não pode estar de acordo com o marxismo, nem enquanto ideologia nem enquanto doutrina, por se basear numa filosofia atea e por absolutizar as suas posturas ideológicas e promover métodos contrários à moral cristã. Contudo, as críticas legítimas da igreja ao marxismo não podem ser confundidas com o estranho anticomunismo (*sic*) da seita Moon, baseado num messianismo religioso que nada tem a ver

com o Evangelho. (...) Essa pretensa missão da seita não é mais do que uma ideologia, que inclui uma geopolítica encoberta com um manto de conceitos religiosos e uma interpretação tendenciosa da Bíblia".

*"O Unificacionismo é uma ideologia centralizada em Deus, que esclarece com lógica contundente profundas verdades e oferece novas esperanças"*



Ao contrário do que postula Moon — acrescentam — a posição da igreja católica "frente aos grandes problemas da miséria, da fome e do desemprego que afectam os nossos povos, é diferente". (...) No documento de Puebla, a igreja menciona as estruturas injustas (mas os cardeais Ratzinger e López Trujillo, e mesmo o papa, assumem o papel de inquisidores contra os padres Boff e Gutiérrez da América Latina quando estes pretendem aplicar os documentos de Medellín e Puebla através da "teologia da libertação" e assinala que, no âmago dessa injustiça, existe uma situação de pecado, que ocorre quando a pessoa humana, chamada a subjugar a natureza, impregna os mecanismos da sociedade de valores materiais".

Moon e a sua seita incorrem nesses excessos e abusos materiais. Os bispos panamianos estão assustados com o crescimento dessas seitas, mas a melhor maneira de combatê-las com êxito seria lembrando que Puebla é mais do que um simples e burocrático documento eclesiástico. ●

## Humor

ESTE É O NOSSO  
RELATÓRIO SOBRE A  
INFLUÊNCIA SUBVERSIVA  
DA NICARÁGUA NO RESTO  
DA AMÉRICA CENTRAL



ESTÁ CHEIO DE ACUSAÇÕES,  
DENÚNCIAS...



CONDENAÇÕES, RECRIMINAÇÕES,  
E TEATRALISMO



E DEPOIS DE TUDO ISTO,  
VOCÊS AINDA QUEREM  
PROVAS ?!



WASSERMAN

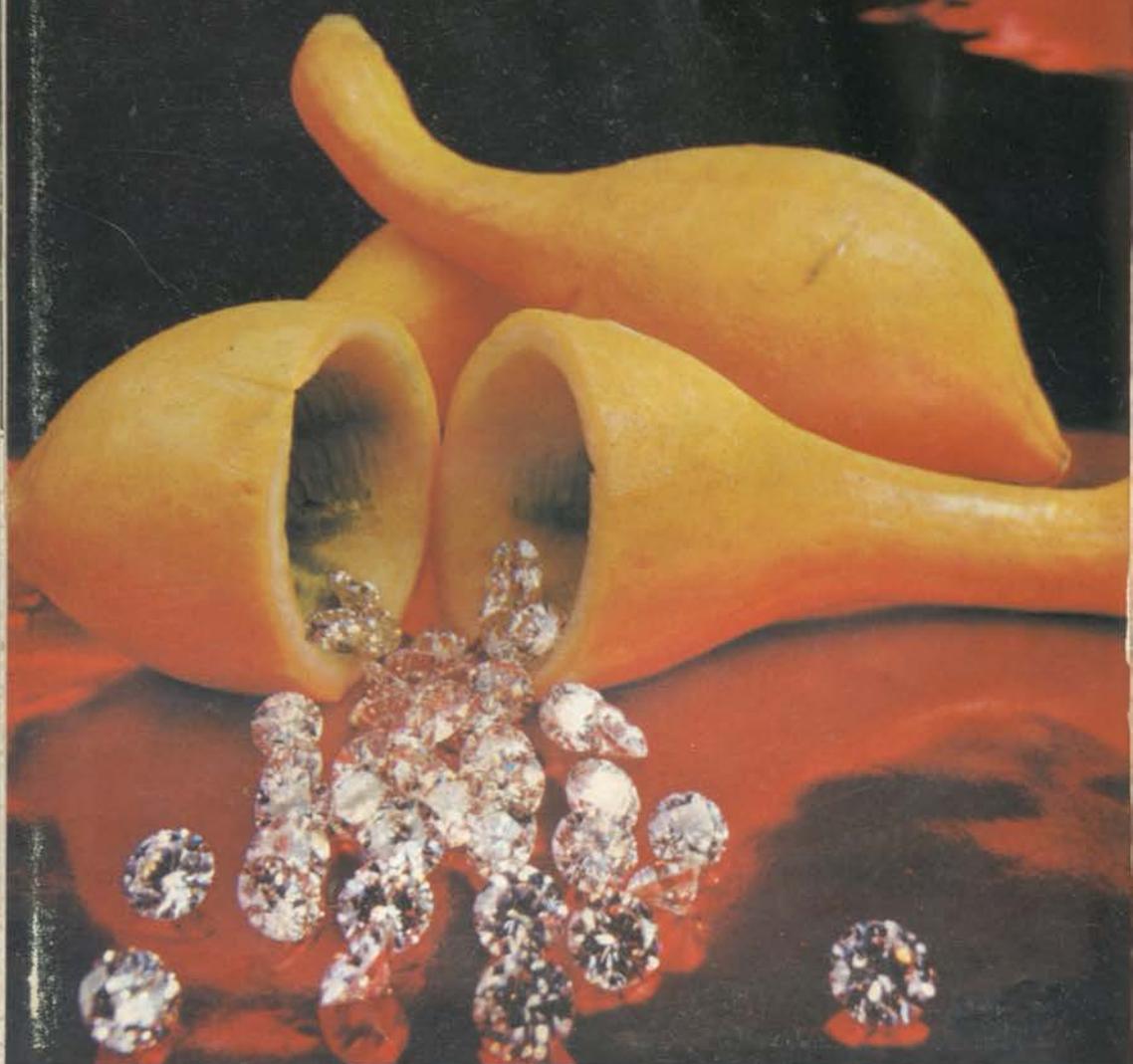
Angola,  
terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional